



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

presidente joão figueiredo visita cinco países africanos

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Lagos,
em 15 de novembro de 1983, por ocasião de reunião
com o Presidente da Nigéria, Alhaji Shesu Shagari.

Excelentíssimo Senhor Presidente Shesu Shagari,

Desejo que minhas palavras sirvam para expressar a Vossa Excelência minha satisfação pessoal e de toda minha comitiva com a magnífica acolhida que estamos recebendo em seu país. A generosa hospitalidade do povo e do Governo da Nigéria muito nos emociona e confirma mais uma vez o valor humano dos laços que tradicionalmente unem os nossos países.

Desejo, igualmente, agradecer-lhe as palavras que acaba de proferir com relação ao meu país e a mim mesmo e manifestar a honra que sinto ao inaugurar juntamente com Vossa Excelência esta reunião, que permitirá às nossas duas delegações dar continuidade ao profícuo diálogo que caracteriza as relações entre a Nigéria e o Brasil.

Na busca de caminhos para dar expressão concreta à vontade política de nossos Governos em favor de sua maior aproximação, estou certo de que os representantes nigerianos e brasileiros, unidos, saberão conduzir os trabalhos que ora se abrem com dinamismo e espírito de entendimento.

Desse esforço conjunto em favor dos legítimos anseios de nossos países, surgirão certamente perspectivas de um novo patamar em nosso relacionamento amigo.

Dei aos representantes brasileiros instruções para que tudo façam para cooperar com seus colegas nigerianos no trabalho de consulta e negociações que ora se inicia.

Desejo agora apresentar a Vossa Excelência os membros da delegação aqui presentes*.

(VER COMUNICADO CONJUNTO, P. 8)

*A relação dos membros da Delegação brasileira consta do Comunicado Conjunto Brasil—Nigéria, página 8.

figueiredo em lagos: novo marco no processo de aproximação entre o brasil e a nigéria

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Lagos,
em 16 de novembro de 1983, por ocasião
de jantar que lhe foi oferecido pelo Presidente da
Nigéria, Alhaji Shesu Shagari.

Excelentíssimo Senhor Presidente Shesu Shagari,

Desejo inicialmente agradecer a Vossa Excelência as palavras fraternas que acaba de dirigir ao meu país e a mim e manifestar, por seu intermédio, ao povo e ao Governo da Nigéria o meu reconhecimento e de todos os que me acompanham pela acolhida extraordinariamente calorosa que estamos recebendo desde que chegamos ao seu país.

Não seria demais ressaltar que nós, brasileiros, pela semelhança do clima e de costumes e pela gentileza do tratamento que nos está sendo dado em Lagos, sentimos-nos em casa.

Em 1961, a Nigéria e o Brasil inauguraram seu diálogo político como países independentes e, desde então, construíram uma convivência que se distingue pela amizade, pela franqueza e pela cooperação construtiva.

A visita que ora realizo ao grande país de Vossa Excelência constitui novo marco neste processo de aproximação e certamente irá fortalecer os vínculos tão importantes que nos unem.

Ao pisar o solo africano, não posso deixar de manifestar que o faço com emoção e também com legítimo orgulho.

Pela primeira vez, um Presidente do Brasil vem à África e, por felicidade, começa sua visita por Lagos, dinâmica capital de um país tão amigo do Brasil, de um país cujo

povo tanto contribuiu para a formação da nacionalidade brasileira. Um país, além do mais, de significativa expressão política e econômica, de personalidade marcante e que desempenha papel de relevo no Continente e no cenário internacional.

Do Brasil, trago um sentimento de agradecimento, pois da África, e em boa parte da Nigéria, o povo de meu país herdou muitos de seus sentimentos mais enraizados, de seus traços culturais mais autênticos e de suas mais caras tradições.

Por outro lado, aqui mesmo em Lagos, encontramos o chamado bairro brasileiro, para onde refluíram, em busca de suas origens e na reconquista da liberdade, africanos e afro-brasileiros que trouxeram traços de nossa cultura até hoje conservados na paisagem desta pujante cidade.

Senhor Presidente,

A coesão que estão destinados a manter o Brasil e a Nigéria não reflete apenas o nosso passado comum, mas também interesses e aspirações convergentes e a consciência das evidentes vantagens que decorrem da cooperação mútua.

No Brasil, acompanhamos com o maior interesse o processo de afirmação internacional da Nigéria e podemos muito bem aqui-latar a importância da liderança de Vossa Excelência como intérprete autêntico dos anseios do povo nigeriano, assim como reconhecer o valor dos esforços desenvolvidos por Vossa Excelência em prol das causas da

liberdade, da justiça e do desenvolvimento econômico e social.

Senhor Presidente,

As afinidades e os vínculos que temos com a África conferem dimensão e natureza especiais ao relacionamento do Brasil com os países irmãos deste Continente.

Ligam-nos a tradição histórica, o parentesco entre nossos povos e as águas de um mesmo oceano, assim como as aspirações comuns de paz, segurança e bem-estar.

Não poderia, conseqüentemente, o Brasil alhear-se aos destinos do continente africano.

Para o Brasil, na verdade, é prioritário o seu relacionamento com as nações irmãs deste lado do Atlântico. Visamos à cooperação igualitária baseada no respeito mútuo e orientada pelo espírito de independência autêntica que anima nossas nações.

Desejamos — e temos encontrado ampla compreensão por parte da Nigéria e de outros países africanos — manter o mar que banha nossos litorais a salvo das tensões internacionais e permanentemente voltado ao nosso intercâmbio pacífico.

A aproximação crescente e fraternal com nossos vizinhos da África constitui vetor fundamental da ação diplomática do Brasil. O relacionamento frutífero, denso e abrangente, que mantemos com a República Federal da Nigéria é uma de suas manifestações mais expressivas.

Senhor Presidente,

Verifico que as relações entre a Nigéria e o Brasil depois de passarem por expressivo processo de crescimento e diversificação, estão hoje enfrentando, no plano comercial, severas dificuldades em conseqüência das vicissitudes decorrentes da presente crise econômica internacional.

Havíamos conseguido ampliar nosso intercâmbio comercial da faixa de 22 milhões de dólares, nos dois sentidos, em 1972, para 1 bilhão e meio de dólares em 1981, em forma equilibrada.

Mas a Nigéria e o Brasil, justamente por se terem revelado economicamente dinâmicos e por se haverem integrado nas grandes correntes de comércio internacional estão sofrendo de forma frontal e desproporcional o impacto da recessão internacional.

Já no ano passado, os efeitos adversos da crise começaram a fazer-se sentir nos fluxos comerciais. Testemunhamos, assim, queda substancial no promissor intercâmbio comercial entre a Nigéria e o Brasil.

Cabe a nossos países neste momento, Senhor Presidente, o dever de responder ao desafio que nos é feito e unir esforços para a retomada da cooperação econômica e comercial a níveis compatíveis com o vasto grau de complementaridade de nossas economias e as legítimas expectativas de nossos povos.

Para tanto, não nos faltam nem vontade política nem capacidade empreendedora. Mesmo diante da escassez de recursos e da conjuntura internacional adversa, estou certo de que saberemos desenvolver fórmulas novas e criativas que promovam mecanismos viáveis de estímulo à cooperação bilateral.

Os domínios que nos oferecem as potencialidades de nossas nações incluem áreas tão diversificadas quanto os setores de telecomunicação, construção civil, engenharia de base, consultoria técnica, urbanismo e implantação de projetos industriais. A agricultura nos abre avenidas amplas de cooperação e no domínio de petróleo são visíveis as possibilidades concretas derivadas de entendimento consistente e de relações sólidas e duradouras entre a Petrobrás e a NNPC.

Para a consecução desses objetivos, devemos continuar a incentivar os contatos já

numerosos entre brasileiros e nigerianos. Também a Comissão Mista de Coordenação bilateral constitui mecanismo precioso para o exame de novas idéias.

Torna-se necessário que nossos Governos e todos os segmentos das sociedades brasileira e nigeriana se empenhem num esforço de imaginação sério e conseqüente que permita dar forma e contornos próprios ao grande objetivo de fortalecer nossa cooperação.

Senhor Presidente,

A recessão em escala mundial, a séria retração dos fluxos financeiros internacionais e a perda do dinamismo do comércio internacional compõem um quadro de graves e profundas dificuldades.

Para os países do Terceiro Mundo, essa dura realidade encontra já conhecida tradução: a deterioração exponencial dos seus termos de troca; o agravamento e a sofisticação das modalidades de protecionismo contra seus produtos nos mercados dos países industrializados; a persistência de elevadas taxas de juros reais e as reduzidas perspectivas de alteração desse comportamento; as novas e mais diretas formas de pressão sobre os instrumentos de política econômica adotados pelos países em desenvolvimento para legitimamente procurar preservar a dinâmica de seu intercâmbio de bens e serviços e a insuficiência dos recursos financeiros internacionais, que se reflete na dramática escassez do aporte financeiro ao Terceiro Mundo.

A duração, amplitude e profundidade da crise comprovam o seu caráter estrutural e revelam a visível incapacidade de o atual sistema econômico internacional — sem reformas de substância — estimular uma recuperação sustentada em escala mundial.

Os esforços de cooperação internacional realizados até agora não se têm revelado capazes de enfrentar o dramático quadro de crise, que não se cinge apenas às relações

entre o Norte e o Sul, mas que afeta o sistema econômico internacional como um todo.

O Brasil persiste em acreditar que somente mediante iniciativas inovadoras de cooperação internacional poderá a comunidade das nações responder aos graves desafios do presente e promover a reativação da economia mundial e que o êxito dessas iniciativas depende do reforço do entendimento e da solidariedade e não da confrontação e da acrimônia.

Renovo, pois, o meu apelo aos países industrializados no sentido de que demonstrem na prática das negociações econômicas sua adesão, tantas vezes proclamada, às virtudes de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Senhor Presidente,

O Brasil encara com preocupação o agravamento das tensões internacionais, o surgimento de novas áreas de confrontação e a aceleração da corrida armamentista, especialmente nuclear.

Constituem esses fatos séria ameaça à paz e à segurança internacionais. Tendem a perpetuar políticas de poder que afetam adversamente os países do Terceiro Mundo, empenhados na construção pacífica de seu futuro, livres de imposições hegemônicas e de constrangimentos.

Coerente com os princípios que marcaram a construção de nossa nacionalidade, a política externa brasileira busca a prevalência do diálogo como modalidade de resolução de conflitos.

A História tem repetidamente ensinado que o uso da força não é capaz de moldar soluções equitativas e duradouras para as graves questões internacionais. Ao contrário, as soluções baseadas no diálogo franco, na negociação aberta tendem a revestir-se de maior justiça e conseqüentemente de maior permanência.

Inspirado por essa disposição ao diálogo, o Brasil defende os princípios da não-intervenção, da autodeterminação dos povos e da não-ingerência nos assuntos internos de outros países.

Dentro do espírito de solidariedade com os demais países em desenvolvimento, o Brasil repudia a tendência de transferir as tensões e os conflitos entre as Superpotências para áreas do Terceiro Mundo.

Senhor Presidente,

Unido à África por laços profundos, o Brasil não poderia deixar de expressar sua ampla solidariedade às grandes causas deste Continente, que entendemos serem as de todos os povos que lutam pela paz e pela justiça.

Por esta razão, o Brasil condena as formas superadas e anacrônicas de dominação e de injustiça ainda existentes no Sul deste Continente e manifesta repulsa às práticas de segregação e discriminação racial, que caracterizam a política de **apartheid** na África do Sul.

O Brasil defende o acesso da Namíbia à independência plena e a cessação imediata da

ocupação ilegal de seu território, em cumprimento às resoluções aprovadas praticamente pela totalidade dos Estados-Membros da Organização das Nações Unidas.

Nossa condenação ao racismo e ao colonialismo se inspira no respeito aos princípios basilares do Direito Internacional, na promoção do respeito à dignidade do ser humano e na defesa de nossos interesses como povo que recebeu da África uma contribuição decisiva para sua formação e prosperidade.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que a amizade entre a Nigéria e o Brasil não deixará de fortalecer-se e de que os valiosos contatos que pude manter com Vossa Excelência em muito contribuirão para o aprofundamento do diálogo entre os nossos países.

Ao agradecer-lhe uma vez mais as gentilezas e deferências com que estou sendo recebido em seu país, peço a todos os presentes que comigo ergam suas taças em um brinde à nação nigeriana, ao estreitamento dos laços que unem tão significativamente os povos de nossos países e à saúde pessoal de Vossa Excelência.

presidente figueiredo assinala que é amplo o potencial de intercâmbio entre o brasil e nigéria

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Lagos, em 17 de novembro de 1983, por ocasião do encerramento da reunião entre brasileiros e nigerianos, que contou com a presença do Presidente Alhaji Shesu Shagari.

Excelentíssimo Senhor Presidente Shesu Shagari,

Foram tocantes e sinceras a simplicidade e cordialidade que permitiram aos representantes nigerianos e brasileiros considerar em profundidade o amplo espectro das relações

entre as duas nações irmãs que são a Nigéria e o Brasil.

Nossos propósitos foram atingidos e é vasto o potencial que se descortina.

Nos campos político, cultural, científico,

tecnológico, econômico e comercial, ficou patente que o intercâmbio pode aproximar-se de níveis muito mais condizentes com a potencialidade que os dois países ineludivelmente oferecem, apesar dos problemas provocados por uma conjuntura internacional desfavorável.

No aspecto econômico-comercial, nossas delegações verificaram que as oportunidades concretamente existem e que poderão ser aproveitadas pelos operosos empresários de ambas as partes. A cooperação mais densa e mais variada por ser imediata e mutuamente vantajosa, conforme a experiência tem inequivocadamente demonstrado.

No plano sócio-cultural, a própria identidade histórica atua como fator natural de aproximação e se transforma num elemento

importante para a ampliação do interesse espontâneo de se conhecerem as manifestações artísticas produzidas num e noutro país.

No âmbito científico e tecnológico, apraz-me assinalar que já estão identificadas as numerosas áreas em que nossos técnicos poderão operar para o real proveito dos dois parceiros.

A vontade política encontra apoio nos numerosos instrumentos e mecanismos bilaterais em vigor, aos quais se juntará esse expressivo comunicado que terei a honra de assinar com Vossa Excelência e que reflete com exatidão nossas afinidades de toda a ordem.

Muito obrigado.

comunicado conjunto brasil-nigéria

**Comunicado Conjunto Brasil—Nigéria, assinado,
em Lagos, em 17 de novembro de 1983, pelos Presidentes
João Figueiredo e Alhaji Shesu Shagari.**

A convite do Presidente da República Federal da Nigéria e Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, Alhaji Shesu Shagari, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, visitou oficialmente a Nigéria de 15 a 17 de novembro de 1983.

O Presidente da República Federativa do Brasil depositou uma coroa de flores no túmulo do soldado desconhecido na Praça Tafawa Balewa e visitou o Museu Nacional em Onikan.

Nesta ocasião, que marcou a primeira visita de um Presidente brasileiro a um país africano, os dois Chefes de Estado mantiveram conversações oficiais sobre as relações bilaterais Nigéria—Brasil e sobre as relações políticas e econômicas internacionais. As con-

versações, decorridas em clima cordial e amigável, contaram com a presença de:

No lado brasileiro:

1. Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro,
Ministro de Estado das Relações Exteriores
2. Sua Excelência o Senhor Cesar Cals de Oliveira Filho,
Ministro de Estado das Minas e Energia
3. Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Rubem Carlos Ludwig,
Ministro-Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República
4. Sua Excelência o Senhor Senador José Lins Albuquerque

5. Sua Excelência o Senhor Deputado Natal Gale
 6. Sua Excelência o Senhor Embaixador Fernando Abbott Galvão, Embaixador em Lagos
 7. Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima, Chefe do Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores
 8. Sua Excelência o Senhor Embaixador Orlando Soares Carbonar, Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores
 9. Sua Excelência o Senhor Embaixador Asdrubal Pinto de Ulysea, Chefe do Departamento da África
 10. Sua Excelência o Senhor Embaixador Antonio Sabino Cantuária Guimarães, Introdutor Diplomático do Ministro das Relações Exteriores
 11. Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Pires do Rio, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores
 12. Sua Excelência o Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário Especial para Assuntos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores
 13. Sua Excelência o Senhor Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria
 14. Sua Excelência o Senhor Shigeaki Ueki, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A.
 15. Sua Excelência o Senhor Flávio da Costa Brito, Presidente da Confederação Nacional de Agricultura
 16. Sua Excelência o Senhor Antonio de Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio
 17. Sua Excelência o Senhor Carlos Viacava, Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.
 18. Senhor Adalberto Camargo, Presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira
 19. Senhor Professor Edwaldo Brito, Convidado Especial
 20. Senhor Ademar Ferreira da Silva, Convidado Especial
- Do lado nigeriano:
1. Ministro dos Assuntos Estrangeiros, Alhaji H. Mohammed
 2. Ministro das Finanças, Alhaji A. Ciroma
 3. Ministro de Transporte e Aviação, Dr. U. Dikko
 4. Ministro da Aviação, Chefe J. Nwodo
 5. Ministro das Comunicações, Chefe E. Adiele
 6. Ministro de Indústrias e Comércio, Alhaji I. Koko
 7. Ministro da Agricultura, Chefe E. Okoi-Obuli
 8. Assessor Especial do Presidente (Petróleo e Energia), Alhaji Y. Dikko
 9. Assessor Especial do Presidente (Assuntos Políticos), Alhaji S. takuma
 10. Governador do Banco Central, Alhaji Abdulkadir Ahmed
 11. Diretor-Geral (Regiões) M.E.A., Embaixador G. Dove Edwin
 12. Secretário Permanente (Comunicações), Sr. B.A. Ehizuenlen
 13. Secretário Permanente (Agricultura), Alhaji M. Liman
 14. Secretário Permanente (Transporte), Alhaji M. Liman
 15. Secretário Permanente (Planejamento Nacional), Sr. G.P.O. Chikelu
 16. Secretário Permanente (Político) E.O.P., Sr. B.A. Bur
 17. Diretor do Departamento de Assuntos

Americanos e do Caribe, M.E.A. Embaixador A.G. Gobir

18. Embaixador da Nigéria no Brasil, Embaixador T. Magbokwere
19. Diretor de Assuntos Interafricanos, Embaixador E.O. Fowora

Os dois Chefes de Estado examinaram as relações bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria e trocaram opiniões sobre as possibilidades de fortalecê-las e expandi-las. Notaram, com satisfação, que essas relações haviam-se desenvolvido de forma mutuamente benéfica e que as condições para seu maior desenvolvimento em todas as áreas já existiam, baseadas em princípios de igualdade e benefício mútuo. Ambos os lados salientaram a necessidade de se tomarem medidas conjuntas a fim de ser obtida uma expansão total de cooperação baseada nos interesses e necessidade dos dois países.

Ambos os lados expressaram vivo interesse em aumentar e diversificar o comércio já existente, assim como a cooperação econômica e técnica a longo prazo. Expressaram sua vontade de intensificar essa cooperação, principalmente na agricultura e projetos correlatos, indústria, tecnologia do petróleo, telecomunicações, indústria hoteleira, transporte e aviação. Para tal fim, concordaram em envidar esforços para estimular empreendimentos conjuntos; programas para cooperação em pesquisas e desenvolvimento; cooperação científica e tecnológica, incluindo transferência de tecnologia.

Os dois Presidentes expressaram satisfação com os resultados positivos apresentados pelo programa de intercâmbio cultural Nigéria-Brasil e, em particular, pelo programa de intercâmbio estudantil.

Ambos os lados salientaram a importância da realização de encontros entre os representantes mais graduados dos dois países para a consolidação e maior desenvolvimento dos elos bilaterais. Expressaram o desejo de continuar e intensificar tais encontros e

concordaram que a segunda reunião da Comissão Coordenadora Mista, que deverá ter lugar no próximo ano, no Brasil, fosse realizada tão cedo quanto possível.

Observaram que a SWAPO é reconhecida como legítima e autêntica representante do povo da Namíbia tanto pela Organização das Nações Unidas como pela Organização de Unidade Africana. Lembraram seu apoio resolutivo à imediata implementação da Resolução nº 435 do Conselho e Segurança das Nações Unidas sobre a Namíbia e sua oposição à imposição de qualquer solução neocolonialista para o povo da Namíbia. Concordaram ser necessário que a comunidade internacional adotasse medidas efetivas para implementar o Plano das Nações Unidas para a Namíbia e assegurar sua imediata independência.

Condenaram enfaticamente o regime de **apartheid** que é um sistema inaceitável de segregação e discriminação raciais contra a dignidade do homem, e que foi declarado crime contra a humanidade pelas Nações Unidas. Declararam que a persistência do regime racista de **apartheid** constitui uma ameaça contra a paz e segurança internacionais. Concordaram que o recente referendo constitucional na África do Sul não constitui processo para a abolição do sistema do **apartheid** e que, ao contrário, se destina a consolidá-lo. O Presidente da Nigéria reiterou a decisão do seu Governo de continuar a exercer o máximo de pressão para a erradicação dessa política desumana e condenou tal colaboração com os racistas uma vez que manteria e prolongaria o **apartheid**. O Presidente do Brasil tomou nota dessa declaração e manifestou que o Brasil perseverará em sua firme oposição e condenação ao sistema do **apartheid**, cujos fundamentos são contraditórios com o processo de formação da sociedade brasileira. Ambos os Presidentes condenaram também as incursões militares e os atos de agressão da África do Sul contra Angola, Lesoto e Moçambique e clamaram por sua cessação imediata. Expressaram sua solidariedade aos Países da Linha de Frente.

Sobre o Chad, observaram que era indispensável uma solução política para o antigo problema do país e que essa solução deveria ser baseada nas decisões da Organização da Unidade Africana que respeita inteiramente a independência e integridade territorial daquele país e o direito de seu povo de conduzir seus próprios negócios.

Ambos os lados observaram que a crise no Saara Ocidental era motivo de crescente preocupação e expressaram sua convicção de que a solução para esse problema deveria ser procurada por meios pacíficos. O Presidente da Nigéria informou o Presidente do Brasil dos contínuos esforços da Organização da Unidade Africana para assegurar uma solução que respeite os direitos do povo do Saara Ocidental de determinar seu próprio futuro e o Presidente do Brasil declarou que seu país apoiaria qualquer solução pacífica que finalmente surgisse desses esforços.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da República Federal da Nigéria examinaram a situação do Oriente Médio e expressaram sua convicção de que uma paz justa e duradoura poderia ser alcançada na região através da retirada de Israel das terras árabes ocupadas e do exercício dos direitos inalienáveis do povo palestino à autodeterminação e o estabelecimento de seu próprio país. Os dois Chefes de Estado confirmaram seu reconhecimento do direito de todos os Estados na região de viverem em paz dentro das fronteiras internacionalmente reconhecidas. Confirmaram o seu apoio à OLP como representante legítima do povo da Palestina e salientaram a necessidade da participação do povo palestino em nível de igualdade na procura de uma solução justa e duradoura. Ao tomarem nota da atual guerra fratricida dentro da OLP, os dois líderes apelaram para que a Organização reconcilie suas diferenças sem maior demora.

Os dois Presidentes expressaram sua especial preocupação com o Líbano, onde a

destruição de vidas e propriedades continua. Foram de opinião que o povo do Líbano, amante da paz, já sofreu bastante e deve ser agora deixado em paz para a reconstrução de seu país. Concordaram que, para esse fim, seria essencial que todas as tropas estrangeiras fossem retiradas do território libanês. Expressaram sua esperança de que a atual Conferência sobre o Líbano, que se realiza em Genebra, crie condições favoráveis para uma retirada pacífica das tropas estrangeiras.

Com relação à situação na América Central e no Caribe, ambos os lados clamaram pela adesão à renúncia ao uso da força na solução de disputas internacionais e para a não-interferência e não-intervenção nos negócios de outros países soberanos. Nesse sentido, os dois Presidentes expressaram sua apreciação pelos esforços diplomáticos sendo atualmente conduzidos pelos países membros do Grupo de Contadora.

Os Presidentes dedicaram especial atenção à situação econômica internacional. Observaram que o fracasso na reformulação de desequilíbrios e desigualdades existentes entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento representava a causa principal do crescente distanciamento econômico entre ricos e pobres. Lamentaram a falta de progresso na eliminação desses desequilíbrios e desigualdades. Salientando a interdependência das economias dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, os dois lados consideraram que negociações globais sobre desenvolvimento e cooperação econômica eram de importância fundamental para a obtenção da Nova Ordem Econômica Internacional.

Observaram que os países em desenvolvimento que participaram da conferência de cúpula em Cancún, em 1982, contribuíram positivamente para o trabalho daquela importante reunião. Lamentaram que os resultados esperados não tivessem se materializado lamentavelmente porque alguns dos países desenvolvidos não tivessem demonstrado disposição suficiente para acomodar

os legítimos desejos dos países em desenvolvimento, e observaram que grandes esforços seriam necessários para superar as dificuldades para dar início às negociações globais. Nesse sentido, ambos os lados declararam acreditar que consultas preliminares entre os países em desenvolvimento representariam uma contribuição positiva para a coordenação da posição dos países em desenvolvimento durante as negociações globais quando elas se realizarem.

Ambos os lados reafirmaram a importância da cooperação Sul-Sul e o fortalecimento da autoconfiança coletiva entre os países em desenvolvimento como fator importante nos esforços para a obtenção de uma nova ordem econômica internacional.

Durante a visita, foram mantidas conversações sobre a possibilidade de cooperação bilateral no campo militar. Os dois Presidentes concordaram que seria desejável ampliar aquela cooperação que cobriria uma ampla gama de assuntos. Concordaram que seria programado no futuro próximo o intercâmbio de visitas de delegações dos dois países, com vistas a identificar esquemas e projetos específicos de cooperação.

Os dois Presidentes acolheram com satisfação a rubrica do novo Acordo Comercial entre a Nigéria e o Brasil e salientaram a necessidade das organizações relevantes dos setores públicos e privados dos dois países acelerarem as presentes negociações ora sendo realizadas nas áreas da agricultura e indústrias correlatas, reflorestamento, hidreletricidade, transportes, telecomunicações, produtos petroquímicos e de consumo.

As perspectivas de cooperação comercial, econômica e financeira entre os dois países foram examinadas detalhadamente. Os dois Presidentes sublinharam a necessidade de ação imediata com vista a permitir que as relações comerciais entre os dois países retomem o equilíbrio salutar e o nível atingido em 1981.

Os dois Presidentes acolheram com satisfação as discussões entre a **Nigerian National Petroleum Corporation** e a Petrobrás — Petróleo Brasileiro S.A. com vistas a possibilitar compras brasileiras de petróleo cru nigeriano.

Os dois Presidentes tomaram nota do Acordo existente entre o Banco nigeriano do Comércio e Indústria e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil e registraram sua satisfação que a primeira reunião conjunta de pessoal técnico dos dois bancos será realizada em 1984, quando um plano de ação será definido e projetos específicos de cooperação identificados.

Os dois Presidentes concordaram em instruir seus respectivos Bancos Centrais a estudarem em profundidade e a fazerem propostas visando ao estabelecimento de linhas recíprocas de crédito e a criar um sistema para o ajustamento periódico dos balanços resultantes de transações diretas entre a Nigéria e o Brasil. Nos próximos noventa dias, uma missão do Banco Central da Nigéria reunirá-se no Brasil com funcionários graduados do Banco Central do Brasil para iniciarem os estudos necessários à breve implementação dessa decisão.

Conversações úteis foram mantidas entre as duas delegações com vista a promover e ampliar a cooperação científica, econômica e Técnica no campo da Aviação civil. As negociações deverão continuar pelos canais diplomáticos de modo a permitir a futura assinatura do Acordo e Protocolo pertinentes na próxima reunião da Comissão Mista de Coordenação, a realizar-se em Brasília, no início do próximo ano.

Os dois Presidentes tomaram nota que o ITF — Industrial Training Fund e o SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial assinaram um Acordo sobre o Grupo de Trabalho Misto assinado em 1982 e instruíram o Grupo de Trabalho Misto a identificarem o mais rapidamente possível áreas de cooperação entre os dois Governos

com vistas a fornecer aprendizado para menores bem como treinamento para trabalhadores da indústria na Nigéria.

Ambos os lados decidiram concluir tão logo possível um protocolo visando à transferência de tecnologia e treinamento de pessoal nas áreas de energia hidrelétrica, energia solar, carvão mineral, urânio e ouro.

Os dois Presidentes salientaram a importância do Oceano Atlântico para o Brasil e a Nigéria bem como para outros países da região e enfatizaram a necessidade de manter a área livre de tensões e conflitos.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da República Federal da Nigéria expressaram sua satisfação pelos resultados frutíferos da visita, o que representa uma importante contribuição para o estreitamento das relações de amizade e colaboração entre os dois países. Observaram, em particular, que os acordos assinados durante a visita demonstraram o desejo de ambas as partes de expandir e consolidar as relações amistosas e a cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria. Os dois Presidentes expressaram total satisfação com o progresso das relações que persistem entre os dois países.

O Presidente Shesu Shagari expressou sua apreciação pela política construtiva da República Federativa do Brasil, cujo objetivo é o fortalecimento do relacionamento, da compreensão e da cooperação com a África, conforme manifestado durante sua atual visita ao continente. Nesse sentido, ambos os Presidentes observaram, com grande prazer, os elos históricos, étnicos, culturais e econômicos que ligam os dois países e povos.

O Presidente da República Federativa do Brasil, Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, expressou sua gratidão ao Presidente da República Federal da Nigéria. Alhaji Shesu Shagari, e ao povo nigeriano, pela cordial hospitalidade oferecida a ele e aos membros de sua delegação durante a visita.

O Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, renovou seu convite ao Presidente da República Federal da Nigéria, Alhaji Shesu Shagari, para visitar o Brasil oficialmente. O convite foi aceito com prazer e as datas serão marcadas subseqüentemente através de canais diplomáticos.

Feito em Lagos, aos 17 dias do mês de novembro de 1983.

visita do presidente figueiredo consolida a amizade entre brasil e guiné-bissau

Declaração do Presidente João Figueiredo, em Bissau,
em 17 de novembro de 1983, logo após seu
desembarque naquela Capital.

É com satisfação especial que visito a República da Guiné-Bissau, atendendo a convite do Presidente João Bernardo Vieira. Tere-mos a grata oportunidade de consolidar e aprofundar ainda mais os vínculos de ami-zade e cooperação que unem os nossos países.

Não poderiam ser melhores as nossas pers-pectivas, apoiadas que estão, desde nossos primeiros contatos, na facilidade de nosso entendimento mútuo, em nossa língua co-mum, em nossos pontos de vista tantas ve-zes convergentes.

Primeiro país de língua comum no Conti-nente africano com o qual o Brasil estabele-ceu relações, a Guiné-Bissau é também o primeiro que um Chefe de Estado brasileiro visita na África.

Conhecemos, no Brasil, a luta da Guiné-Bissau por sua independência. Conhecemos o relevante papel desempenhado pelo Presi-dente João Bernardo Vieira nessa luta, as-sim como vimos, na obra de Amílcar Ca-

bral, os povos africanos em geral, e a Guiné-Bissau em particular, reconquistarem o di-reito de realizar sua própria história.

O Brasil acompanha com interesse fraterno toda a evolução dos Estados africanos nos seus esforços pela autodeterminação, inde-pendência e eliminação dos resquícios exis-tentes de colonialismo, dominação e ra-cismo. Conscientes e orgulhosos que somos da fundamental contribuição da África para a formação de nossa nacionalidade, as cau-sas do nacionalismo africano são também causas brasileiras. Especialmente importan-te para nós é a amizade que nos une aos países de idioma comum.

Durante minha estada, infelizmente curta, concentraremos a atenção na dinamização de nossas relações de amizade e coopera-ção. Estou seguro de que com o Presidente João Bernardo Vieira e com a ajuda de nos-sos colaboradores, saberemos aproveitar esta oportunidade para desenvolver ainda mais as afinidades que nos irmanam. É fácil e

prazerosa esta missão, quando tão cordiais e construtivos são os propósitos que nos anima.

Reitero, pois, a felicidade que sinto em es-

tar na Guiné-Bissau e a plena disposição de todo o meu Governo em trabalhar pelo progresso de nossos entendimentos.

Muito obrigado.

presidente figueiredo: relacionamento profícuo e exemplar entre brasil e guiné-bissau

*Discurso do Presidente João Figueiredo,
em Bissau, em 17 de novembro de 1983, por ocasião
de almoço que lhe foi oferecido pelo
Presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira.*

Senhor Presidente João Bernardo Vieira,

Desejo inicialmente expressar a Vossa Excelência a satisfação que esta visita a seu país representa para mim.

Minha vinda a este continente é a realização de um velho projeto e não poderia ser mais apropriado que fosse a Guiné-Bissau o primeiro país de fala portuguesa ao qual me dirijo.

Há mais de nove anos, o Brasil e a Guiné-Bissau estabeleceram relações diplomáticas. Desde então, invariavelmente, soubemos, guineeses e brasileiros, desenvolver relacionamento profícuo e exemplar, animado pelo espírito de justiça, pela coincidência de aspirações, dentro do mais estrito respeito às respectivas soberanias e identidades nacionais. Soubemos sempre incentivar nossa cooperação bilateral, expandindo-a a diversos domínios.

As afinidades existentes entre nossos países explicam o êxito de nosso relacionamento. Nossas culturas e nossas etnias são irmãs e é grande o orgulho brasileiro de suas raízes africanas. Grande também é o espírito de cooperação que caracteriza nossos povos, na busca de parcerias equilibradas e mutuamente satisfatórias.

Não posso deixar de ressaltar, ainda, a permanente vontade política de nossos dois Governos, empenhados em dar forma concreta à aproximação brasileiro-guineense.

A confiança no futuro sólido da Guiné-Bissau e de nossas relações bilaterais vê-se reforçada pela lúcida liderança de Vossa Excelência que, no desenvolvimento do caminho aberto por Amílcar Cabral, constitui garantia de resultados positivos para o bem-estar do povo guineense e o estreitamento de nossos vínculos.

Sabemos hoje, com clareza, que o único entrave ao aprofundamento ainda maior de nossa cooperação mútua decorre da escassez de recursos que os países em desenvolvimento, hoje mais do que nunca, vêm enfrentando.

Não desejo discorrer sobre a crise econômica internacional e suas pesadas conseqüências no Terceiro Mundo, porquanto a recente intervenção do Senhor Ministro Fidélis Cabral D'Almada perante a Assembléia Geral das Nações Unidas evidenciou que as percepções de nossos Governos nesta matéria se assemelham.

Acredito, no entanto, que, irmanados por firme determinação comum, conseguiremos, com criatividade, montar mecanismos

capazes de aperfeiçoar nossa cooperação bilateral, erigindo-a em exemplo construtivo para países em condições similares.

Temos plena confiança em que os esforços empreendidos pelo Governo de Vossa Excelência, entre os quais o Plano de Estabilização e o Plano Econômico Quadrienal, constituirão instrumentos importantes para a superação das dificuldades presentes.

Temos a convicção de que o Brasil, dentro de suas possibilidades, mediante cooperação amiga e desinteressada, poderá participar, em benefício dos nossos povos, do trabalho de soerguimento econômico guineense, conduzido por Vossa Excelência.

Senhor Presidente,

Já por ocasião de minha chegada a Bissau, salientei os laços especiais que nos unem aos países africanos de língua comum. Observamos com apreço e respeito os esforços de coordenação política, econômica e diplomática desenvolvidos nas Conferências de Cúpula que têm reunido os dirigentes da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Desejo manifestar a Vossa Excelência, desde já, meus sinceros votos pelo êxito da IV CIMEIRA, a realizar-se nesta Capital, em dezembro próximo, que certamente há de acentuar ainda mais a trilha de êxitos crescentes da cooperação entre os países africanos de expressão oficial portuguesa.

Assim como saudamos, os brasileiros, as conquistas e êxitos de nossos países irmãos, sentimos os sofrimentos infligidos a alguns deles, como Angola, Lesoto e Moçambique, que têm sido vítimas de injustificáveis agressões.

Sabemos que a ameaça à paz na África Austral decorre principalmente da ocupação ilegal da Namíbia, assim como das próprias características do regime aparteísta. Não há razões aceitáveis que possam impedir a aplicação da Resolução 435 do Conselho de

Segurança das Nações Unidas para a solução do problema namibiano.

Múltiplos são os motivos concretos que levam o Governo brasileiro a repudiar o **apartheid** e a apoiar as resoluções internacionais que o condenam. Ao institucionalizar a segregação racial, o sistema aparteísta fere princípios éticos e denega direitos elementares, inclusive o da cidadania, à grande maioria da população sul-africana.

Para o Brasil, o regime de segregação e discriminação racial é incompatível com a própria formação de nossa nacionalidade, reconhecida mescla de elementos étnicos e culturais das mais diversas procedências.

Tais vicissitudes, no entanto, não diminuirão nosso empenho em trabalharmos unidos por um futuro melhor para nossos povos.

Na África, assim como na América Latina, nossos esforços construtivos e autênticos prevalecerão sobre os conflitos que ainda hoje afetam determinadas áreas.

Nossos continentes saberão construir para si, livres de ingerências externas e de tensões estranhas à índole de nossos países, um futuro de paz, justiça e prosperidade.

Reitero, pois, Senhor Presidente, o apoio do Governo brasileiro às iniciativas destinadas a promover, pela cooperação, o desenvolvimento africano.

Como parceiro fraterno, e malgrado as sérias limitações financeiras que nos tolhem, participamos do esforço multilateral em favor da Guiné-Bissau que hoje se inaugura em Lisboa, assim como pretendemos estar presentes à Conferência Internacional sobre o seu país, que se reunirá proximamente em Genebra.

Da mesma forma, temos participado de todas as reuniões anuais da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC), conscientes da im-

portância de apoiar a justa luta pela independência econômica e pela dignidade nacional de seus países-membros.

O Brasil se associa com convicção a todas estas demonstrações de confiança nos destinos de autenticidade, afirmação nacional e desenvolvimento dos países africanos.

Senhor Presidente,

A acolhida fraterna de Vossa Excelência, das autoridades e do povo guineense testemunham a amizade que anima nossos povos e Governos.

Desde os primeiros momentos de nossa es-

tada, sentimo-nos, eu e minha comitiva, como se em nossa própria Pátria estivéssemos, envolvidos pelo calor humano e pela confiança mútua que caracteriza o relacionamento entre povos irmãos.

Receba, Senhor Presidente, os meus agradecimentos pessoais e os de meus acompanhantes, pela fidalguia de todos com que tivemos a satisfação de nos avistar.

É, assim, com profundo contentamento e viva emoção que convido os presentes a erguerem suas taças num brinde à cooperação fraterna entre o Brasil e a Guiné-Bissau, à prosperidade do povo guineense e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

ao deixar a guiné-bissau, figueiredo ressalta as afinidades entre brasileiros e guineenses

**Discurso, de improviso, do Presidente João Figueiredo,
em Bissau, em 17 de novembro de 1983,
momentos antes de deixar a Guiné-Bissau.**

Os nossos deuses, que são comuns ao povo da Guiné-Bissau e ao povo brasileiro, deram a mim a graça e a honra de ser o primeiro Presidente da República do Brasil a pisar as terras da Guiné-Bissau.

Trago aqui o abraço, não apenas o meu e dos meus auxiliares, mas o abraço amigo, irmão, de todo o povo brasileiro ao povo da Guiné-Bissau, pois o tivemos presente, sempre, nesses 150 anos, e muito de nossas origens, das nossas tradições, da nossa história, do nosso sangue, das nossas virtudes saíram daqui da terra da Guiné-Bissau. Queira Deus que com essa primeira visita de um presidente brasileiro ao povo da Guiné-Bissau, as nossas relações de irmãos se aper-

tem, se estreitem cada vez mais e possam os mandatários — como o Presidente Bernardo Vieira e eu vamos procurar fazer —, os mandatários no futuro, trabalhar para o bem-estar de nossos povos, trazendo a felicidade, trazendo a bem-aventurança, trazendo a paz e a alegria que eu já notei neste povo, a alegria e a felicidade permanente para os povos da Guiné-Bissau e do Brasil.

Nós, o Presidente Bernardo Vieira e eu, assim o queremos e Deus há de conceder a nós esse nosso desejo.

Muito obrigado.

comunicado conjunto brasil – guiné-bissau

Comunicado Conjunto Brasil—Guiné-Bissau, assinado,
em Bissau, em 17 de novembro de 1983,
pelos Presidentes João Figueiredo e João Bernardo Vieira.

A convite do Presidente do Conselho da Revolução da República da Guiné-Bissau, Sua Excelência o General-de-Divisão JOÃO BERNARDO VIEIRA, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, acompanhado de uma importante comitiva, cujos integrantes constam do anexo I, efetuou uma visita oficial e de amizade à República da Guiné-Bissau no dia 17 de novembro de 1983.

Pela primeira vez, um Chefe de Estado brasileiro visita a Guiné-Bissau. Sua presença simboliza de forma eloqüente a existência não só de laços históricos e culturais comuns mas também traduz a vontade e o interesse político dos dois Governos em estreitarem e aprofundarem as relações de cooperação e de amizade.

No decorrer da visita, os dois Presidentes mantiveram amplas conversações, tendo examinado temas da atual conjuntura internacional, as principais questões africanas, asiáticas e latino-americanas, bem como as relações bilaterais. As conversações realizadas num clima de amizade, de cordialidade e de compreensão fraterna evidenciaram uma ampla convergência de posições de ambos os países quanto às questões abordadas e apontaram novos horizontes para intensificação das relações bilaterais.

Os dois Chefes de Estado reiteraram a firme adesão dos seus respectivos países aos propósitos e princípios consignados na Carta das Nações Unidas e aos princípios do Direito Internacional contemporâneo, com especial ênfase aos que dizem respeito à independência, à soberania, à igualdade, à integridade territorial, e à não-ingerência nos

assuntos internos dos Estados, à autodeterminação dos povos, à solução pacífica dos diferendos internacionais e a não-utilização das forças nas relações entre Estados. Com base em tais princípios, rejeitaram e condenaram qualquer forma de colonialismo e de discriminação. Ambos os Presidentes concluíram que somente o respeito a esses princípios pode criar as condições para uma convivência internacional capaz de contribuir para materializar os ideais da paz, harmonia e igualdade jurídica entre países soberanos.

Passando em revista a conjuntura internacional, os dois Chefes de Estado dedicaram especial atenção aos problemas que afligem a África Austral. Os dois Presidentes expressaram o seu apoio à justa luta do povo da Namíbia contra a perpetuação do colonialismo no seu território e apelaram para a aplicação sem procrastinação da Resolução 435 (78) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os dois Mandatários manifestaram sua repulsa a toda e qualquer forma de discriminação racial, particularmente ao sistema do **apartheid** que consideraram, entre outros, um desprezo à dignidade humana e uma séria ameaça à paz e à estabilidade no continente africano. Condenaram com veemência os atos de agressão, as ameaças e ações de desestabilização empreendidas pela África do Sul contra os Estados independentes da Linha de Frente, especialmente, Angola, Moçambique, Zimbabwe e, mais recentemente, o Lesoto. Outrossim, expressaram sua solidariedade com os Estados da África Austral em seus esforços para a concretização dos ideais pacíficos de integração e desenvolvimento regional no âmbito da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC).

No Médio Oriente, os dois Chefes de Estado expressaram a sua convicção de que uma paz eqüitável e duradoura só poderá ser alcançada nessa região com o reconhecimento do direito do povo palestino à autodeterminação e independência, sob a direção da OLP seu único e legítimo representante, do direito dos Estados da região de viverem em paz dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas e com a evacuação completa dos territórios árabes ocupados por Israel.

Os dois Presidentes analisaram a situação no continente americano e manifestaram a sua profunda inquietação perante o aumento de tensões na América Central e nas Caraíbas, tendo deplorado a intervenção em Granada por forças estrangeiras, e expressaram seu apoio aos países da região nos seus esforços em prol da consolidação da independência, da salvaguarda de sua soberania nacional e do desenvolvimento econômico e social independente, sem ingerência do exterior.

Os dois Mandatários salientaram a preocupação dos seus respectivos Governos com o agravamento das tensões internacionais e tentativas de transferência das rivalidades entre as Grandes Potências para as áreas do Terceiro Mundo. Manifestaram a sua persuasão de que é urgente e imperativo intensificar os esforços em prol do desarmamento sob controle internacional eficaz, com primazia para o desarmamento nuclear. A esse respeito, concluíram que a crescente corrida aos armamentos das Grandes Potências representa grave perigo para a humanidade e desloca vastos recursos e atenções necessárias ao combate à pobreza, que é a maior tarefa concreta com que se defronta a maioria das populações do mundo.

Identificando no Oceano Atlântico um elo fundamental à aproximação e um instrumento pacífico de intercâmbio e cooperação entre os países ribeirinhos em desenvolvimento, os dois Chefes de Estado comprometeram-se a empreender esforços a seu alcance no sentido de evitar o envolvimento

no Atlântico Sul nas tensões e confrontações entre potências alheias à Região. Reiteraram, pois, a rejeição dos seus respectivos Governos à idéia da criação de pactos ou tratados militares, tais como a chamada "Organização do Tratado do Atlântico Sul", que, ao invés de assegurarem a paz no oceano que banha os dois países, para ele possam atrair manifestações de rivalidades que lhe são estranhas.

A atual crise econômica internacional, na avaliação dos dois Chefes de Estado, vem contribuindo de forma ponderável para o agravamento dos desequilíbrios e desigualdades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ambos notaram que embora a presente crise afete praticamente todos os países, atinge de maneira muito mais profunda as economias em desenvolvimento, em consequência das práticas protecionistas adotadas pelos países industrializados, da deterioração dos preços dos produtos primários, da retração do crédito internacional, das altas taxas de juros e da rigidez dos mecanismos de ajuda dos organismos financeiros internacionais. Tendo em conta não só os interesses dos respectivos países mas também de toda a comunidade internacional na superação da presente crise, os dois Presidentes lembraram que a emergência política e econômica do Terceiro Mundo é um dado que deve ser levado em consideração e, conseqüentemente, a recuperação das próprias economias desenvolvidas será substancialmente facilitada pela dinamização das economias dos países em desenvolvimento. Com base nesse diagnóstico, os dois Chefes de Estado concitaram os países desenvolvidos e as organizações financeiras internacionais a reformularem as suas políticas econômico-comerciais de forma a promover o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional mais justa e eqüitativa que permita a retomada do crescimento e desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da República da Gui-

né-Bissau, ao passarem em revista o desenvolvimento das relações brasileiro-guineenses desde o seu estabelecimento, em 17 de junho de 1974, até o presente, manifestaram satisfação com os resultados alcançados. Saliaram, sobretudo, a expressiva cooperação já existente nos setores de educação e formação de quadros, desde o aperfeiçoamento de mão-de-obra até a formação de diplomatas. Ressaltaram a importância das reuniões da Comissão Mista criada pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio vigente entre os dois países como instrumento adequado para a orientação da cooperação mútua, para a identificação de novas modalidades de cooperação e para a sua expansão com vista à realização dos objetivos nacionais de ambas as partes. Os interesses do Brasil e da Guiné-Bissau em seu relacionamento bilateral foram avaliados como amplamente convergente pelos dois Chefes de Estado, que identificaram na escassez de recursos financeiros de ambos os países na presente conjuntura o único obstáculo à sua expansão a níveis mais elevados. Não obstante as limitações impostas pela conjuntura adversa, manifestaram a intenção de potencializar ao máximo os reduzidos recursos próprios em prol dos objetivos comuns de progresso e desenvolvimento e recorrer, sempre que possível, a terceiras fontes de financiamento, tais como o BAD/FAD, o PNUD e o Fundo da OPEP, **inter alia**, a fim de poderem estender a cooperação bilateral a campos novos e ainda mais abrangente. Em significativo esforço de cooperação para com a Guiné-Bissau, o Presidente da República Federativa do Brasil anunciou ao seu anfitrião a decisão brasileira de prestar apoio financeiro à implementação do Projeto Gambiel, bem como de examinar a possibilidade de renegociar a dívida guineense com o Banco do Brasil.

O Presidente da República Federativa do Brasil manifestou a seu homólogo guineense o apreço do Brasil pelo esforço dos cinco países africanos de expressão oficial portuguesa de aprofundarem a cooperação entre si nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo e nas Comissões Interministe-

riais que ora começam a operar. Nesse sentido formulou os melhores votos pelo êxito da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, a realizar-se em Bissau em dezembro próximo.

O Presidente da República Federativa do Brasil e o Presidente da República da Guiné-Bissau reconheceram a importância fundamental que reveste a realização de contatos regulares ao mais alto nível entre personalidades de ambos os países, o que permite assegurar um indispensável seguimento das ações empreendidas em comum, na busca de soluções rápidas e adequadas às questões relevantes das relações bilaterais e de conferir às relações entre os dois países um dinamismo constante e incessantemente renovado. Nesse sentido, o Presidente do Conselho da Revolução da Guiné-Bissau declarou que a visita do Presidente da República Federativa do Brasil à Guiné-Bissau constitui um marco que eleva as relações entre os dois países e o diálogo político ao mais alto nível e estimula o desenvolvimento da cooperação bilateral em benefício dos povos guineense e brasileiro.

As duas Partes convieram ainda na necessidade de desenvolver esforços a fim de conferir às suas relações bilaterais uma qualidade que seja a dimensão dos indefectíveis laços históricos e culturais que unem os dois povos irmãos.

O Presidente do Conselho da Revolução da Guiné-Bissau fez ao Presidente do Brasil uma exposição sobre a situação econômica que prevalece no país, sobre os estrangulamentos e dificuldades tanto internas quanto externas que condicionam o desenvolvimento sócio-econômico, assim como certas medidas preconizadas pelo PAIGC e o Governo da República da Guiné-Bissau no quadro da estratégia nacional do desenvolvimento.

Durante sua estada na Capital guineense, o Presidente da República Federativa do Bra-

sil foi agracido pelo Chefe de Estado da República da Guiné-Bissau com a Medalha da Ordem "Cobinas do Boé". O Presidente João Bernardo Vieira, por sua vez, recebeu do ilustre visitante o Grande Colar da Ordem do "Cruzeiro do Sul".

O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo formulou um convite ao Presidente João Bernardo Vieira para visitar oficialmente o Brasil. O convite foi aceito com prazer pelo Chefe do Estado guineense, devendo a data desta visita ser fixada pelos canais diplomáticos.

Ao término da visita à Guiné-Bissau, o Presidente da República Federativa do Brasil manifestou ao Presidente João Bernardo Vieira profunda gratidão pelo acolhimento que lhe foi dispensado e à sua delegação pelo Governo e pelo povo irmão guineense.

ANEXO

COMITIVA BRASILEIRA

I – Comitativa Oficial

1. Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

2. Sua Excelência o Senhor Doutor César Cals de Oliveira Filho, Ministro de Estado das Minas e Energia;
3. Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Rubem Carlos Ludwig, Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
4. Sua Excelência o Senhor Senador José Lins Albuquerque;
5. Sua Excelência o Senhor Deputado Natal Gale;
6. Sua Excelência o Senhor Embaixador Affonso Celso de Ouro Preto;
7. Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima;
8. Sua Excelência o Senhor Embaixador Asdrubal Pinto de Ulysséa;
9. Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Pires do Rio;
10. Sua Excelência o Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg;
11. Sua Excelência o Senhor Carlos Viacava, Diretor da Carteira de Comércio Exterior – CACEX, do Banco do Brasil S.A.;
12. Sua Excelência o Senhor Adalberto Camargo, Presidente da Câmara de Comércio Afro-Brasileira;
13. Senhor Professor Edwaldo Brito, Ex-Prefeito de Salvador;
14. Senhor Ademar Ferreira da Silva, Desportista.

figueiredo no senegal: mais um capítulo na história da aproximação entre nossos continentes

Discurso do Presidente João Figueiredo, em Dacar,
em 18 de novembro de 1983, por ocasião de almoço oferecido
pelo Presidente do Senegal, Abdou Diouf.

Sr. Presidente Abdou Diouf,

Tenho muitas razões para sentir-me feliz
nesta visita ao Senegal.

A acolhida fidalga prestada por Vossa Excelência e ilustres membros de seu Governo a mim e a minha comitiva, a satisfação de estar em um dos mais belos países da África, a honra de retribuir as visitas que o ilustre antecessor de Vossa Excelência, Léopold Senghor, fez ao Brasil somam-se ao imenso prazer de dialogar com Vossa Excelência sobre as questões mais importantes de nosso relacionamento bilateral e pontos internacionais de interesse comum.

É motivo de especial satisfação para mim poder contribuir nos contatos profícuos que mantivemos, nós e os membros de nossos Governos, para o aprofundamento das relações entre o Brasil e o Senegal.

Graças à visão e ao elevado espírito de cooperação de Vossa Excelência, seremos capazes de superar obstáculos, dinamizar o intercâmbio, ampliar contatos e colocar o re-

lacionamento bilateral em novo patamar, consentâneo com as expectativas de nossas nações.

Escreve-se, assim, mais um capítulo da história da aproximação entre nossos continentes, unidos por tantos laços, interesses e empreendimentos comuns, destinados a marchar juntos na senda do progresso, da cooperação igualitária, do respeito mútuo e animados pela adesão irrestrita aos princípios e normas do Direito Internacional e da boa convivência.

Senhor Presidente,

Expresso-lhe meu profundo agradecimento pelas reiteradas manifestações de apreço e cordialidade que, desde que chegamos a Dacar, temos recebido, certo de que essas manifestações contribuem para revigorar nossa aproximação e consolidar nossos laços de amizade.

Ergo, pois, a minha taça em brinde ao con-

tínuo aprofundamento das relações entre o Senegal e o Brasil, à prosperidade do povo

senegalês e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

ao deixar o senegal, figueiredo destaca o início de nova etapa no relacionamento brasileiro-senegalês

Declaração do Presidente João Figueiredo à imprensa, em Dacar, em 19 de novembro de 1983, pouco antes de deixar o Senegal.

Coube-me a honra de ser o primeiro Presidente brasileiro a visitar o Senegal. Este evento é um reflexo da importância que a nação brasileira atribui às relações com um parceiro nobre, com o qual nos sentimos irmanados pela História, unidos pela cultura, solidários na luta pelos ideais comuns de desenvolvimento e comprometidos com a preservação da paz, da fraternidade e da boa convivência internacional.

Foi também motivo de grande prazer para mim esta oportunidade de dialogar com Sua Excelência o Presidente Abdou Diouf; interlocutor de admirável lucidez e equilíbrio, firme na disposição de alargar os caminhos do entendimento e da compreensão. Nossas conversações constituíram claro prenúncio de uma nova e grande etapa no relacionamento brasileiro-senegalês.

Nossos países têm dado demonstração sobreja de sua vontade de progredir, de sua capacidade realizadora e de sua propensão natural a cooperar. Somos nações irmãs em muitas dimensões e dedicamos, como parte da vocação de nossos povos, nossos melhores esforços à aproximação mútua, em benefício de nossos povos.

Diante do agravamento dos problemas e das tendências polarizantes que prevalecem internacionalmente, cabe a nossas nações estreitar seus vínculos próprios. Brasil e Senegal, América Latina e África têm muito o que fazer em comum. São grandes os espaços abertos a um relacionamento calcado

no respeito à igualdade, no acatamento tranqüilo da diversidade, na busca lúcida do interesse compartilhado. Um relacionamento que, por sua natureza, seja exemplo concreto daquilo que pretendemos venha a vigorar para toda a humanidade.

O prevalecimento da idéia da cooperação sobre as relações de poder; a união de esforços em prol da solução de problemas; a construção do progresso por sobre as disputas estereis e as rivalidades de blocos, esta é a contribuição maior, concreta e exemplar, que nossos países podem dar a si próprios e à comunidade internacional.

Todos estamos ligados a um mesmo sistema internacional e é dentro dele que se desenvolve nossa atuação. Também neste nível global não nos movem hostilidades ou visões egoístas. Não estamos de costas para ninguém e com todos desejamos cooperar.

Mas, paralelamente à dimensão global, há algo que compete a nossos países fazer: o adensamento de nossas próprias relações. Não estamos nos primeiros passos dessa marcha. Já trilhamos um longo caminho que cada vez mais confirma a correção de nosso rumo.

O Brasil sempre confiou no espírito de independência autêntica das nações africanas e com ele se identifica no processo de estreitamento de laços através do Atlântico Sul.

O Brasil se congratula com o processo de afirmação da África, do qual emerge todo um continente de nações jovens.

O Brasil expressa seu apoio à Organização da Unidade Africana, entidade que já deu, como confiamos em que continuará a dar, sobejos exemplos de capacidade de encarar os melhores ideais da África.

A experiência diversificada e rica da nação senegalesa, que se destaca em uma das regiões mais promissoras do continente africano mostra, em seus aspectos gerais, as vantagens do equilíbrio, da moderação e do diálogo.

Estou certo de que nossos Governos, nossos

empresários, nossos povos, saberemos estar à altura dos desafios que se nos oferecem para construir uma ponte sólida e permanente de entendimento entre nossas nações.

É meu desejo dar minha contribuição pessoal para que se chegue à consciência cada vez mais clara da importância do estreitamento de nossas relações bilaterais, da necessidade da aproximação progressiva entre o Brasil e a África, do desenvolvimento da cooperação internacional, e em particular entre os países do Sul, e da união de esforços em prol de um novo ordenamento internacional, mais justo e equitativo, de que nossos países devem ser exemplos na prática de seu relacionamento.

comunicado de imprensa brasil-senegal

Comunicado de imprensa Brasil—Senegal, divulgado em Dacar, em 18 de novembro de 1983, ao final da visita do Presidente João Figueiredo àquele País.

A visita oficial de trabalho que Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, realizou ao Senegal, de 17 a 19 de novembro de 1983, a convite de Sua Excelência o Senhor Abdou Diouf, Presidente da República do Senegal, representou, sem qualquer dúvida, uma etapa importante na evolução positiva da cooperação existente entre os dois países, fundada na grande amizade que os une e nos ideais que compartilham.

Por ocasião dessa visita, os dois Chefes de Estado mantiveram importantes conversações que lhes permitiram examinar a cooperação entre Brasil e Senegal, bem como a atualidade internacional, em seus aspectos políticos e econômicos.

Durante essas conversações e em outras reuniões de trabalho que se realizaram durante a visita do Chefe de Estado brasileiro, este e

seu homólogo senegalês sublinharam sua determinação comum de conferir novo impulso às relações entre os dois países nos planos cultural, econômico, técnico e comercial.

A esse respeito, os dois Chefes de Estado assinalaram a necessidade de dinamizar o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Senegal, diversificando-o e tornando-o mais equilibrado, no interesse mútuo de seus povos. Nesse espírito, deram instruções para a convocação, dentro de um prazo razoável, da quarta reunião da Comissão Mista Brasil—Senegal, que oferecerá a oportunidade para a definição de formas precisas para a concretização dessas diretrizes.

Nesse mesmo espírito de amizade, Suas Excelências os Senhores Presidentes João Baptista Figueiredo e Abdou Diouf se congratularam pela grande convergência de seus pontos de vista sobre os problemas que

ameaçam a paz e a segurança mundiais quando examinaram as questões políticas da atualidade que preocupam seus respectivos Governos. A esse respeito, os dois Chefes de Estado manifestaram sua viva preocupação diante dos focos de tensão na África, no Oriente Médio, no sudeste da Ásia e na América Latina. Nesse contexto, reafirmaram a dedicação do Brasil e do Senegal à solução pacífica, de não-intervenção nos assuntos internos dos Estados e do respeito na sua soberania e integridade territorial.

Ademais, a particular importância que o Brasil e o Senegal atribuem aos problemas econômicos internacionais levou os dois Chefes de Estado a uma troca de idéias aprofundadas sobre a urgência de uma solução global desses problemas, por meio do estabelecimento de uma nova ordem econômica mundial que garanta um desenvolvimento equilibrado de todos os países. A esse respeito, sublinharam a necessidade de uma cooperação horizontal entre os países do Terceiro Mundo e lançaram um apelo

para que o diálogo Norte-Sul seja efetivamente retomado.

Sua Excelência o Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo manifestou sua viva gratidão a Sua Excelência o Senhor Presidente Abdou Diouf, ao Governo e ao povo senegalês pela acolhida calorosa e pela hospitalidade generosa que recebeu, juntamente com a delegação que o acompanha, durante sua permanência no Senegal.

O Chefe de Estado brasileiro convidou o Presidente Abdou Diouf a realizar uma visita oficial ao Brasil, convite que foi aceito com prazer.

Os resultados da visita oficial de trabalho do Senhor Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo constituem um testemunho renovado da vontade dos Governos brasileiro e senegalês, sob a inspiração de seus dois prestigiosos Chefes de Estado, de desenvolver entre o Brasil e o Senegal relações fecundas sob todos os aspectos.

a chegada do presidente joão figueiredo à argélia

Saudação do Presidente João Figueiredo
ao povo argelino, em 19 de novembro de 1983, logo
após desembarcar na Argélia.

É com viva emoção que inicio minha visita à Argélia, a primeira realizada, em caráter oficial, por um Presidente da República do Brasil.

Há muito, no Brasil, admiramos a rica trajetória desta grande Nação árabe e africana na construção de sua própria História.

Trago de meu país uma mensagem de fraterna amizade, mensagem de reconhecimento da coragem, operosidade e talento do povo argelino.

A gravidade sem precedentes da época em que vivemos, obriga todos a um redobrado esforço para a construção da paz e o reerguimento da cooperação internacional para o desenvolvimento. Alastram-se hoje as tensões políticas e os problemas econômicos. Nesse contexto de crise, é dever dos governantes intensificar o diálogo construtivo e buscar coincidências positivas.

A Argélia, sob a eficiente liderança do Presidente Benjedid, é um país que, reconhecidamente, pauta seu comportamento internacional pelos grandes ideais da paz, justiça e desenvolvimento.

As relações Sul-Sul têm papel fundamental

a desempenhar em nossos tempos. Brasil e Argélia, por sua posição entre os países do Terceiro Mundo, podem e devem empenhar-se, cada vez mais, em apontar rumos e abrir novos e exemplares caminhos, que constituam marcos positivos nas relações entre as nações em desenvolvimento.

Vejo, assim, com fundadas esperanças o futuro de nossa cooperação. Creio firmemente na importância e na utilidade das conversações que manteremos durante esta visita. Acima de tudo, confio nas convergências que observo na forma de encararmos e compreendermos a realidade internacional e na justiça dos grandes princípios que defendemos.

A Argélia e o Brasil, impulsionados pelo ânimo de trabalhar em conjunto e apoiados na sólida base de suas economias, têm tudo para lograr êxito num intercâmbio aumentado e diversificado.

Para isto, cabe-nos aprofundar a busca das variadas oportunidades de cooperação, dentro de um relacionamento de equilíbrio, igualdade e mútuos benefícios.

Com a entrada em vigor do Acordo que cria a Comissão Mista, do Acordo Comercial e

do Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, estaremos estabelecendo os mecanismos de cooperação bilateral que tornarão sistemáticos e, portanto, mais eficazes os nossos contatos.

A oportunidade de estarmos em Argel para manter conversações com o Presidente Benjedid e proporcionar um diálogo direto entre autoridades de nossos dois Governos, nos é da maior valia.

A ampla capacidade de atuação diplomática nas instâncias regionais, nos importantes foros do Movimento Não-Alinhado, e enfim

em todo o cenário internacional fazem da Argélia um parceiro privilegiado para o diálogo político.

A troca de opiniões sobre os problemas internacionais que nos preocupam e o impulso que daremos a nosso relacionamento bilateral, graças ao exame construtivo não só das dificuldades concretas que enfrentamos, mas também dos amplos horizontes que vislumbramos para o futuro, fazem-me confiante e otimista. É nesse espírito que saúdo o Governo e o povo deste grande país.

presidente figueiredo em argel: espírito de cooperação anima as relações entre brasil e argélia

Saudação do Presidente João Figueiredo ao povo argelino, em 21 de novembro de 1983, por ocasião de sua partida da Argélia.

Ao finalizar minha visita, desejo expressar ao Governo e ao povo da Argélia os meus agradecimentos sinceros e emocionados pela acolhida fraterna proporcionada a mim e a minha comitiva.

Minha visita propiciou a oportunidade de desenvolvermos um diálogo profícuo e enriquecedor que muito há de contribuir para o estreitamento dos laços que unem a Argélia e o Brasil.

Foram para mim motivo de grande prazer as conversações que mantive com o Presidente Benjedid.

Nossos encontros confirmam o espírito de cooperação que anima nossas nações.

Não me surpreendi com o êxito desses encontros, assim como dos entendimentos mantidos entre os demais membros de nossos Governos.

Países como os nossos, respeitosos dos princípios básicos da boa convivência internacional e empenhados nas tarefas do desenvolvimento, só podem ganhar com o diálogo.

Pude avaliar a dedicação com que o Presidente Benjedid e o Governo argelino se empenham na superação dos problemas de origem internacional que afetam neste momento a generalidade dos países. Pude aprofundar com precisão ainda maior as razões por que a Argélia é um país mundialmente respeitado.

Deixo a cidade de Argel consciente de que nossos países deram passos importantes no sentido da consolidação de seu fértil relacionamento.

Os Acordos que assinamos — o que cria a Comissão Mista Argélia—Brasil, o Acordo de Comércio e o Acordo de Cooperação

Científica, Tecnológica e Técnica — constituem demonstração da nossa confiança no futuro de nossas relações e representam instrumentos valiosos para que, juntos, possamos oferecer contribuições significativas para o bem-estar de nossos povos.

É fácil prever o desenvolvimento promissor de nosso relacionamento.

São múltiplas as convergências entre nossos países e múltiplos os pontos concretos de interesse comum.

São também por todos reconhecidas a capacidade de trabalho e de realização de nossos povos e a dedicação com que nossos Governos lutam por transformações no ordenamento internacional que o tornem mais justo e eqüitativo.

comunicado de imprensa brasil-argélia

Nossos esforços ultrapassam os limites de nossa negociação bilateral, estendendo-se, como realização exemplar, ao âmbito do fortalecimento da cooperação entre os países em desenvolvimento, ao encorajamento da cooperação internacional para o desenvolvimento, a atenta consideração internacional dos problemas que afetam nossos interesses comuns, ao empenho pela prevalência da cooperação igualitária entre os Estados, com base na independência, no respeito mútuo e na busca de benefícios recíprocos.

Deixo Argel com a convicção de haver cumprido com inteiro êxito missão para mim especialmente grata. Parto com a certeza de uma amizade reforçada entre o Brasil e a Argélia e com a mais viva impressão ante o progresso deste belo e pujante país, sob a liderança do Presidente Benjedid.

Comunicado de imprensa Brasil—Argélia, divulgado em Argel, em 21 de novembro de 1983, ao final da visita do Presidente João Figueiredo à Argélia.

A convite de Sua Excelência o Senhor Chadli Benjedid, Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Secretário-Geral do Partido F.L.N., Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, efetuou uma visita oficial à Argélia, de 19 a 21 de novembro de 1983.

As conversações entre os dois Presidentes desenrolaram-se em clima de grande cordialidade e compreensão mútua e consolidaram o interesse dos dois Governos em estreitar as relações de cooperação já existentes.

Ao discutirem certos aspectos da atualidade internacional, os dois Chefes de Estado constataram grande identidade de pontos de vista sobre os problemas que encerram

ameaça à paz e à segurança mundiais e convieram quanto à necessidade de se empreender uma ação global, de sentido democrático, visando ao aperfeiçoamento das relações internacionais.

Os dois Presidentes analisaram igualmente a conjuntura econômica mundial e, ao exprimir sua profunda preocupação quanto à crise que atinge duramente os países em desenvolvimento, reiteraram necessidade urgente de implantar uma nova ordem econômica internacional que estabeleça uma justa e verdadeira interdependência, capaz de permitir um desenvolvimento solidário de todas as nações.

No plano das relações bilaterais, os dois Presidentes reafirmaram a disposição dos dois Governos de encorajar a intensificação

dos contatos e o aumento dos níveis atuais de cooperação, notaram, com satisfação, a entrada em vigor dos instrumentos jurídicos adequados à consecução de tais objetivos comuns e registraram as amplas perspectivas abertas, nos mais variados setores, a uma cooperação frutífera e mutuamente vantajosa.

O Presidente da República Federativa do Brasil formulou convite ao Presidente da República Argelina Democrática e Popular para uma visita oficial ao Brasil, o que foi aceito com prazer, devendo as datas para sua realização serem fixadas por via diplomática.

a mensagem do presidente joão figueiredo ao povo de cabo verde

Mensagem do Presidente João Figueiredo
ao povo cabo-verdiano, publicada no jornal
Voz di Povo, em 21 de novembro de 1983.

Sob a particular emoção de ser o primeiro Chefe de Estado do Brasil a visitar Cabo Verde, é com os mais profundos sentimentos de amizade que, em nome do Governo e do povo brasileiros, e em meu próprio nome, estendo ao Governo e ao povo desta República irmã minhas mais calorosas saudações.

O Brasil e Cabo Verde estão ligados tanto pelas raízes históricas de nossos povos quanto pelos ideais comuns de progresso, paz, justiça e liberdade.

Os brasileiros acompanham com satisfação e admiração o firme caminho que a República de Cabo Verde vem trilhando para sua afirmação na comunidade internacional sob a esclarecida liderança do Presidente Aristides Pereira. Apreciam, pois, a coragem e a tenacidade com que o Governo e o povo

cabo-verdianos souberam construir um Estado verdadeiramente independente, determinado a seguir o caminho do desenvolvimento e a contribuir para a paz no continente africano.

Desejamos, os brasileiros, fortalecer nosso relacionamento e intensificar a cooperação bilateral, dentro de nossas possibilidades, ao mais alto nível. Acreditamos que a amizade e a cooperação brasileiro-cabo-verdianas possam erigir-se em verdadeiro modelo para os demais países em desenvolvimento, em especial os latino-americanos e africanos.

É, portanto, movido por esses princípios e certezas que visito a República de Cabo Verde, trazendo, à gente amiga e irmã do arquipélago, os votos de prosperidade que lhe formula toda a Nação brasileira.

comunicado conjunto brasil-cabo verde

Comunicado Conjunto Brasil—Cabo Verde, assinado,
na Ilha do Sal, em 21 de novembro de 1983, pelos
Presidentes do Brasil, João Figueiredo, e
de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira.

A convite de Sua Excelência o Presidente da República de Cabo Verde Senhor Aristides Maria Pereira, o Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, realizou visita oficial a Cabo Verde, no dia 21 de novembro de 1983. Os dois Chefes de Estado fizeram-se acompanhar das suas respectivas comitivas, cujos integrantes oficiais figuram em anexo.

A visita do Presidente João Figueiredo efetuou-se no âmbito da primeira viagem oficial de um Chefe de Estado da República Federativa do Brasil ao continente africano e traduziu o desejo mútuo de estreitar, ainda mais os laços de bom entendimento e fraterna amizade que unem os povos do Brasil e Cabo Verde.

Num clima de cordialidade e compreensão, os dois Chefes de Estado procederam a uma ampla e proveitosa troca de pontos de vista sobre assuntos de interesse mútuo e as principais questões internacionais, tendo-se verificado uma grande convergência de opiniões entre os dois Presidentes.

Durante essas conversações, reafirmaram a adesão de seus respectivos países aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e às normas do Direito Internacional contemporâneo, especialmente no que diz respeito à independência, soberania, igualdade e integridade territorial, bem como à não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos dos Estados, ao direito dos povos à autodeterminação, à solução pacífica dos diferendos e a não-utilização da força nas relações internacionais. Conseqüentemente, reconheceram o direito de cada Es-

tado definir, de forma independente, as suas opções políticas e econômicas.

Os dois Presidentes exprimiram a sua preocupação perante o agravamento das tensões internacionais, que se manifestam pela proliferação de focos localizados de conflito e pela escalada sem precedentes na corrida armamentista e reafirmaram a sua determinação em concorrer para o abrandamento das tensões e a preservação da paz e segurança internacionais, assinalando ser este um objetivo essencial que deve ser procurado de forma constante e coordenada pela comunidade internacional.

Ao examinar a situação na África Austral, os dois Chefes de Estado expressaram a sua solidariedade com a justa luta do povo da Namíbia pela sua independência, sob a direção da SWAPO, seu único e legítimo representante, e reiteraram a sua convicção de que a solução do problema namibiano só poderá ser encontrada no quadro da aplicação estrita e sem demoras da Resolução 435 (1978) do Conselho de Segurança e das Resoluções pertinentes das Nações Unidas.

Manifestaram, a esse respeito, a sua repulsa a qualquer forma de discriminação racial, particularmente ao sistema do **apartheid**. Condenaram, ainda, as ameaças e os atos de agressão e desestabilização empreendidos sistematicamente pela África do Sul contra os Estados da Linha de Frente, especialmente a República Popular de Angola, a República Popular de Moçambique e Lesoto, aos quais reafirmaram a sua solidariedade e o seu apoio.

O Presidente da República Federativa do Brasil felicitou o Presidente cabo-verdiano

pelo profícuo trabalho desenvolvido por Cabo Verde em prol da harmonia no continente africano, salientando, nesse sentido, a sua atividade na Presidência do Comitê Inter-Estados de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS), bem como os esforços desenvolvidos com vistas a facilitar uma solução negociada na África Austral. O Presidente Aristides Pereira, por sua vez, registrou o apreço do seu país pelas posições positivas do Governo brasileiro, nomeadamente face às questões africanas, o que demonstra a perfeita compreensão existente entre o Brasil e os países do outro lado do Atlântico, membros da Organização da Unidade Africana.

Os dois Chefes de Estado analisaram a situação na América Central e nas Caraíbas, manifestaram a sua profunda preocupação perante o aumento de tensão nessa área e reafirmaram a convicção de que compete aos povos da região decidir sobre os seus próprios destinos, livres de ingerências externas, na base do respeito mútuo e da estrita observância das normas que regem a convivência internacional. Nesta ótica, exprimiram o seu apoio aos povos dessa área em seus esforços em prol da consolidação das suas respectivas independências e soberanias nacionais e de seu desenvolvimento econômico e social.

Os dois Presidentes destacaram, por outro lado, a importância do oceano que une os dois países como elo natural de aproximação mútua e para o estreitamento das relações pacíficas entre a América Latina e a África e expressaram o firme propósito dos seus países de, no exercício das respectivas soberanias, manterem a área do oceano Atlântico como um instrumento pacífico de intercâmbio, cooperação e desenvolvimento.

O Presidente João Figueiredo elogiou as ações empreendidas conjuntamente pela República Popular de Angola, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República Popular de Moçambique e República Democrática de São Tomé e Príncipe para o estreitamento dos laços de solidarie-

dade e das suas relações de amizade e cooperação, e apoiou a deliberação da Cimeira da Praia, em setembro de 1982, de desenvolver os esforços necessários com vistas à introdução do Português como língua de trabalho nas organizações internacionais. Formulou, ainda, os melhores votos de êxito à IV Conferência dos Chefes de Estado desses países, a realizar-se em Bissau.

Os dois Chefes de Estado constataram com apreensão a deterioração progressiva da situação econômica internacional e as consequências nefastas daí resultantes, para as economias dos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos avançados. Estimaram que, a persistir o atual sistema econômico internacional, com os riscos de desequilíbrios que acarreta a segurança coletiva estará seriamente ameaçada.

A esse propósito, os Presidentes da República Federativa do Brasil e da República de Cabo Verde sublinharam que a dinamização do crescimento econômico dos países em desenvolvimento é um fator essencial na superação da crise, influenciando na recuperação das próprias economias dos países industrializados, e reafirmaram a sua convicção de que a solução do problema deve ser global, com plena participação de toda a comunidade internacional.

Reiteraram, também, o seu firme propósito de continuar a envidar os esforços necessários para o estabelecimento de relações justas e equilibradas que permitam a todos os países, sobretudo aos países em desenvolvimento, prosseguir nos seus esforços em prol do progresso econômico e social. Nesse espírito, manifestaram seu apoio a um diálogo Norte-Sul franco e construtivo, na base do respeito mútuo e na salvaguarda dos interesses de todos os países. Expressaram, ainda, a sua determinação em contribuir, cada vez mais, para o reforço da cooperação entre os países em desenvolvimento.

Os dois Chefes de Estado passaram em revista o desenvolvimento das relações entre o Brasil e Cabo Verde e exprimiram sua

satisfação pelo frutífero entendimento alcançado, bem como pela significativa contribuição dessas relações para a concretização da cooperação entre os países em desenvolvimento.

Ao avaliar os resultados da cooperação bilateral, realçaram a importância da Comissão Mista Brasil—Cabo Verde, cuja IV Reunião, realizada em Brasília, no mês de outubro último, demonstrou, mais uma vez a sua eficácia no encaminhamento e promoção de interesses comuns.

Os dois Presidentes reafirmaram a sua intenção de ampliar a cooperação brasileiro-cabo-verdiana a novas áreas, e a fim de contornar a escassez de recursos financeiros nos seus respectivos países, expressaram a sua disposição e o interesse mútuo de procurar canalizar, sempre que possível, para a realização de projetos bilaterais, recursos de terceiras fontes de financiamento.

Analisaram a situação dos emigrantes cabo-verdianos radicados no Brasil, desde os primórdios deste século, tendo o Presidente Aristides Pereira manifestado o mais vivo reconhecimento de Cabo Verde pelo fraternal acolhimento a eles reservado e exprimido a convicção de que a presença dessa comunidade aí constitui mais um fator para o aprofundamento dos laços histórico-culturais e de fraternal solidariedade entre os povos brasileiro e cabo-verdiano.

O Presidente da República Federativa do Brasil exprimiu a sua admiração pela tenacidade e espírito de sacrifício que caracterizam o homem cabo-verdiano na sua luta contra a seca e seus efeitos, pela reabilitação e desenvolvimento do país e pelo seu bem-estar, tendo, ainda, manifestado o seu apoio e solidariedade à realização dos objetivos propostos.

Os dois Chefes de Estado atribuíram uma especial importância à troca de visitas oficiais de altas personalidades dos dois Governos. O Presidente Aristides Pereira qualificou, nesse particular, a visita do Presiden-

te João Baptista de Oliveira Figueiredo como um marco indelével na história das relações brasileiro-cabo-verdianas, elevando ao mais alto nível político o diálogo entre os dois países.

O Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo renovou o convite ao Presidente Aristides Maria Pereira para visitar, oficialmente o Brasil, tendo o Chefe de Estado cabo-verdiano manifestado o desejo de realizar a visita, em data a ser fixada pelos canais diplomáticos.

No término da sua visita, o Presidente da República Federativa do Brasil expressou ao Presidente da República de Cabo Verde o seu profundo agradecimento pelas atenções de que ele e toda a sua comitiva foram alvo durante a sua grata permanência em Cabo Verde.

Feito na Ilha do Sal aos vinte e um de novembro de mil novecentos e oitenta e três.

COMITIVA OFICIAL DE SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1. Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores;
2. Sua Excelência o Senhor César Cals de Oliveira Filho, Ministro das Minas e Energia;
3. Sua Excelência o Senhor General-de-Brigada Rubem Carlos Ludwig, Ministro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República;
4. Sua Excelência o Senhor Senador José Lins de Albuquerque;
5. Sua Excelência o Senhor Deputado Natal Gale;
6. Senhor Secretário João Carlos de Souza Gomes, Encarregado de Negócios, a.i.;
7. Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Chefe do Departamento de Promoção

Comercial do Ministério das Relações Exteriores;

8. Sua Excelência o Senhor Embaixador Orlando Soares Carbonar, Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores;
9. Sua Excelência o Senhor Embaixador Asdrubal Pinto de Ulysséa, Chefe do Departamento da África, do Ministério das Relações Exteriores.

COMITIVA OFICIAL DE SUA
EXCELÊNCIA O PRESIDENTE DA
REPÚBLICA DE CABO VERDE

S.E. Primeiro Comandante Silvino Manuel da Luz,

Ministro dos Negócios Estrangeiros;

- S.E. Comandante Herculano Vieira, Ministro dos Transportes e Comunicações;
- S.E. Doutor Adão Rocha, Secretário de Estado da Indústria;
- S.E. Doutor Corsino Fortes, Secretário de Estado de Comunicação Social;
- S.E. Armino Cruz, Deputado à Assembleia Nacional Popular.

na entrevista à revista exame, chanceler saraiva guerreiro analisa as relações brasil-eua

Entrevista do Ministro de Estado das
Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, à
revista **Exame**, concedida em Brasília,
em 14 de outubro de 1983.

Exame — Ministro, a crise mundial expôs de uma forma muito dramática a fragilidade das economias do Terceiro Mundo e sua extrema dependência das potências industriais, como é o caso do Brasil com os Estados Unidos. O Senhor acredita que mesmo dentro desse quadro adverso o Brasil poderá prosseguir numa linha de política externa independente como vem fazendo desde o Governo Geisel ou, nós vamos voltar a ser quintal dos Estados Unidos, uma época em que o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil?

Ministro de Estado — Essa linha de política externa a que você se refere não só pode como deve prosseguir e está muito bem adaptada às circunstâncias atuais. Justamente o que demonstra a crise é a grande interdependência hoje da economia mundial e tudo o mais. Isto é, não há nada que se passe em algum lugar que não se reflita em outros. É óbvio que uma crise que atingiu os Estados Unidos e os países europeus, uma crise de certa estagnação e recessão, se reflete de uma forma dramática e imediata porque são os países que têm um papel central no comércio e nos fluxos financeiros mundiais. Entretanto, a interdependência é visível em todos os sentidos, também no sentido Sul e Norte. Grande parte das ex-

portações dos países industrializados (entre 35 a 40%) vai para países em desenvolvimento. De modo que, mesmo desse ponto de vista puramente comercial, a interdependência funciona nos dois sentidos. Isto é, uma volta da expansão da economia mundial requer também um papel para esses países. Os países latino-americanos que particularmente representam uma fatia muito grande da dívida dos países em desenvolvimento (o Brasil, o México e a Argentina), são países cuja saúde econômica e cujo desenvolvimento são muito importantes também para Estados Unidos e para os países desenvolvidos em geral.

A nossa política externa, que você chamou de independente, ela é independente nesse sentido de que procura refletir autenticamente o que o Brasil é, as suas realidades e as suas conexões externas naturais. E por isso mesmo ela não corresponde apenas a uma conjuntura momentânea, ela tem um sentido de longo prazo. Não somente ela corresponde ao interesse do Brasil mas, a rigor, sendo o Brasil como é, uma força, um fator de moderação e de equilíbrio nas relações internacionais — ele tem demonstrado isto historicamente, tem demonstrado isto a cada momento na hora presente — é

óbvio que ela induz um tipo de comportamento internacional do Brasil que interessa a todos os países, inclusive, na verdade, aos Estados Unidos. Não seria útil sequer (desse ponto de vista dos nostálgicos) para os Estados Unidos que o Brasil tivesse um comportamento internacional estritamente alinhado a posições americanas.

Exame — Observa-se ao longo desses anos que a retórica do Itamaraty manteve uma coerência. E o próprio discurso do Presidente, quando voltou agora de Cleveland, o Presidente fez uma emocionada defesa da soberania nacional. Pouco depois, o Brasil entregava ao FMI a negociação da sua dívida externa. E o Secretário Donald Reagan fazia uma advertência ao Congresso brasileiro, depois dizia que o Brasil, se não cumprir o programa do FMI pode desaparecer pelo ralo. O Governo ficou em silêncio. Ministro, qual é, afinal, o conceito de soberania nacional do Governo e do Presidente?

ME — O conceito de soberania nacional é muito conhecido, quer dizer, o Brasil é um país que segue na sua vida interna assim como nas suas relações exteriores aquilo que o Governo e o povo consideram melhor para o País, basicamente é isto. Quer dizer, é a busca da salvaguarda, do interesse nacional, do bem-estar nacional e assim por diante. Esses fatos a que você se refere, relativos à negociação da dívida e ao papel do FMI, decorrem de um certo ordenamento da vida econômica internacional, ordenamento que foi estabelecido do ponto de vista institucional desde Bretton Woods com a criação dessas agências especializadas às quais o Brasil, como quase todos os países do mundo, aderiu desde aquela ocasião, que estabelece umas tantas funções para o FMI, como a de servir como uma espécie de linha de reserva para os países que têm uma dificuldade de balanço de pagamentos. O FMI tem de exercer necessariamente uma função de auxiliar esses países e ao auxiliá-los, ao decidir que o Estado-membro possa recorrer a essas reservas, ele naturalmente terá de estabelecer umas tantas condições pa-

ra que isso possa ser feito, para que possa ser exercido esse direito de recorrer às reservas. Isto está previsto e o FMI não pode deixar de ter certas condições inclusive porque essas reservas são reservas que afetam a todos, a toda economia e ao próprio funcionamento do Fundo. De modo que o que se discute são as condicionalidades, o grau, de rigidez ou flexibilidade do Fundo, a maior ou menor compreensão das circunstâncias de cada país. Ele tem de ter normas comuns para todos, ele não pode discriminar, por definição até, sendo um organismo multilateral, em favor de um Estado-membro nas suas condicionalidades, mas tem de adaptá-las às circunstâncias de cada um. Nós mesmos temos feito críticas ao ordenamento atualmente existente. Achamos que a médio e longo prazo e talvez não tão distante, nós devemos repensar os atuais mecanismos. A própria crise atual demonstra a necessidade disso. O Fundo tem funcionado bem quando se trata de uma crise de balanço de pagamentos de um país isolado, ou de dois ou três. Mas nós estamos hoje diante de uma crise em que o fenômeno é generalizado. E até países desenvolvidos, em grau maior ou menor, têm tido problemas de balanço de pagamentos. Diante de uma situação dessas, uma crise como não se tinha talvez desde os anos 30, esse instrumento de fato me parece insuficiente. Tem havido um certo esforço para aumentar a capacidade do Fundo, como este aumento agora proposto das quotas (cerca de 47%) que está tendo as maiores dificuldades para ser aprovado no Congresso americano. O que ao mesmo tempo, de certa forma, exerce pressão sobre autoridades do Executivo americano para mostrarem claramente que não se trata de dinheiro para salvar irresponsáveis, mas que o Fundo é duro, que o fundo garante um bom funcionamento do sistema financeiro internacional e talvez nesse quadro é que se insiram certas declarações como a do Secretário do Tesouro americano. Mas esta maior liquidez do Fundo que se procura é de fato um arranjo que nos parece transitório, que nos parece não ir ao fundo da questão. É bom, é melhor do que simplesmente manter as coisas como

estão — o Fundo ao ser criado tinha uma capacidade de atender correspondente a 16% do valor do comércio mundial e essa capacidade agora havia sido reduzida a 4% do valor do comércio mundial; com esse aumento irá talvez a 6%. Onde se vê que a própria capacidade do Fundo é hoje muito menor, em termos de poder atender à crise de balanços de pagamentos, é muito menor do que era há trinta e poucos anos quando começou a funcionar. Nós achamos que é preciso se fazer um estudo, uma reflexão sobre as próprias instituições de Bretton Woods. Não que elas não tivessem funcionado, não que elas, mesmo hoje, na base de um esforço de emergência não estejam funcionando, mas é preciso repensar em face da dimensão da crise em que estamos. Não é uma opinião isolada, há outros países que têm avançado nessa posição, a França em particular. E muitos especialistas, inclusive os mais respeitáveis, mesmo naqueles países que acham que não é preciso fazer nada, mesmo nos Estados Unidos, têm muitas opiniões nesse sentido de que é preciso repensar um pouco a própria instituição ou as condicionalidades que prevalecem hoje. Entretanto, é preciso ver que essas condicionalidades do Fundo se inserem dentro deste quadro jurídico decorrente da criação do próprio FMI, um tratado que foi assinado e ratificado pelo Brasil. E é nesse sentido que não é uma violação da soberania brasileira, quer dizer, o Brasil é parte desse sistema que prevê esse tipo de condicionalidade quando os participantes, os Estados membros, desejam ou têm a necessidade de recorrer a essa linha última de reservas que o Fundo pode oferecer.

Exame — Ministro, por que o Itamaraty em momento nenhum foi chamado a participar da negociação da dívida? Não teria sido justamente por essa visão terceiro-mundista que se atribui ao Itamaraty?

ME — Não, não tem nada a ver uma coisa com outra. A representação do Brasil no FMI sempre foi levada pelo Ministro da Fazenda, como o é em todos os países. Sempre também o Ministério das Relações Ex-

teriores participou dessa representação, tinha um dos seus assessores presente nas Delegações às reuniões do Fundo, geralmente o Chefe da Divisão de Política Financeira do Departamento Econômico. Mas a responsabilidade da representação do Brasil no Fundo sempre foi do Ministro da Fazenda. As negociações com os bancos privados, os grandes bancos também sempre foram feitas, quer para tomada de empréstimos quer para a discussão das condições e prazos, etc., pelas autoridades da área econômica, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central e SEPLAN. O que, sim, a Chancelaria faz e pode fazer sempre que necessário, é dar um apoio político, um apoio diplomático às gestões de Chancelaria. No caso, por exemplo, do recurso ao Clube de Paris em que os credores são todos Governos, era natural que o Ministério das Relações Exteriores se tivesse envolvido mais direta e imediatamente. E de fato assim foi: desde um grupo informal que preparou a apresentação do pedido ao Clube de Paris, esteve presente o Ministério das Relações Exteriores na pessoa do Chefe do Departamento Econômico e nós nos temos mantido, os Ministros da SEPLAN e da Fazenda — eu próprio — e através dos nossos assessores, em contato e informação mútua porque nós temos de fazer gestões junto aos Governos desses países e temos feito. Agora mesmo, em Nova Iorque, eu tive a oportunidade de conversar sobre esse assunto, sobre certos aspectos com o Secretário de Estado, Shultz, com o Ministro do Exterior da França, Sr. Cheysson, com o Ministro do Exterior do Japão; não sobre esse assunto apenas, tivemos encontros cobrindo assuntos variados bilaterais e multilaterais, mas também sobre este ponto. Inclusive deixei com eles "aide-mémoire", assim como entregamos por outras vias esse mesmo tipo de observação e de interesse às Chancelarias de outros países membros do Clube de Paris. De modo que aí é uma questão de medida. Não temos no Itamaraty a competência originária ou primordial de negociação da dívida, temos uma função natural, que se exercerá na medida das necessidades e que pode ser muito importante em alguns

momentos, de dar o apoio político e diplomático em nome do Governo brasileiro, mesmo em áreas não econômicas de outros Governos, inclusive Chancelarias ou até em níveis mais altos quando há oportunidade.

Exame — Os críticos da política do Itamaraty alegam que o Brasil, nos últimos anos, distanciou-se do seu parceiro mais tradicional, os Estados Unidos, diversificando seu mercado em direção ao Leste europeu, à África e que na hora do aperto ele teve que recorrer aos Estados Unidos, como no caso dos empréstimos-pont e que o comércio com os Estados Unidos, no começo deste ano, rendeu 40% de nosso superávit comercial, enquanto que com os países do Terceiro Mundo nós temos até dificuldades de pagamento. Que resultados da política de diversificação de mercados do Itamaraty o Senhor apresentaria contra essa argumentação?

ME — Mas é evidente que essa argumentação é realmente infantil, quer dizer, nós não tínhamos porque e seria pouco inteligente ficarmos concentrados num único mercado como os Estados Unidos.

Exame — Mas o Senhor concorda que ela vem sendo feita repetidamente, essa argumentação?

ME — Sempre houve uma política de diversificar os mercados. É uma política que qualquer país minimamente inteligente faz. Quanto menos dependermos de um só mercado tanto melhor. Quanto menos dependermos da exportação de um só produto ou de meia dúzia deles tanto melhor. A diversificação está na própria essência do interesse comercial nosso. Então, fizemos um esforço que nos valeu muitíssimo. A grande expansão das exportações brasileiras, nos anos em que essas exportações se expandiram de forma notável; foi em grande parte devida à penetração em novos mercados, a tal ponto que nos anos 1980, 1981, ainda cerca de 40% das exportações brasileiras iam para os mercados de países em desenvolvimento. Seria ridículo ignorar o papel, por exemplo,

que inicialmente os mercados sul-americanos exerceram nas primeiras experiências de exportação de produtos manufaturados brasileiros e o que hoje representam os mercados dos países em desenvolvimento, em geral, desse ponto-de-vista dos produtos manufaturados brasileiros. Em alguns setores chegam a ser 80%, como no caso de veículos a motor. E em alguns outros casos diversos há uma série de estatísticas em que esses mercados dos países em desenvolvimento absorvem mais de 80% da exportação brasileira. Portanto, era fundamental essa diversificação, ela foi importantíssima para nós. Agora, quando sobreveio a grande crise, é evidente que esses países em desenvolvimento, como o Brasil — isso é justamente um sinal característico da posição do Brasil como país em desenvolvimento — todos eles e nós inclusive fomos os primeiros a sofrer os efeitos da crise no sentido de restrições. São mais vulneráveis, é natural, são países que têm menos reservas, menor capacidade financeira. Então, o comércio entre os países em desenvolvimento necessariamente diminuiu muito. No ano passado eu creio que baixaram para 31%, ou coisa assim, as exportações do Brasil para os países em desenvolvimento. Mesmo assim você tem aí perto de um terço das exportações, o que é muito importante. O percentual do mercado americano nas exportações brasileiras tinha baixado. Aumentou percentualmente e, sobretudo, há um saldo no nosso comércio com os Estados Unidos bastante substancial, há também com a CEE (os países da Comunidade Econômica Européia) e é necessário que esse saldo se mantenha e até aumente porque esses países têm saldos conosco, no balanço de pagamentos, enormes, isto é, esses países são também a fonte, a origem dos empréstimos e dos financiamentos que recebemos. Isto nunca foi ignorado em absoluto pela política externa brasileira. Uma das afirmações dessa crítica a que você se refere, das mais abstrusas e mais contrárias à realidade dos fatos — inclusive àquilo que era público e notório — é que o Brasil se afastou dos Estados Unidos. Isso não é verdade. Nós sempre mantivemos — eu sempre disse isso —

um quadro geral de relações muito bom, com uma série de divergências e controvérsias que tínhamos, temos e continuaremos a ter, pela própria natureza das coisas. Talvez o que essas pessoas queiram dizer é que no período anterior, no período Carter nos Estados Unidos, houve um afastamento. Se houve, a culpa não foi nossa no mais mínimo; foram iniciativas do Governo Carter, públicas, notórias, que levaram a uma certa redução, digamos, da relação política com os Estados Unidos e que não tinham nada que ver com nenhuma ação do Governo brasileiro. É preciso talvez recordar os fatos. Não foi o Brasil que criou um problema com os Estados Unidos naquela ocasião, foram atitudes do Governo Carter. Ele resolveu logo no início ver se conseguia desfazer o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, mandou o seu Vice-Presidente à República Federal da Alemanha para conversar, pressionar os alemães e nós soubemos pelos jornais, depois soubemos pelos alemães. Não encontrando grande facilidade, mandaram uma pessoa aqui também conversar; foi tudo muito correto, mas não se modificou nada, era um ato jurídico perfeito e acabado. Isso criou um certo grau de irritação nas relações. Não houve naquela ocasião nenhuma atitude do Governo brasileiro hostil em nada. Foi tratado friamente o assunto. Depois, a denúncia do Acordo de Assistência Recíproca Militar era obrigatória de nossa parte. Por que? Porque tendo sido aprovada nos Estados Unidos uma lei que obrigava o Executivo a enviar ao Congresso um relatório sobre a observância dos Direitos do Homem nos países que recebessem ajuda militar, por exemplo, e econômica (econômica no sentido de empréstimos condicionais, nós não recebíamos, mas havia uma pequena ajuda militar) e tendo sido feito esse relatório e enviado ao Senado (aí sim é uma questão fundamental, nós não estávamos ligados por nenhum tratado, por nenhuma obrigação jurídica a aceitar que o Governo de um outro país analisasse e desse opiniões, etc. Sobre a questão interna nossa de Direitos do Homem; não há nenhum tratado que nos obrigue a isso) era indispensável, se isto passava a ser uma con-

dição para a ajuda militar, era indispensável recusar essa ajuda e denunciar o Acordo de conformidade com suas cláusulas que permitiam a denúncia. Quando o Acordo foi concluído em 1952, por exemplo, ele tinha uma cláusula que previa que a ajuda militar se faria de acordo com as leis sobre a assistência militar que são anualmente aprovadas nos Estados Unidos, portanto aprovadas pelo Congresso. É óbvia a suposição de que essas leis conteriam dispositivos relativos à própria assistência militar e não a outra coisa. Do momento em que a lei que anualmente dava recursos ao Executivo para executar os diversos acordos de assistência militar incluía dispositivos que não tinham nada a ver com a assistência militar, a outra parte — o Brasil — ou a qualquer outro país não tinha porque se conformar e houve a denúncia. Foi feita a denúncia. Vocês devem estar lembrados que não houve nenhuma declaração de autoridade brasileira, nem do Presidente, nem do Ministro do Exterior, nem de ninguém, que fosse anti-americana, em tese, ou que exaltasse ânimos contra os Estados Unidos ou que usasse de uma demagogia nacionalista, não houve nada disso. Houve estritamente uma reação à ação do Governo americano naquela ocasião. E depois disso, mesmo durante a administração Carter, as coisas melhoraram com o tempo, nós nunca tomamos uma posição de ficarmos remoendo essas feridas.

Exame — Hoje existe da parte dos americanos algum resquício dessa época?

ME — Não, eu acho que não, absolutamente. Eu acho que a nova administração americana, pelo contrário, se preocupou de certa maneira em superar os ressentimentos que nós pudéssemos ter. Acontece que nós sempre tratamos deste assunto sem nenhuma emoção, muito friamente e sempre dispostos a conversar. Agora, nesse quadro das relações do Brasil com os Estados Unidos, como eu sempre disse em todos os momentos, há controvérsias, há divergências, elas não vão acabar, isso é normal. O que caracteriza as relações entre países maduros, de uma visão madura de suas relações, é que

eles são capazes de absorverem essas controvérsias, de não deixar que elas ultrapassem aquele espaço, digamos assim, aquela área onde elas se colocam. Assim, nós temos um contencioso comercial, os americanos reclamam dos nossos subsídios, a lei interna deles cria verdadeiros mecanismos quase que automáticos que podem ser acionados por qualquer grupo de produtores nos Estados Unidos que se sintam atingidos. Isso cria um problema para nossas exportações, nós reclamamos que isso é uma forma de protecionismo, que muitas vezes esse funcionamento da lei de comércio americana, "Trade Act", é um pouco excessivo e prevê hipóteses das mais variadas. Às vezes há até inícios de reclamação porque nós tomamos mercados em terceiros países por causa de subsídios, etc. Por outro lado, nós nos afligimos, é natural, pela política da administração americana de controle da inflação, etc, isso não somos só nós, são os europeus, a Inglaterra, país mais ligado aos Estados Unidos, sem falar na França e RFA que reclamam contra as altas taxas de juros que a política interna americana condicionou com vistas a reduzir o ritmo de inflação. Mas tudo aquilo que acontece nos Estados Unidos evidentemente tem uma repercussão muito grande nos demais países. Isso nunca foi um fato ignorado, absolutamente. Agora, isso não tem nada que ver com o esforço que fizemos e continuamos a fazer no sentido de diversificar mercados, no sentido de não pôr todos os ovos num só balaio. E é um esforço que fazem os próprios países industrializados. Basta ver declarações de autoridades americanas, como o Senhor Brock que é o representante especial do Presidente para negociações comerciais, sublinhando a importância do comércio com os países em desenvolvimento, ou do senhor Baldrige que é o Secretário de Comércio, mencionando o número de empregos nos Estados Unidos que dependem desse comércio. De modo que a crítica a que você se refere pretende eu não sei o quê. É abandonar o que já existe e depois em condições de expansão da economia mundial que virá, talvez não tão dramática como no pós-guerra; mas que terá de

vir em algum momento, nós termos de refazer a partir do zero a nossa presença nos mercados latino-americanos, africanos, abandonados. Abandonar isso por quê?

Exame — O Brasil se viu obrigado a recorrer à ajuda americana, os empréstimos-ponte do Tesouro americano, etc. Essa ajuda não pode ter um custo excessivamente alto para o País? Ela não pode custar, por exemplo, daqui a pouco o apoio brasileiro à diplomacia das "canhoneiras" reeditadas pelos Estados Unidos lá na América Central?

ME — Eu tenho visto às vezes em alguns jornais e há muito tempo, essa opinião de que a política externa brasileira vai ter de se alinhar completamente com os Estados Unidos, vai ter de ser modificada, que essa relação nossa com a África irrita, isso e aquilo. Isto é uma opinião que eu não vi nunca e nem senti em nenhuma autoridade americana, em nenhum dos Secretários de Estado com quem eu tenha conversado.

Exame — Parece que é uma irritação mais interna, não é?

ME — Eu fico pensando se isso não será o desejo de gente aqui dentro do Brasil que gostaria que fosse mudada, gente que gostaria que nós nos aproximássemos da África do Sul, particularmente, ou que no Oriente Médio não disséssemos mais nada, nem uma palavra, que nos transformássemos num pequeno país sub-regional em termos de política externa. Eu acredito que seja isto. E que gostariam que houvesse uma pressão americana para obter esses resultados do Brasil. Eu acho que isto é inclusive uma ofensa que se faz aos Estados Unidos e ao Governo americano. É uma ofensa porque eu nunca notei da parte do Governo americano nenhuma atitude desse gênero. Eles têm conversado conosco com toda franqueza, a nível de planejamento político das Chancelarias, a nível dos Ministros do Exterior e dos Presidentes, sempre na base do maior respeito. Vemos pelas opiniões dos outros uma certa compreensão inclusive que nós não temos objetivos de longo prazo

divergentes. E essa percepção que o Brasil tem sido e é uma força, tem tido um papel construtivo nas relações internacionais. Eu não vejo em que possa interessar, inclusive aos próprios Estados Unidos, que o Brasil fosse simplesmente um país que não tivesse um papel próprio, que pudesse ser útil nas relações internacionais. E eu acho, portanto, que esse tipo de crítica, esse tipo de comentário que começou a aparecer, sobretudo em 1982, meados de 1982, é ofensivo ao Governo dos Estados Unidos e subestima a inteligência e a atitude de respeito e compreensão que esse Governo tem tido para conosco.

Exame — Quer dizer, não há mesmo a menor hipótese de voltarmos ao tal alinhamento automático, não é?

ME — O mundo vai evoluindo, quer dizer, nunca as coisas se repetem mecanicamente porque essa conjuntura muda. Eu não digo que não mude a política externa na sua aplicação aqui ou ali, não por esse motivo que eles estão falando. Não, portanto, por esse motivo mas por outros porque a conjuntura mundial muda, em cada sub-região a situação evolui, você não pode ficar parado. Agora, as diretrizes, as atitudes essas não têm porque mudar, elas correspondem ao que é o Brasil, ao que deve ser o papel do Brasil na comunidade internacional e aos meios de que o Brasil dispõe.

Exame — Parece-me que esse quadro realmente caótico financeiro mundial começa a excitar o desejo de alguns e o temor de outros que isso ocorra. Há quem tema que isso venha a ocorrer, embora não deseje isso, em função desse envolvimento crescente.

ME — Mas esse envolvimento crescente não é só do nosso interesse, quer dizer, de termos alguma fórmula com os nossos credores de enfrentar essa crise de liquidez, essa crise financeira, há um interesse da parte deles também. Todos eles têm um interesse em que o Brasil seja um país viável, um país estável, um país que possa realizar as suas

potencialidades e, portanto, pagar. Então, não se trata exclusivamente de um ato de generosidade, trata-se de um ato de inteligência da parte dos credores. Esperamos que você terá avaliações ou análises diversas sobre o que seria mais inteligente fazer, mais racional. Nós pensamos que seria mais racional da parte inclusive dos credores buscar um esquema conosco de mais longo prazo, que nos dessem mais espaço para respirar e atravessar este período. Não temos a menor dúvida de que o Brasil tem as potencialidades para enfrentar os seus compromissos e que é uma questão de transição, de variável tempo. Mas eu não tenho dúvida também que da parte dos credores, pelo menos de um ponto de vista macro, não digo de um ponto de vista de um pequeno banco que tenha um problema imediato, mas eu digo do ponto de vista dos Governos que há uma compreensão da parte das Chancelarias, certamente, que até por deformação de ofício têm de pensar em termos não apenas de um ou dois anos, mas em termos de uma geração.

Exame — Alguns empresários americanos com quem meus colegas lá em São Paulo conversaram agora nessa reunião dizem que o Brasil precisa esquecer o sonho da grande potência e se resignar a ser uma potência média. Como é que o Senhor vê isso?

ME — Eu acho que essas palavras, são palavras que eu nunca usei. Vocês reparem, eu nunca usei a palavra potência emergente nem coisas desse tipo, embora eu admita que se use, o Governo anterior às vezes usava, muitos colegas meus de carreira usam muito, etc. E por quê? Porque eu acho que essas coisas são muito relativas. O problema para nós não é ter um dístico, como para a política externa não é ter um rótulo. O problema para nós é agirmos de acordo com os nossos interesses em cada situação, a partir de certos pressupostos evidentemente que são induzidos daquilo que nós somos e daquilo que não podemos deixar de ser. Agora, não há da parte da política externa brasileira em nenhum texto vocês encontrarão isso, em nenhum dos discursos ou conferên-

cias minhas ou discursos do Presidente uma pretensão de grande potência. Mas também não há nenhuma dessas declarações ou documentos relativos à política externa brasileira uma atitude de ignorar que o País tem um certo papel a desempenhar, um certo papel que não se restringe apenas e exclusivamente a este alinhamento automático, mas que implica uma possibilidade e, mais que isto, um dever de examinar as diversas situações da conjuntura internacional, das conjunturas regionais e sub-regionais e examiná-las, como eu disse, de uma forma coerente com certos princípios e de uma forma que reflita o que nós autenticamente achamos que é correto. Isso não é pretender ser uma grande potência, pelo contrário, eu inclusive em várias ocasiões disse isto, que o Brasil não tem um excedente de poder e que por isso mesmo e até por isso mesmo tem de criar a confiabilidade externa na base de uma maior coerência e de uma maior adequação a certos objetivos de política externa, a uma certa visão do que devem ser as relações internacionais e ser coerente nesse sentido.

Exame — Ministro, como é que o Senhor visualiza as relações Brasil-Estados Unidos a partir de agora, em termos do que o Senhor acha que vai se desenvolver nessas relações? Que campos novos podem surgir?

ME — As nossas relações já cobrem praticamente todos os campos há bastante tempo, o que é natural. E o esforço que se tem de fazer é permanente, não é uma coisa do momento. O principal, digamos, é ter uma atitude, uma franqueza de um lado e do outro. Agora mesmo quando veio o Presidente Reagan aqui, ele propôs a formação de grupos mistos para fazer um exame das relações entre os dois países em vários setores de atividades, o que nós achamos muito bom, muito interessante. E esses grupos mistos se reuniram. Não com ambições de fazer uma revolução nas relações desses dois países, mas talvez algumas recomendações. Eles partiram todos da realidade, isto é, das posições dos dois países em cada um desses setores, inclusive até das leis que

limitam a ação de um e de outro, das possibilidades, e fizeram um exame muito objetivo e útil compreendendo uma grande variedade de áreas. Mas nunca houve nesses exercícios a pretensão de que as dificuldades pudessem ser todas resolvidas, mas sim de reconhecê-las quando existissem, pensar em meios de contorná-las, de superá-las ou de como continuar a tratá-las e procurar identificar os pontos de convergência, coincidência ou áreas, subáreas, subsetores em que fosse possível desenvolver uma cooperação. Esta atitude é uma atitude madura, equilibrada que caracteriza as nossas relações. O que não é mais possível hoje é tratar as relações do Brasil com os Estados Unidos ou as relações do Brasil com qualquer outro país na base de **slogans**, na base de "o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil". Ou então, "são mesmo uns imperialistas e é preciso a gente se defender de todas as formas" e coisas desse tipo. Isso não faz mais sentido.

Exame — O Senhor falou em grupos de trabalho, eu tenho aqui inclusive um documento do grupo de trabalho sobre assuntos econômicos e os empresários norte-americanos que participam desse trupo de trabalho colocam algumas sugestões que vão ser muito polêmicas. Por exemplo, acabar com a reserva de mercado no setor de alta tecnologia e informática.

ME — Esse é o Comitê Empresarial, não é? Os relatórios dos grupos mistos — é preciso esclarecer esse ponto — os relatórios dos grupos mistos de trabalho criados por ocasião da visita do Presidente Reagan não foram publicados ainda, nenhum deles. Esse daí é o Comitê Empresarial Brasil-Estados Unidos que já existe há anos e que se reuniu agora e que é um órgão muito útil.

Exame — Esse aqui é um relatório do grupo de trabalho ao Ministro Galvêas.

ME — Esse é outra coisa também. O Grupo de Trabalho econômico Governamental é uma coisa e o Grupo Empresarial é outra.

Esse Grupo de Trabalho Governamental é um grupo empresarial pequeno, criado pelos dois Governos, que (não é o Grupo Empresarial Brasil—Estados Unidos) iria fazer recomendações aos respectivos Governos. Então, são recomendações de empresários aos Governos. Não é o relatório do Grupo Misto Brasil—Estados Unidos, criado por ocasião da visita Reagan; esse ainda não saiu. Agora, você examinando o papel preparado pelos empresários brasileiros e o papel preparado pelos empresários americanos, você lendo um e outro, verá que mesmo nesta área há uma série de divergência que são naturais.

Exame — Algumas pessoas, talvez apressadamente, disseram que o Governo americano está pressionando, já está cobrando o preço da dívida, está pressionando o Brasil a abrir o mercado de computadores, a abrir o setor bancário, etc.

ME — São reivindicações antigas. Vieram à tona com os grupos de trabalho.

Exame — E não significa também que isso vá ser concedido?

ME — Não, evidentemente, não. Isso é um assunto para estudo, é um assunto que já existia, essas reivindicações são conhecidas. Evidentemente isso é uma questão que não cabe a mim resolver, eu não sou autoridade competente para resolver sobre esses pontos específicos. Os grupos de trabalho governamentais inclusive trabalharam na base de tomar como dados da realidade as leis e políticas de cada um e ver dentro dessas limitações, apesar dessas limitações, o que era possível fazer.

Exame — Ministro, 1984 vai ser um ano eleitoral nos EUA. Isso faz crer que se possa gerar uma onda de protecionismo que é uma coisa de muito sabor eleitoreiro lá. O Senhor não teme que isso possa causar novas perturbações nas relações Brasil—EUA na área econômica?

ME — Poder pode. Nós temos é de nos

acostumar a que as relações entre países estão sempre sujeitas a isso e a cada momento isso possa acontecer. Mesmo que haja uma recuperação da economia americana. Não quer dizer que a curto prazo haja uma redução da onda protecionista, em absoluto. E sempre haverá, é normal que haja, pontos de atritos. O importante é a forma pela qual esses pontos de atrito são tratados estou falando de EUA—Brasil mas isso se aplica a quaisquer outros países: de que maneira os Governos de países que têm boas relações, um quadro geral de entendimentos, de respeito mútuo, de interesses, são capazes de tratar desses problemas. Em alguns casos conseguem resolvê-los, em outros casos resolvem ou encontram soluções intermediárias. Isso é um problema que não vai desaparecer de repente, isso vai continuar de uma forma ou de outra. A forma com que se apresenta pode mudar, o produto atingido pode mudar, mas ele sempre existirá. É próprio da natureza mesmo do mundo ocidental, que é competitivo, baseado, em princípio, na luta competitiva por mercados e por maior produtividade e assim por diante. Na medida, por exemplo, em que um país em desenvolvimento como o Brasil, num setor determinado que não agrega altíssima tecnologia, consegue tornar-se competitivo em relação a indústrias mais antigas de países industrializados, é lógico que haverá nesses países um esforço desses setores industriais no sentido de proteger-se. Evidentemente, a longo prazo, a saída seria o ajustamento industrial nesses países industrializados, mas isso é muito difícil. Inclusive é um dos aspectos mais difíceis este de adotar nesses países (onde as decisões são dos diversos operadores econômicos, o Governo não trabalha diretamente como produtor) uma política industrial que seja seguida pelo país todo. Só o Japão consegue um pouco isso: ter uma política industrial definida e concentrar esforços nessa direção, digamos. Em alta tecnologia ou mesmo em produção de massa com incorporação de inovações tecnológicas como automóveis e coisas desse tipo, então, toda a indústria japonesa caminha no mesmo sentido e assim por diante. Isso é muito

difícil nos EUA e na CEE também. Então, nós vamos sempre encontrar esse tipo de barreiras. Esses são tipos de barreiras que países muito diferentes do Brasil também produtores de bens industrializados (como a Coreia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Cingapura que são países de uma estrutura econômica muito diferente da nossa, baseada numa mão-de-obra muito abundante e barata e uma frugalidade muito grande) encontram também. O problema nosso é que o Brasil compete um pouquinho em tudo, tende a competir em tudo, também em produtos agrícolas em terceiros mercados. Às vezes é a soja, em algum lugar — o que acontece com a soja americana reflete na nossa — ou são os frangos que nós começamos a vender no Oriente Médio e a CEE e os EUA reclamam que nós estamos vendendo porque estamos subsidiando. Quer dizer, há uma variedade de pontos de atrito muito grande. E apesar da crise em que nós esta-

mos, apesar de que não temos nenhuma intenção de ser grande potência — e aqui nesta Casa nunca se disse isso, nesta administração pelo menos nunca se falou disso — o Brasil é um país que se mexe e tem de se mexer cada vez mais, o que não é mau para os demais, não é mau nem para os EUA. Apenas é preciso que eles entendam e nós entendamos — eu acho que haverá esse grau de racionalidade — que isto gera atritos, controvérsias.

Exame — Talvez seja melhor mudar o slogan: o que é bom para o Brasil não é mau para os EUA.

ME — Geralmente eu acho que não é mau, não. Se você quiser tal frase “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”, com muitas qualificações, você pode até aceitar se o oposto também puder ser dito claramente.

a visita do ministro de relações exteriores e culto da bolívia

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Sariaiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 17 de outubro de 1983, por ocasião de jantar oferecido ao Ministro de Relações Exteriores e Culto da Bolívia, José Ortiz Mercado.

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que apresento as boas-vindas do Governo brasileiro a Vossa Excelência, à Senhora Ortiz Mercado e a sua ilustre comitiva.

A presença de Vossa Excelência entre nós constitui excelente oportunidade para que nossos Governos estreitem contatos e passem em revista as possibilidades de incrementar e diversificar nossa cooperação e intercâmbio.

Compartilhando longa fronteira comum, engajados no mesmo e histórico esforço de desenvolvimento, irmanados nos ideais que antecipam uma América Latina coesa e integrada e determinados a fazer do relacionamento com seus vizinhos do Continente um fator de progresso, paz e estabilidade, Brasil e Bolívia muito têm a ganhar ao trilharem os caminhos da concórdia e da cooperação.

Senhor Ministro,

Por sua situação geográfica, pela excelência de sua tradição cultural e étnica, pelo espírito do seu povo, a Bolívia aparece aos brasileiros como uma síntese da América Latina e como país que soma uma multiplicidade de experiências na sua convivência regional. Nação a um tempo andina, amazônica e platina, a Bolívia tem participado, nos principais foros sub-regionais, sempre trazendo à comunidade latino-americana um aporte enriquecedor.

Vemos com satisfação nosso grande vizinho, com profundo apego aos valores pluralistas, abertos e democráticos, engajado no prosseguimento de seu esforço de desenvolvimento, buscando enfrentar a multiplicidade dos seus desafios, agravados pela presente conjuntura internacional.

Tem sido destacada e intensa a participação boliviana, na defesa de princípios, hoje uni-

versais, de que nós, latino-americanos, fomos pioneiros, como a igualdade soberana dos Estados, a não-ingerência, e autodeterminação e a tradição jurídica e pacífica no encaminhamento das controvérsias.

A identidade boliviana com os mais caros anseios da América Latina e o empenho com que tem procurado seu próprio caminho lembram-nos, por outro lado, a atualidade e o vigor do ideário de Simón Bolívar, cujo bicentenário de nascimento as Nações do Continente com tanto orgulho celebraram em julho último. A Bolívia participa com todos os latino-americanos da fidelidade a esse ideário que, com Bolívar e com Sucre, nos indica o caminho da liberdade, da justiça e do progresso.

Senhor Ministro,

Vergados ao peso de uma crise econômica e financeira que ameaça reduzir drasticamente as suas conquistas econômicas e sociais, os países em desenvolvimento assistem ao continuado incremento das tensões políticas e estratégicas. As ameaças à paz e o sentimento de insegurança se propagam. Juntamente com as agruras do cotidiano, do desemprego, da queda dos níveis de vida e bem-estar social, cresce o perigo de que de uma retórica de confrontação se passe a incidentes de belicosidade real.

Nenhum país, a médio ou longo prazo, ganha com essa situação. Impõe-se desviar rapidamente os esforços desperdiçados na confrontação política para o diálogo e a cooperação internacional.

Assistimos, na América Central, a conflito regional, de profundas raízes históricas e sociais. Com melhor acesso aos mecanismos da economia mundial e maior cooperação econômica e financeira internacional, os países envolvidos nesse conflito teriam tido

seguramente melhores condições de superar seus próprios problemas e de realizar suas aspirações de estabilidade política, segurança econômica e bem-estar social.

O diálogo, que se impõe em escala mundial, permite vislumbrar uma solução para esse e outros conflitos, cujas causas profundas não devem permanecer ignoradas. A iniciativa do Grupo de Contadora em prol de uma solução negociada e pacífica na América Central reflete, em âmbito regional, aspirações de imensa maioria da comunidade das nações. Nosso decidido apoio à essa iniciativa tem um componente universal, dentro de uma ética de paz e de harmonização de interesses, e uma vertente regional, em que as mais caras tradições políticas da América Latina alicerçam um esforço legítimo pela estabilidade, pela justiça e pela unidade da região estabelecidas em torno de seus próprios interesses e não em função de tensões a ela alheias.

Senhor Ministro,

Nossos Governos têm-se debruçado sobre as múltiplas conseqüências que a crise do sistema econômico internacional acarreta para nossos países. A particular gravidade com que essa crise se manifesta no mundo em desenvolvimento deve ser fator de preocupação para toda a comunidade internacional.

Os países em desenvolvimento foram, na década passada, um dos grandes motores do crescimento e da dinamização do comércio internacional. Dessa dinamização beneficiaram-se todos, ainda que a distribuição desigual de benefícios afetasse a participação do Terceiro Mundo na riqueza assim gerada.

Hoje, quando a crise atinge indistintamente nações ricas e pobres, os países em desenvolvimento mergulham na recessão econômica e vêem estreitar-se as oportunidades de recuperação que o próprio sistema internacional deveria oferecer-lhes.

As receitas propostas parecem querer desconhecer constrangimentos inarredáveis que se antepõem a sua aplicação mecânica. Os países desenvolvidos, ao mesmo tempo que recomendam às nações do mundo em desenvolvimento um rígido controle de seus balanços de pagamento, adotam práticas comerciais restritivas cada vez mais diversificadas, que impedem ou dificultam o acesso aos seus mercados. A contenção nas importações até mesmo de insumos básicos e equipamentos não se mostra suficiente para recuperar o equilíbrio do setor externo. As taxas de juros elevadas oneram, em proporções desastrosas, o pagamento do serviço da dívida dos países em desenvolvimento.

O impasse a que chegou a crise de pagamentos dos países em desenvolvimento é um reflexo do mau funcionamento do sistema econômico internacional. Os apelos em favor de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e equitativa, no interesse global, não estão desvinculados de uma cuidadosa análise da realidade econômica mundial e da proposta de medidas necessárias à retomada do rumo da recuperação. Nesse sentido, os países em desenvolvimento têm revelado uma percepção acurada dos interesses de longo prazo de toda a comunidade internacional.

Senhor Ministro,

Os expressivos laços de amizade e cooperação, a importância do relacionamento bilateral e o fato de que com a Bolívia temos nossa mais extensa fronteira terrestre fazem do país de Vossa Excelência um parceiro de notável interesse para o Brasil.

Imbrados em projetos significativos de desenvolvimento, voltados para os respectivos processos de aperfeiçoamento político, e igualmente prejudicados pelos efeitos nefastos da crise atual, Brasil e Bolívia devem procurar, na cooperação bilateral e no intercâmbio econômico e comercial, o máximo de benefícios mútuos.

As dificuldades do momento e a necessidade de destinar com precisão e cuidado os recursos cada vez mais escassos à nossa disposição induzem ao realismo e ao senso de oportunidade nas iniciativas conjuntas.

Nossa tarefa principal, além de garantir o que já conquistamos em matéria de intercâmbio e cooperação bilateral, é identificar e organizar áreas novas de cooperação em moldes práticos de forma a não criar falsas expectativas, que somem frustrações ao desalento da falta de recursos.

As dificuldades do momento, apesar de sua densidade, não quebram a vontade política que ambos os países demonstram de incrementar e diversificar áreas de cooperação efetiva ou potencial.

As áreas de transportes, infra-estrutura viária, energia, cooperação agrícola e agro-industrial e a própria ampliação do comércio bilateral são campos em que muito temos feito em comum e onde certamente, com realismo, poderemos pouco a pouco intensificar nossa associação.

Os dois países já estabeleceram uma importante moldura jurídica, por meio de acordos bilaterais, que proporciona um quadro amplo para a cooperação.

Temos também procurado equacionar, no interesse do nosso relacionamento intenso e proveitoso, os desequilíbrios financeiros, que não devemos deixar erigir-se em barreiras intransponíveis ao intercâmbio comercial e econômico bilateral. As dificuldades devem ser enfrentadas com ânimo político positivo e interessado.

Senhor Ministro,

Aspirações comuns, dificuldades conjunturais e confiança: eis o pano de fundo do relacionamento entre o Brasil e a Bolívia. São o interesse permanente e amizade que unem Brasil e Bolívia que fazem da visita de Vossa Excelência um marco em nosso relacionamento bilateral, pelo que significa

em termos de diálogo político, de entendimento e intercâmbio de experiências e idéias.

É com esse espírito que convido todos os presentes a que me acompanhem em um

brinde à prosperidade da Nação boliviana, ao estreitamento dos laços de fraterna amizade que unem nossos povos, à felicidade pessoal da Senhora Ortiz Mercado e de Vossa Excelência, bem como à saúde do Presidente Hernán Siles Suazo.

saraiva guerreiro ao chanceler boliviano: processo de desenvolvimento requer confiança e determinação

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Clube Naval de Brasília, em 18 de outubro de 1983, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo Ministro de Relações Exteriores e Culto da Bolívia, José Ortiz Mercado.

Senhor Ministro,

As palavras que acabo de ouvir vêm confirmar-me a impressão de ter encontrado em Vossa Excelência um interlocutor disposto a procurar, de forma realista e com base na cooperação mutuamente vantajosa, os caminhos adequados para superar os obstáculos com que se defrontam nossos países no difícil caminho para o desenvolvimento.

Estou seguro que interpreto o pensamento de Vossa Excelência ao afirmar que Bolívia e Brasil, na busca comum do desenvolvimento, visam, em última instância, através da colaboração efetiva, ao bem-estar social e progresso de seus povos.

Nesse quadro, a visita oficial que Vossa Excelência ora realiza ao Brasil, e que muito nos honra, constituiu oportunidade ímpar para aperfeiçoar mecanismos de cooperação já existentes entre nossos Governos.

Senhor Ministro,

Foi com particular satisfação que verifiquei, durante as proveitosas conversações que mantivemos, a coincidência de nossas posições sobre as possibilidades de se atenuarem os efeitos adversos da crise econômica mundial.

Acredito, como Vossa Excelência, que a América Latina saberá encontrar em si mesma meios para combater a ameaça, cada vez mais grave e concreta, da estagnação econômica.

Nesse sentido, desejo reiterar a disposição do Governo brasileiro de seguir cooperando com o Governo da Bolívia, nos limites que nos são impostos pelas atuais circunstâncias, para que possamos atingir o ideal comum de prosperidade para nossos povos.

Senhor Ministro,

Entendo que o processo de desenvolvimento requer dois ingredientes imprescindíveis: em primeiro lugar, a decisão irreversível de buscar o progresso nos diversos campos; em segundo, a necessidade de participação de todos os segmentos da sociedade no projeto nacional. Em síntese, são necessários confiança e determinação.

Essa inabalável determinação de progredir

sob a égide da cooperação fraterna entre nossos povos inspira-me a propor um brinde à crescente prosperidade da nobre Nação

boliviana, ao estreitamento dos vínculos entre o Brasil e a Bolívia e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Ortiz.

comunicado conjunto brasil-bolívia

Comunicado Conjunto Brasil—Bolívia, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 19 de outubro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro de Relações Exteriores e Culto da Bolívia, José Ortiz Mercado.

A convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, o Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, Doutor José Ortiz Mercado, realizou visita oficial ao Brasil no período de 17 a 19 de outubro de 1983.

O Chanceler Ortiz Mercado foi acompanhado por sua esposa, Senhora Ana Maria Nuñez del Prado de Ortiz e pela seguinte comitiva oficial:

- Senador Carmelo Caballero Contreras, Presidente, interino, da Comissão de Assuntos Internacionais e Culto da Câmara de Senadores;
- Doutor Gonzalo de Achá, Diretor Geral de Política Exterior da Chancelaria;
- Doutor Arturo Nuñez del Prado, Assessor Econômico do Presidente da República, Embaixador em Missão Especial;
- Doutor Rolando Aguilera, Embaixador em Missão especial;
- Doutor Fernando Kempff, Assessor Econômico da Chancelaria; e
- Doutor Hugo Peredo, Assessor técnico.

Durante sua permanência em Brasília, o Ministro Ortiz Mercado foi recebido, em audiência especial, por Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil.

O Ministro das Relações Exteriores e Culto

da Bolívia foi também recebido pelos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio; em exercício, do Senado Federal, Senador Moacyr Dalla e do Supremo Tribunal Federal, Ministro João Baptista Cordeiro Guerra.

O Chanceler Ortiz Mercado entrevistou-se ainda com os Senhores Ministros da Fazenda, Doutor Ernane Galvéas; dos Transportes, Doutor Cloraldino Soares Severo; Chefe da Secretaria de Planejamento, Professor Antônio Delfim Netto; e interino da Agricultura, Doutor João Ubirajara Coelho de Souza Timm.

Os Chanceleres mantiveram proveitosas conversações, em ambiente de grande cordialidade e harmonia, nas quais passaram em revista temas da atual conjuntura internacional e regional e analisaram os principais aspectos do relacionamento bilateral.

Os Chanceleres manifestaram sua profunda preocupação com o agravamento das tensões e dos conflitos internacionais e com os efeitos adversos, para os países em desenvolvimento, da crise econômica mundial. Nesse contexto, renovaram o apoio de seus Governos aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, que consideram base indispensável da estabilidade e aprimoramento das relações entre os estados e do fomento da paz e da cooperação internacionais. Assinalaram ainda a necessidade de

reestruturação da ordem econômica internacional, de forma que leve em conta as condições especiais dos países em desenvolvimento e possibilite a participação de todos os países nas decisões que afetam globalmente o futuro da comunidade das nações.

Sublinharam que um dos ideais latino-americanos é a plena realização democrática e, sobre o assunto, coincidiram em que os dois Governos têm firmes compromissos com o fortalecimento de fórmulas democráticas de convivência política e com a realização da justiça social e desenvolvimento econômico nos respectivos países. Ratificaram sua adesão aos princípios de não-intervenção e autodeterminação, no entendimento de que significa valiosa contribuição à paz universal.

Ao examinarem a conjuntura econômica latino-americana, os Chanceleres reafirmaram a intenção de ambos os países de se empenharem pela crescente solidariedade entre as nações da região. Reiteraram, ademais, sua confiança no incremento e aperfeiçoamento da cooperação econômica, sobretudo no âmbito das instituições multilaterais.

Os Chanceleres analisaram detidamente as relações bilaterais, cujo elevado nível de entendimento e cooperação sublinharam, bem como o interesse de ambos os países em aproveitarem o potencial existente. Nesse sentido, o Ministro Saraiva Guerreiro reiterou a disposição do Governo brasileiro de, na medida de suas possibilidades, intensificar a cooperação bilateral nas áreas consideradas prioritárias pelo Governo boliviano. O Ministro Ortiz Mercado, por sua vez, manifestou satisfação pela participação ativa do Brasil na primeira fase da **Mesa Redonda para Cooperação Internacional com a Bolívia**, realizada em La Paz, no período de 20 a 22 de abril de 1983.

O Ministro Ortiz Mercado expôs o problema da mediterraneidade da Bolívia em seus diversos aspectos. O Ministro Saraiva Guer-

reiro reiterou, a respeito, a posição tradicional adotada pelo Brasil, no sentido de confiar que se encontre, para a questão, uma solução pacífica, amistosa e satisfatória em consonância com os altos ideais de paz e fraternidade que caracterizam a convivência latino-americana.

Os dois Ministros ressaltaram a importância da existência de uma vontade política, da parte de ambos os Governos, no sentido da cooperação mutuamente vantajosa, em benefício dos povos brasileiro e boliviano. Nesse sentido, expressaram o desejo de, malgrado as limitações impostas pela conjuntura adversa, diversificar e intensificar a cooperação bilateral, de forma a potencializar ao máximo os escassos recursos disponíveis em prol dos ideais comuns de prosperidade e desenvolvimento.

Ao levar em consideração a condição especial, do Brasil e da Bolívia, de países integrantes das bacias platina e amazônica, coincidiram sobre a necessidade de desenvolver projetos com vistas a dinamizar a incorporação daquelas regiões a suas economias, comprometendo-se a realizar, para esse fim, consultas de caráter regular sobre temas bilaterais de interesse comum.

Manifestaram especial satisfação com a realização da presente visita, na medida em que, através do diálogo franco e construtivo, possibilitou um estreitamento ainda maior dos vínculos já existentes entre os dois países, abrindo ainda novas vias para interesse recíproco.

Reafirmaram, uma vez que se conte com a certificação das reservas do gás natural boliviano e comprovados os excedentes exportáveis, a intenção de realizar, a partir de janeiro de 1984, reuniões para prosseguir no exame dos programas de cooperação econômica previstos nos acordos existentes.

No quadro do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, assinado entre os dois países, em 1977, acordaram realizar reuniões das comissões técnicas de agricultura

e transportes, a partir de novembro de 1983.

Coincidiram em que a cooperação agrícola e agroindustrial constitui uma dimensão promissora no relacionamento entre os dois países, devendo cobrir, basicamente, as seguintes áreas:

- a) pesquisa agrícola;
- b) organização, funcionamento e modalidades de financiamento de cooperativas; e
- c) escoamento da produção através de estradas vicinais.

Acordaram que a reunião sobre transporte incluirá o exame dos seguintes itens:

- a) análise conjunta da implementação do projeto de Puerto Quijarro, incluindo-se a dragagem do Canal de Tamengo, no contexto da cooperação entre os dois países quanto ao aperfeiçoamento da infra-estrutura de transporte;
- b) reavaliação do cronograma para a realização de estudos e projetos com vistas a viabilizar a interconexão rodoviária e ferroviária entre os dois países; e
- c) exame de medidas tendentes a aprimorar a infra-estrutura de interconexão já existente.

Salientaram que a reunião sobre cooperação siderúrgica poderá analisar os seguintes temas:

- a) intercâmbio de informações técnicas, científicas, econômicas e financeiras;
- b) formação de recursos humanos;
- c) estudos de viabilidade, projetos de engenharia e prestação de serviços; e
- d) financiamento e comercialização de produtos siderúrgicos.

Com relação à dívida externa vencida da Bolívia com o Brasil, ambos os Chanceleres concordaram, com espírito de amizade e cooperação, com os termos do Memorando de Entendimento sobre o tema, assinado nesta mesma data.

O Governo brasileiro concordou em conceder à Bolívia uma linha de crédito para a

exportação de equipamentos, bens e serviços de procedência brasileira, de um montante de até US\$ 100 milhões de dólares, de acordo com o potencial do intercâmbio bilateral e sua evolução, e com o Memorando de Entendimento, assinado nesta data. A aplicação da linha de crédito aos diferentes setores será acordada pelos organismos competentes dos dois países em reunião de grupo de trabalho a realizar-se em novembro próximo. Fica desde já entendido que a linha de crédito deverá incluir, entre outras, as seguintes linhas de produtos: material rodoviário, de transporte e ferroviário.

O referido grupo de trabalho dará prosseguimento, ademais, aos estudos relativos aos seguintes temas:

- a) análise conjunta, inclusive quanto aos aspectos financeiros, do projeto hidrelétrico de Cachuela Esperanza;
- b) outros aspectos relevantes do comércio bilateral, inclusive quanto a operações comerciais de interesse recíproco.

Ainda no contexto do espírito de cooperação que presidiu aos entendimentos bilaterais, foi acordada a prorrogação do prazo de utilização do crédito da CACEX destinado à instalação da rede telefônica de Villamonte.

Os Chanceleres registraram com satisfação a evolução do comércio bilateral, apesar de que o mesmo tenha sido prejudicado pela crise econômica mundial, que atingiu os dois países de forma intensa, e manifestaram sua disposição de conjugar esforços para incrementá-lo significativamente.

Os dois Chanceleres concordaram em recomendar que se examine o estabelecimento de um sistema de consultas e de intercâmbio de informações sobre temas multilaterais, regionais e bilaterais de interesse de ambos os países.

Os dois Ministros manifestaram sua confiança em que as conversações que mantiveram, em atmosfera de expressiva cordialidade e de franco entendimento, contribuirão

para consolidar e expandir ainda mais as relações de amizade e cooperação entre os dois países.

Ao concluir sua visita oficial ao Brasil, o Chanceler Ortiz Mercado expressou ao Mi-

nistro Saraiva Guerreiro sua gratidão pela hospitalidade recebida e lhe formulou convite para visitar oficialmente a Bolívia. O Ministro Saraiva Guerreiro aceitou, com satisfação, o convite, devendo a visita realizar-se em data a ser acordada por via diplomática.

chanceler fala sobre os efeitos da crise mundial na política externa

Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em São Paulo, em 21 de outubro de 1983, por ocasião do Segundo Seminário Internacional – Política e Estratégia.

Este encontro, que nos dá a oportunidade de uma reflexão a respeito de tema de tão direta relevância para o Brasil é para mim motivo de muita satisfação. A diversificada experiência profissional e intelectual dos Senhores empresta a este auditório um caráter representativo de expressivo segmento da inteligência em nosso país. Além disso, a ativa presença de ilustres participantes estrangeiros certamente vem adicionar importantes dimensões ao exame da questão da crise internacional e de seus efeitos sobre a política externa brasileira.

A variada experiência dos Senhores facilita o diálogo, pois a diplomacia se faz na perspectiva interdisciplinar. Tomadas isoladamente, as especializações em que se desdobra o trabalho diplomático não exibem seu sentido pleno. Sua significação se enriquece na medida em que se somam visões sobre as diversas modalidades do interesse nacional no plano externo.

O convívio da diplomacia com os setores aqui representados, como a comunidade intelectual, a imprensa, os militares, tem ou-

tra vertente igualmente fértil e enriquecedora: a de auscultar a realidade nacional, identificar as aspirações, anseios e projetos do país. É a partir desses insumos internos — o vetor originário do nosso trabalho — que se desenham os primeiros horizontes conceituais da atividade diplomática. A formulação da política externa seria vazia se fizesse omissão daqueles alimentos básicos, distorcida se se alicerçasse em percepções equivocadas dos nossos problemas, antinacional se se orientasse em oposição aos reais interesses permanentes da nação brasileira.

Este trabalho constante de percepção da realidade nacional e sua conseqüente tradução no plano diplomático é necessariamente modelado também por parâmetros externos. A diplomacia não é feita no vácuo, muito menos em época de crise internacional.

A sensibilidade para as freqüentes transformações da conjuntura nacional e a avaliação da situação internacional são dois segmentos que se somam, no curto prazo. No

trabalho de formulação da política externa, entretanto, é igualmente necessário reter a perspectiva do longo prazo, sob pena de inaugurar-se uma ação internacional pautada pelo episódico, pelo dado conjuntural enfim, pelo imediatismo.

Não é de fácil solução esse confronto entre curto e longo prazo, permanência e transitoriedade, estrutura e conjuntura, conservação e mudança. A valorização do contemporâneo, do atual, não deve ser visualizada como alternativa inevitável à preservação de valores e princípios que constituem as bases mais duradouras da política externa. Nem deve implicar o abandono de projetos e anseios que estão na essência da nacionalidade. O problema real parece ser o da busca da difícil convivência harmônica entre essas duas dimensões temporais.

A política externa não poderá perder perspectiva de continuidade e coerência conceitual, que advém de nossas raízes histórico-culturais e das linhas mestras de nossa feição econômica e política, como nação.

Uma segunda especificidade da política externa não deve ser perdida de vista: a importância da confiabilidade. A confiança internacional não é construída a partir de pronunciamentos eloqüentes, de ágeis atitudes imediatistas. É produto de longo processo de consolidação de uma atuação possível no plano internacional e representativo no âmbito nacional. Coerência e lucidez são elementos importantes na edificação de uma política externa digna de confiança e capaz de irradiar influências e promover relacionamentos amadurecidos e duradouros.

Outra dimensão que caracteriza a política externa é o seu caráter universalista. O peso relativo do Brasil no âmbito da América Latina e a interdependência econômica crescente que se expressou numa intensa diversificação de fluxos comerciais e financeiros, são fenômenos que nos impulsionam no plano internacional, em direção a uma política cada vez mais abrangente e livre de pro-

vincialismo. Isto não impede, obviamente, a percepção dos graus de prioridade que assumem, na nossa atuação externa, os relacionamentos com diferentes áreas. São prioritárias naturalmente as áreas onde o convívio político-econômico é mais denso por motivo de proximidade geográfica, herança cultural comum e intercâmbio econômico mais expressivo.

Assim, é a partir de um núcleo central onde estão presentes, entre outras, as dimensões da coerência conceitual, da confiabilidade política e do universalismo que se orienta a atuação externa.

Essas três dimensões não são abstratas. A elas correspondem exemplos práticos e concretos em diversos segmentos da nossa atividade diplomática:

- a) a visão brasileira das relações Norte-Sul reflete, na essência, a opção por modalidades de relacionamento baseadas na cooperação internacional e não em hegemônismos ou confrontações. Nossa atuação tem sido pautada pela moderação e pela busca de soluções não excludentes. Tais parâmetros preservam uma coerência conceitual com a nossa condição de país em desenvolvimento e com a prevalência do projeto democrático da sociedade brasileira;
- b) a outra dimensão — a da **confiabilidade política** — não é de difícil identificação. É visível na seriedade e maturidade que os nossos parceiros atribuem à política externa brasileira. Está viva nas consultas entre delegações estrangeiras e brasileiras nos organismos multilaterais, na franqueza do diálogo bilateral, nas minhas reuniões com numerosos Ministros de Estado de outros países. A título ilustrativo lembro que, em setembro último, à margem da Assembléia Geral da ONU, mantive encontros individuais com os Chanceleres de 31 países, quando pude confirmar a confiança que depositam na política externa brasileira;
- c) o **universalismo** como traço essencial de

nossa diplomacia traduz-se na dupla inserção do Brasil na cena internacional: país do Ocidente e do Terceiro Mundo. Não renunciamos aos princípios pluralistas que caracterizam a tradição política do Ocidente. Tampouco podemos fazer abstração de nossa condição de país em desenvolvimento que, como tal, não pode prescindir do esforço — que permeia a atuação internacional da maioria das nações do Terceiro Mundo — em prol de reformas de substância no sistema econômico internacional e de transformações políticas quer permitam superar o atual clima de confrontação e tendência à transferência de tensões entre as superpotências para áreas do Terceiro Mundo. Também como ilustração do grau de aceitação internacional que nossa atitude universalista vem recebendo, lembraria que ao terminar meu discurso na Assembleia Geral da ONU tive o prazer de ser cumprimentado por representantes de 98 Estados membros, tanto ocidentais quanto do Terceiro Mundo.

Os instrumentos e linhas de ação a que me refiro aqui, nesta brevíssima incursão pelo arcabouço conceitual da política externa, visam justamente a atender a essa necessidade fundamental de não dissociar, como se fossem incompatíveis, objetivos de curto, médio e longo prazo, mas de construir uma ponte entre eles, pela qual se possam superar as dificuldades marcantes do momento, sem perder de vista nossos anseios, projetos de realização e a própria identidade nacional.

As virtudes do diálogo na política internacional são claras e particularmente importantes em época de crise como a que atravessamos. A premissa é o respeito mútuo e o acatamento às normas e aos princípios básicos do Direito Internacional. O diálogo se faz entre iguais — entre países igualmente soberanos. Reconhece a diversidade de interesses e pontos de vista e fundamenta a segurança recíproca na busca do entendimento realista e não apenas na formação de

blocos de poder defensivo ou ofensivos. Não ignora os conflitos e oposições, Leste-Oeste, Norte-Sul, sub-regionais etc..., mas incentiva a exploração dos interesses comuns e vê na cooperação o caminho humano para construir o futuro. Como respeita o pluralismo, a atitude de dialogar evita que um Estado se imiscua nas matérias que são do interesse interno de outros Estados, deixando a cada um a tarefa de se autodeterminar. Com isso, tal atitude preserva para a própria nação que a pratica o espaço necessário para tomar suas decisões soberanas e o respeito com que é vista pela comunidade internacional.

Frisei a importância particular do diálogo na conjuntura que atravessamos. A nível global, temos visto como a confrontação e a política de poder têm cometido a tripla falta de exacerbar a insegurança mundial, através de arsenais nucleares sempre crescentes que só fazem aumentar as possibilidades catastróficas de um conflito; intensificar as tensões regionais, agravadas e polarizadas por interesses paralelos e mesmo estranhos às suas dinâmicas próprias, e deixar sem solução, relegados a um distante segundo plano dentre as preocupações das potências dominantes, os problemas do desenvolvimento e da cooperação internacional que, em última análise, serão os fatores decisivos na determinação do futuro da humanidade. Só o diálogo, — e não a vitória em uma guerra generalizada, como a história já mostrou, — só o diálogo, com todas as suas premissas e com sua expressão de confiança na racionalidade, poderá assegurar uma transição positiva, a custos mínimos, entre o presente e o futuro.

Para o Brasil o diálogo apresenta importância particular. Somos muito caracterizadamente um país em desenvolvimento. Precisamos superar, e com reconhecida urgência, os desequilíbrios econômicos que nos atingem e as formas adversas que afetam nossa inserção no sistema internacional. Se antes da crise atual já não nos podíamos resignar com o **status quo**, muito menos podemos fazê-lo agora. Mais do que nunca, o

Brasil está comprometido com a superação de seus problemas e em assegurar a viabilidade de sua afirmação progressiva. O horizonte de nossa atuação internacional é necessariamente dinâmico e nossa missão é a de abrir espaço para realização de tal processo.

Ao fazê-lo, não encontramos um mundo estático ou passivo e, muitas vezes, sequer receptivo a nossos projetos. Tal é o caso, por exemplo, das medidas de cunho protecionista com que muitos países desenvolvidos respondem às necessidades de aumentarmos nossas exportações e de sua incompreensão das circunstâncias específicas de países no estágio de desenvolvimento em que se encontra o Brasil, da persistência de taxas de juros internacionais em níveis exorbitantes; ou da retração da disponibilidade de recursos financeiros por parte do sistema internacional quando mais premente é nossa carência deles.

As transformações necessárias para que o nosso relacionamento externo continue a ser fator positivo de nosso desenvolvimento requerem, portanto, um esforço político coerente. Tal esforço terá de ser realizado, ademais, sem que tenhamos à nossa disposição excedentes de poder — sejam em termos militares, estratégicos ou econômicos — mas sim com base na coerência de propósitos, pertinácia e capacidade de dialogar.

Não se veja nesta última afirmação uma opinião de que o diálogo seja o instrumento apenas dos carentes de recursos ou de excedentes de poder. Nada mais longe da verdade. Com tudo o que representa, o diálogo é ainda a melhor alternativa de conduta, mesmo nos níveis mais globalizados, mesmo no relacionamento entre os vértices de poder, em que a pressão, a força ou sua ameaça podem parecer alternativas viáveis. Simplesmente, para um país empenhado em abrir espaços, em expandir suas relações e que escolheu a cooperação com via preferencial, o diálogo é instrumento essencial.

Não temos razão ou interesse em nos auto-

impor obstáculos, empecilhos ou falsos constrangimentos. Nossa política é como deve ser: equilibrada, aberta e positiva. Não reconhecemos hierarquias entre parceiros. Relacionamo-nos com todos dentro do mesmo espírito e com base na exploração das coincidências possíveis. A natureza de cada parceiro inspirará modalidades específicas de relacionamento. Em alguns casos os interesses comerciais mútuos poderão ocupar plano de destaque; em outros, o elemento financeiro deverá merecer consideração mais atenta; ou outros ainda, o fator segurança — a construção de relações de confiança mútua — terá relevância particular.

Em todos os casos, contudo, nossa política, nossa atuação concreta, deve ser coerente. A credibilidade de nossos propósitos e iniciativas, a consistência entre nossas declarações e nossos atos é o grande capital de que dispomos em nosso esforço de estabelecer, no sistema internacional, o melhor padrão possível de relacionamento. Não nos afastaremos dos princípios que orientam nossa conduta e que nos têm rendido o respeito de todos. Sempre nos adequaremos às variações conjunturais, mas sem perder de vista nossas diretrizes gerais e permanentes. Especialmente em épocas de crise e incerteza devem ser defendidos os interesses nacionais permanentes. Para tanto, temos de armar-nos com as maiores reservas possíveis de lucidez e tenacidade.

Tenho a convicção de que a preservação do capital político de que dispomos — estruturado na confiabilidade que inspiramos junto a nossos parceiros e na coerência da formulação de nossa atuação internacional — deverá continuar a ser um dos traços essenciais da política externa brasileira.

Não vemos razões para que o agravamento da atual crise econômica internacional venha a alterar o caminho seguido pelo Brasil no seu relacionamento internacional. Ao contrário, a evolução da crise econômica confirma diagnósticos que vinham sendo sis-

tematicamente elaborados pelo Brasil nos principais organismos multilaterais.

Seguramente, há mais de uma década e meia a economia internacional exhibe sinais latentes de preocupante evolução. Embora ao longo das décadas de 1960 e 1970 os países em desenvolvimento tenham obtido taxas elevadas de crescimento econômico e o comércio internacional tenha exibido ritmo de expressivo crescimento, já eram significativos, ao final dos anos sessenta, os indícios de desequilíbrio nos impulsos de expansão do sistema, cujos efeitos recentes maiores se fizeram sentir — como sempre acontece — sobre o universo mais frágil dos países em desenvolvimento.

As profundas transformações da economia internacional na metade final dos anos sessenta e sobretudo na década dos setenta são indicadores para uma visão de mais longo prazo da crise:

- o surgimento de elevados déficits governamentais norte-americanos em meados dos anos sessenta alimentou um corolário de pressões inflacionárias em escala internacional;
- o nascimento do mercado de euromoe-das provocou expansão exponencial do crédito internacional já nos primeiros anos da década de 1970;
- a decisão unilateral dos EUA de suspender a conversibilidade dólar-ouro e desvalorizar a moeda inaugurou, em 1971, um ciclo de prolongada instabilidade cambial;
- os dois choques do petróleo de 1973 e 1979 agravaram não só a dependência do Terceiro Mundo em relação às fontes de financiamento internacional, mas também os desequilíbrios nos balanços de pagamentos, dramatizados, no final da década, pela elevação explosiva das taxas de juros;
- a expansão acelerada do comércio e a maior taxa de abertura da economia norte-americana promoveram a crescente internacionalização do sistema econômico;
- o aumento da participação relativa da CEE e do Japão no conjunto da econo-

mia mundial se fez acompanhar pela perda de posição relativa dos EUA, cuja economia não mais seria a locomotiva capaz de, pela sua simples recuperação (o que parece hoje ocorrer) promover a retomada de um ciclo de expansão em escala mundial.

Esse conjunto de mudanças de certa forma vai modelar os fenômenos que vieram a compor, no seu aspecto global, a atual crise econômica internacional: a convivência perversa entre estagnação e inflação; a perda de importância relativa das instituições multilaterais de crédito e a conseqüente insuficiência do arcabouço estrutural de Bretton Woods; a “exposure” crescente do sistema bancário privado vinculada ao descontrole de liquidez internacional; a elevação substancial das taxas de juros nominais e, numa fase mais recente, a redução nominal com a preservação em níveis elevados das taxas de juros reais; e no bojo de todos esses fenômenos interligados, o crescente endividamento do Terceiro Mundo.

A gravidade da crise não pode ser subestimada. A dívida global de curto, médio e longo prazo dos países em desenvolvimento supera já o elevado patamar dos US\$ 700 bilhões. A instabilidade financeira é visível no fato de que o número de países em desenvolvimento levados a reescalonar suas dívidas nos últimos dois anos foi quase igual aos dos últimos 25 anos.

As advertências lançadas pelos países em desenvolvimento no âmbito do Diálogo Norte-Sul não foram capazes de verdadeiramente despertar a consciência dos países desenvolvidos para os profundos e crescentes desequilíbrios do sistema econômico internacional. Ou, se essa consciência se faz presente dela não se tiram os corolários práticos. A presente crise — ao afetar mais gravemente o Terceiro Mundo, mas também os próprios países desenvolvidos — foi portadora daquele despertar de consciências, ainda que não os tenha sensibilizado para o imperativo de reformas em profundidade de muitas das estruturas econômicas. O

diagnóstico não era hiperbólico, ou apenas reivindicatório. As teses essenciais do Diálogo Norte-Sul não encerravam um discurso utópico, mas, ao contrário, estavam impregnadas do realismo que advém, entre outros fatores, do fato de as economias dos países em desenvolvimento serem hoje responsáveis por cerca de 20% da produção mundial, parcela equivalente à dos Estados Unidos. A estagnação do Terceiro Mundo afeta hoje diretamente os destinos da economia internacional. A cooperação é vital, pois os problemas atuais são os de todos.

Diante da complexidade e da amplitude da atual crise, parece-nos irrealista qualquer pretensão de legitimar um diagnóstico unidimensional, sob pena de perder-se o sentido de interdependência. As características essenciais da presente fase da economia internacional indicam que são imensas as dificuldades de sua superação a curto prazo. Não há soluções onipotentes, e qualquer tentativa de implementá-las está destinada ao fracasso e à multiplicação de efeitos perversos.

Esse caráter estrutural da crise internacional — que a torna impermeável a soluções tópicas e imediatistas — confirma a convicção de que não será por meio da renúncia conceitual essenciais de nossa política externa que estaremos, de alguma forma, trilhando o caminho da recuperação. A política e a economia não são compartimentos estanques, mas tampouco constituem um único sistema de vasos comunicantes absolutamente livre entre diretrizes políticas historicamente amadurecidas e resultados econômicos imediatos.

O relacionamento internacional do Brasil tem sido, ao longo da sua trajetória, uma fonte de dinamismo para a sociedade. Esse convívio, que nunca se pautou por exclusivismos ou hierarquias só fez ampliar-se nas últimas décadas, como um desdobramento do desenvolvimento econômico, do amadurecimento político. O traço de continuidade estrutural desse processo tem sido a compatibilidade entre a nossa dupla condi-

ção de país do Ocidente e do Terceiro Mundo, cujas raízes mais profundas residem nos traços essenciais da nossa sociedade e no modo de inserção do Brasil no quadro internacional.

A trajetória brasileira na vida internacional não tem sido, porém, a da neutralidade ideológica nem a de confrontação com o Ocidente. Como indiquei recentemente em palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, “o Brasil pertence ao Terceiro Mundo mas não a qualquer agrupamento confrontacionista; nem podemos esquecer que, em determinadas circunstâncias, quando no Brasil se pareceu fazer uma ou outra opção exclusivista, a política externa tornou-se fator agudo da divisão interna e não de agregação para a sociedade”.

As razões que informam a necessidade de preservação das linhas da política externa brasileira não se circunscrevem ao universo da coerência conceitual, nem ao caráter estrutural da crise. Elas se alicerçam igualmente sobre um conjunto de circunstâncias ligadas ao perfil do nosso intercâmbio comercial e às modalidades específicas do nosso processo de industrialização.

Ao longo das últimas décadas, o comércio do Brasil com os países do Terceiro Mundo experimentou notável expansão, em termos relativos e absolutos. Em 1967, ele representava 12,8% do total do nosso intercâmbio, e em 1981 já era da ordem de 35,7%. A redução recente desses fluxos não foi fenômeno isolado, específico ao comércio com o mundo em desenvolvimento. O intercâmbio brasileiro registrou queda global, o que traduziu, aliás, uma tendência generalizada, uma vez que o comércio internacional — em contraste com a excepcional fase de expansão dos anos 60 e 70 — registrou, em 1982, taxa negativa de crescimento.

O nosso comércio com os países em desenvolvimento revela importante participação das exportações brasileiras de manufaturados, com taxas de expansão superiores àquelas canalizadas para as nações desenvol-

vidas. Assim, em 1973, cerca de 31,3% das nossas exportações totais de manufaturados se dirigiam ao Terceiro Mundo, enquanto que, em 1981, o percentual se elevava para 51,7%.

Os horizontes de expansão das exportações de equipamentos, bens de capital e serviços brasileiros no Terceiro Mundo são amplos e estão ligados a um conjunto de fatores favoráveis, tais como o fato de dispormos de setores com tecnologia mais apropriada às regiões em desenvolvimento, de termos logrado acordos de complementação para a produção de bens industriais e de contarmos com uma natural receptividade política no mundo em desenvolvimento.

Esse desempenho dinâmico do comércio com os países em desenvolvimento ao longo das últimas décadas não nos impõe a disjuntiva Ocidente versus Terceiro Mundo. Os países desenvolvidos continuam a absorver a maior parte de nossas importações; preservam condição de importantes fornecedores de máquinas e equipamentos essenciais ao nosso parque industrial; constituem as fontes originais da inovação tecnológica que imprime dinamismo e modernização ao parque industrial brasileiro; são os portadores de fluxos de investimentos diretos, empréstimos e financiamentos que permitem em importante extensão, o desenvolvimento econômico e a abertura da economia brasileira ao exterior.

O intercâmbio comercial e financeiro com o mundo desenvolvido constitui, evidentemente fator de dinamização das economias do Terceiro Mundo. Da mesma forma, a expansão deste já contribui hoje, de forma expressiva, para o desempenho comercial dos países desenvolvidos, visível, por exemplo, no fato de que 30% das exportações norte-americanas se dirigem hoje para o Terceiro Mundo. Ainda recentemente, a re-

vista "The Economist" observou, e a citarei como ilustração, que as exportações dos países desenvolvidos para o Terceiro Mundo, durante a década de setenta, cresceram muito mais do que as entre os próprios países da OCDE e que cada ponto percentual cortado à taxa de crescimento do Terceiro Mundo reduz em 0,3% a taxa de crescimento da OCDE. Os números negam, portanto, a possibilidade de uma rápida recuperação unilateral mesmo de países ricos e sugerem que a recuperação econômica do Terceiro Mundo pode constituir-se em necessário fator de manutenção e aceleração da recuperação mundial.

A política externa representa um compromisso inelutável com a sociedade brasileira e com o seu desenvolvimento econômico. As posições assumidas pelo Brasil no plano internacional buscam materializar aquele compromisso essencial, dentro de uma perspectiva coerente com sua trajetória de soberania e compatível com uma realidade internacional diversificada e cambiante.

Este trabalho é complexo, dinâmico, não comporta simplificações. Inclui a defesa dos ideais mais caros ao Ocidente — democracia, pluralismo, justiça social e desenvolvimento. E incorpora também a luta pelo arquivamento de formas de atuação dos países desenvolvidos que obstaculizam a materialização daqueles ideais, tais como políticas de poder, transferência das crescente tensões entre as superpotências para as regiões em desenvolvimento, e, no plano econômico, decisões unilaterais que se refletem em práticas protecionistas, elevações das taxas de juros e controle do processo decisório em instituições comerciais e financeiras multilaterais. A política externa deve continuar a respeitar os traços essenciais da nacionalidade e, ao mesmo tempo, refletir seus anseios legítimos de transformação.

brasília recebe o diretor executivo do programa das nações unidas para o meio ambiente

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 25 de outubro de 1983, por ocasião de almoço oferecido ao Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), Mostafa K. Tolba.

Excelentíssimo Senhor Dr. Mostafa Tolba,

Excelentíssimo Senhor Ministro Mário Andreazza,

Meus Senhores,

É para mim motivo de grande satisfação poder receber nesta Casa o Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Desejo manifestar a Vossa Excelência, em nome do Governo brasileiro, nosso apreço e reconhecimento pelo trabalho que vem realizando em prol de uma causa nobre e de vital importância para toda a humanidade. É auspicioso reconhecer que o UNEP — a despeito de sua existência relativamente curta — já tem a seu crédito um vasto e importante elenco de realizações em diferentes áreas. Isso se deve, em larga medida, ao talento e à capacidade administrativa de Vossa Excelência.

Ao convidá-lo para vir ao nosso país, o Governo brasileiro quis prestar-lhe uma ho-

menagem. Mas sua visita tem também um sentido prático e objetivo. Ontem, no Rio de Janeiro, Vossa Excelência manteve contatos com a Direção da Companhia Vale do Rio Doce, além de participar da inauguração do Seminário Internacional sobre Gerenciamento Costeiro, que contou com a valiosa colaboração do UNEP. Nessas ocasiões, Vossa Excelência terá podido confirmar a crescente atenção do Governo brasileiro com relação aos problemas do meio ambiente. Por razões inclusive de ordem econômica, as preocupações ecológicas estão hoje necessariamente incorporadas aos nossos projetos de desenvolvimento e um bom exemplo, nesse sentido, é o Projeto Ferro Carajás. Na reunião de trabalho que manterá, nesta tarde, no Ministério do Interior, Vossa Excelência terá um quadro amplo dos programas a cargo da Secretaria Especial do Meio Ambiente e poderá avaliar igualmente os importantes trabalhos realizados no âmbito dos programas ambientais relacionados com a hidrelétrica de Itaipu. Acredito também que terá sido proveitosa a

visita que Vossa Excelência fez, em São Paulo, à Companhia de Saneamento Ambiental, CETESB. O progresso brasileiro no desenvolvimento de uma tecnologia ambiental própria abre certamente perspectivas importantes para a cooperação com outros países em desenvolvimento como por exemplo no que se refere ao controle da poluição atmosférica. Entendo que o UNEP poderá ter um papel catalisador cada vez mais relevante no apoio e na promoção dessa cooperação horizontal.

Senhor Diretor Executivo,

A atividade internacional envolvendo os organismos multilaterais é caracterizada hoje por um discurso cada vez mais especializado que às vezes dificulta a visão clara — sobretudo por parte da opinião pública — quanto aos nossos objetivos finais. Gostaria, por isso, de concluir esta brevíssima saudação por um comentário de ordem geral dentro do nosso tema central, o meio ambiente.

Quatro séculos antes de Cristo, Platão lamentava a devastação dos verdes montes da Ática e comparava essa destruição aos efeitos de uma doença corporal. Na verdade,

isso nos ensina que a consciência ecológica é, antes de mais nada, uma consciência humanística. A consequência prática é que não podemos esquecer que o homem é o ponto de partida e deve ser sempre a meta final do esforço de cooperação iniciado em Estocolmo em 1972. Hoje, como ontem, esse esforço deve estar voltado prioritariamente para a defesa e proteção daqueles que — por força de fatores ecológicos — são sacrificados pela seca, pela fome e pela doença. O Brasil não renuncia à imperiosa responsabilidade de promover o progresso e o bem-estar de seu povo e, para tanto, de dispor livre e soberanamente de seus recursos naturais. Não queremos que a pobreza continue a ser a principal vítima e a mais terrível inimiga do meio ambiente.

Senhor Diretor Executivo,

Vossa Excelência teve oportunidade de ouvir do Senhor Presidente da República a reiteração do apoio do Governo brasileiro ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e das expectativas que temos em ampliar nossa colaboração com o UNEP e, através dele, a cooperação com outros países interessados. Estou seguro de que sua visita ao Brasil abrirá novas e amplas perspectivas nesse sentido.

Muito obrigado.

ministro dos negócios estrangeiros de cabo verde visita o brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 26 de outubro de 1983, por ocasião de jantar oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Silvino Manuel da Luz.

Senhor Ministro,

A visita oficial de Vossa Excelência e sua ilustre comitiva ao Brasil testemunha, de forma eloqüente, o desenvolvimento já alcançado nas relações entre nossos Governos, em estreita correspondência com os anseios de nossos povos.

Assim como as reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Cabo-verdiana, periodicamente realizadas, têm sabido identificar novos e mais amplos campos para o aprofundamento da cooperação mútua, a troca de visitas de altas personalidades de nossos respectivos Governos tem propiciado um diálogo que não hesito em qualificar de exemplar. Gostaria, nesse sentido, de recordar, entre outras, a visita ao Brasil, em 1980, de seu eminente predecessor na Pasta dos Negócios Estrangeiros, Doutor Abílio Duarte, que hoje preside a Assembléia Nacional Popular e, do lado brasileiro, as duas visitas a Cabo Verde em 1979 e 1982, do Embaixador Baena Soares, Secretário-Geral das Relações Exteriores, que me relatou as since-

ras manifestações de amizade recebidas em seu país.

A presente visita de Vossa Excelência vem culminar, em nível de Chancelaria, o profícuo diálogo Brasileiro-Cabo-verdiano. Por bem conhecê-la, não posso deixar de mencionar importante contribuição pessoal de Vossa Excelência ao aprofundamento de nossas relações.

Cabo Verde e Brasil estão unidos por numerosos laços históricos e culturais que convergem para dinamizar a solidariedade e a cooperação entre nossos povos. Compartilham, também, os mesmos valores básicos, de paz, de não-intervenção, de apego à própria soberania e respeito às soberanias alheias, único capazes de proporcionar uma convivência internacional benéfica a todos.

Além das afinidades de cultura e de valores, é comum a nossos dois países a vocação atlântica que se expressa no empenho com que buscamos manter o espaço oceânico em que se situam os nossos países distante

da corrida armamentista e das confrontações das grandes potências. Apreciamos, pois, brasileiros, em todo seu construtivo significado, a alocução recentemente proferida pelo Presidente Aristides Pereira na Assembléia Geral das Nações Unidas. Saudamos enfaticamente sua solene declaração de que Cabo Verde procura contribuir para a criação de um clima de paz, como arquipélago "estrategicamente colocado na encruzilhada das rotas atlânticas", evitando que seu território se transforme em fonte de tensão para outras Nações.

Senhor Ministro,

Desnecessário seria discorrer sobre a política brasileira em relação à África. Permito-me apenas dizer que acompanhamos com profunda apreensão o agravamento de tensões na África Austral. Sabemos que o regime discriminatório do **apartheid**, para proteger sua presença ilegal na Namíbia, viola a soberania de Angola e inflige terríveis sacrifícios a sua população. Sabemos, também, que a insistência segregacionista da minoria detentora do poder na República da África do Sul é a causa efetiva das agressões e atos de desestabilização que pratica contra Moçambique, Lesoto e demais Estados vizinhos. Não temos dúvida de que tais atos, a ocupação da Namíbia e o regime apartista constituem graves ameaças à paz, não apenas na parte meridional do Continente, mas para toda a comunidade internacional. Acreditamos que a paz na África Austral pode ser alcançada através de esforço pertinaz e firme de negociação e que a Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui a plataforma mais adequada para promover a independência da Namíbia.

Por acreditarmos na viabilidade e eficácia de soluções negociadas para os conflitos e controvérsias internacionais, apreciamos o importante papel desempenhado por Cabo Verde nas conversações havidas entre Angola e a África do Sul. Aplaudimos, igualmente, sua intermediação, coroada de êxito, pa-

ra a normalização das relações entre Angola e Senegal, dois países amigos do Brasil.

Senhor Ministro,

A presença de Vossa Excelência entre nós é vista pelo Governo do Brasil como oportunidade privilegiada para estimular e ampliar a cooperação bilateral, onde não são poucos os êxitos já registrados, especialmente nas áreas da formação profissional, da saúde e da administração pública. Delineiam-se agora operações comerciais nas áreas de refino do petróleo e de modernização da rede de telecomunicações de Cabo Verde, que poderão elevar nosso intercâmbio a níveis expressivos e cujo significado é ainda maior se tivermos em conta que ocorrem num momento de crise financeira generalizada. Registro, também, a satisfação do Governo brasileiro em ter podido colaborar com Cabo Verde, juntamente com a UNITAR, na realização do curso para o aperfeiçoamento de Diplomatas, em Praia, no primeiro semestre deste ano e nossa disposição em prosseguir com esse tipo de cooperação através da participação de caboverdianos no Instituto Rio-Branco, tal como se faz já há alguns anos.

A IV Reunião da Comissão Mista Brasil—Cabo Verde, que hoje à tarde Vossa Excelência e eu inauguramos, constitui o foro adequado para a análise de todas essas matérias e de outras que possam ser identificadas como suscetíveis de ensejar um trabalho conjunto.

Vossa Excelência não desconhece o fato de que o Brasil se defronta hoje, além das limitações inerentes ao seu próprio estágio de desenvolvimento, com os rigores de uma crise econômico-financeira de penosos e profundos efeitos nacionais e internacionais. Escasseiam neste momento, mais do que no passado, meios que correspondam à escala e à intensidade de nossos anseios de cooperação. Mas não faltarão, ainda assim, o desejo de compartilharmos com nossos irmãos caboverdianos aspectos comuns de nossa experiência de desenvolvimento e o

empenho em identificarmos novas modalidades de cooperação que nos permitam continuar avançando, com modéstia e perseverança, mesmo nestas horas difíceis, rumo à conquista de um futuro melhor de severança, mesmo nestas horas difíceis, rumo à conquista de um futuro melhor de paz, prosperidade e amizade crescente entre nossos povos.

Senhor Ministro,

Em sua alocação perante a Assembléia Geral das Nações Unidas no ano passado, o Senhor Presidente João Figueiredo ressaltou espírito com que o Brasil se dirige às nações africanas, afirmando que:

“Com os países irmãos da África, nossos

vizinhos do outro lado do mar, aos quais nos liga uma história comum, o Brasil tem por objetivo desenvolver as mais profundas, diretas e cordiais relações”.

Melhor prova desse espírito não poderia haver do que a visita que, dentro em breve, estará o Presidente Figueiredo realizando a Cabo Verde e que marcará um momento ímpar na história de nossas relações.

Na expectativa de êxito nos entendimentos que hoje iniciamos e na certeza da continuidade de nossa inabalável amizade, ergo minha taça à saúde do Presidente Aristides Pereira, à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Silvino de Luz e à prosperidade de nossos irmãos cabo-verdianos.

chanceler saraiva guerreiro abre a quarta reunião da comissão mista brasil-cabo verde

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 26 de outubro de 1983, por ocasião da abertura da IV reunião da Comissão Mista Brasil-Cabo Verde.

Senhor Ministro,

É com grande satisfação que recebemos novamente a visita de amigos de Cabo Verde, desta vez na pessoa de Vossa Excelência e nas dos integrantes de sua ilustre comitiva.

Passados oito anos do estabelecimento de relações entre o Brasil e a República de Cabo Verde, nosso entendimento consolida-se, fundamentado na amizade cordial e respeito mútuo. A cooperação bilateral expande-se no interesse dos povos de nossos dois países.

Desde a primeira reunião em 1979, a Comissão Mista revelou-se instrumento adequado e eficaz para o encaminhamento de nossa cooperação e para seu aprofundamento e ampliação, como bem o comprova-

ram as reuniões de 1981, em Brasília, e de 1982, em Praia. Não preciso enumerar hoje todos os resultados já alcançados. O número de missões trocadas, o número de bolsistas recebidos, os cursos e estágios realizados em ambos os países entre outras iniciativas, representam importantes passos no estreitamento de nossas relações. Desejo registrar nesta ocasião nossa plena disposição de dar continuidade aos projetos acordados, além de programar outros, mutuamente benéficos, avaliando devidamente as prioridades, de modo a tentar superar, com modéstia e perseverança, os obstáculos que porventura se levantem à nossa cooperação. Destes, os mais difíceis de transpor, como bem sabe Vossa Excelência, são os que decorrem das limitações de caráter econômico-financeiro que, nesta hora de crise, se avolumam em nossos países.

Na oportunidade desta IV Reunião, é útil examinarmos o caminho percorrido e identificarmos os mecanismos que melhor se prestem a impulsionar nossos interesses. Apesar da escassez de recursos que normalmente se antepõe aos anseios de colaboração entre países em desenvolvimento, Cabo Verde e Brasil souberam, especialmente no período decorrido desde a última reunião da Comissão Mista, encontrar formas de trabalho conjunto, sobretudo nos setores da saúde e da formação de quadros. novas perspectivas abrem-se agora, no campo comercial, que cabe às delegações caboverdiana e brasileira examinar.

Vossa Excelência certamente compartilha comigo a satisfação pelos resultados obtidos no curso de aperfeiçoamento de diplomatas caboverdianos, que o Governo de Cabo Verde e o Instituto Rio-Branco, com a contribuição do UNITAR, e do PNUD, organizaram na cidade da Praia no primeiro semestre do corrente ano.

Na linha dessa cooperação, esperamos poder corresponder agora às expectativas do Governo de Cabo Verde em relação à contribuição que o Brasil possa dar à organização de um segundo curso em Praia, desta vez para o aperfeiçoamento de quadros superiores da administração pública. Entidades brasileiras especializadas, como a Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado de São Paulo (FUNDAP), o Instituto de Administração Pública (IBAM) e a Escola de Administração Fazendária (ESAF), já elaboraram proposta a ser submetida à aprovação caboverdiana na presente reunião da Comissão Mista.

Prosseguiremos também a cooperação no setor de saúde, cujas possibilidades foram examinadas recentemente, por ocasião da estada no Brasil de Sua Excelência o Senhor Ministro da Saúde, Doutor Irineu Gomes e que tão de perto dizem respeito ao bem-estar das populações.

Senhor Ministro,

Testemunho do desejo brasileiro de aprofundar suas relações com Cabo Verde foi também o decreto presidencial que, em abril do corrente ano, extinguiu o caráter cumulativo de nossa representação diplomática em seu país e fixou em Praia a sede da Embaixada do Brasil. Já no começo de 1984, daremos início a sua construção, num projeto em que se conciliam as tradições arquitetônicas brasileiras e caboverdianas e no qual serão utilizados materiais de construção e mão-de-obra locais.

O desejo de aproximação expressa-se ainda na visita que navios da Marinha brasileira têm empreendido regularmente a portos caboverdianos. Neste mesmo mês de outubro o veleiro "Cisne Branco" aportou em Cabo Verde pela terceira vez e foi, como antes, alvo de calorosa recepção das autoridades e da população de seu país. Em novembro próximo, o Navio-Escola "Custódio de Melo" novamente visitará Cabo Verde. Tais visitas de amizade e a acolhida a eles prestada evidenciam o interesse comum de nossos povos e Governos na manutenção do Atlântico como instrumento natural de aproximação entre os países por ele banhados.

Senhor Ministro,

São sobejamento conhecidos os vínculos históricos, étnicos e culturais que unem nossos dois países. As iniciativas que acabo de referir poderiam, pois, ser encaradas quase como um reflexo espontâneo desses elos. Na verdade, sabemos que eles não teriam prosperado se faltasse, de qualquer das partes, a vontade política de desenvolvê-los. A determinação de ambos os Governos, respaldada nas aspirações das respectivas populações, logrou estabelecer entre o Brasil e Cabo Verde relações de mútua confiança e respeito, de que Vossa Excelência terá demonstrado nos contatos que já realizou e que ainda realizará durante sua visita. A presença de Vossa Excelência entre nós constituirá, estou certo, marco importante no desenvolvimento das relações de amiza-

de entre o Brasil e Cabo Verde, pelo elevado nível que empresta aos trabalhos da Comissão Mista e pela certeza que permite antever no êxito de suas deliberações.

Formulo a todos, caboverdianos e brasilei-

ros, votos de um trabalho fecundo nesta reunião que se inicia e renova a Vossa Excelência e sua comitiva as boas vindas e os votos sinceros de feliz estada no Brasil.

Muito obrigado.

comunicado conjunto brasil-cabo verde

**Comunicado Conjunto Brasil—Cabo Verde, assinado,
no Palácio do Itamaraty, em Brasília,
em 27 de outubro de 1983, pelo Ministro de Estado
das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro,
e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros
de Cabo Verde, Silvino Manuel da Luz.**

A convite de Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, visitou o Brasil, de 22 a 28 de outubro de 1983, Sua Excelência o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde, Primeiro Comandante Silvino Manuel da Luz, que se fez acompanhar da Senhora Maria Teresa Camões da Luz e de comitiva cujos integrantes constam do Anexo I. A visita oficial desenrolou-se em Brasília nos dias 26 e 27 de outubro.

Nessa ocasião, realizou-se a Quarta Reunião da Comissão Mista Brasil—Cabo Verde, criada pelo Tratado de Amizade de Cooperação, celebrado em fevereiro de 1979, cabendo as Chefias de respectivas Delegações aos Ministros Saraiva Guerreiro e Silvino da Luz.

Durante sua estada em Brasília, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde foi recebido em audiência por Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, João Baptista de Oliveira Figueiredo, a quem apresentou cumprimentos e expressou a satisfação de Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira, com a próxima visita do Chefe de Estado Brasileiro a seu país.

O Ministro Silvino da Luz foi também recebido pelo Presidente em exercício do Senado, Senador Moacyr Dalla, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio, e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Carlos Moreira Alves. Visitou ainda os Ministros da Marinha, Almirante-de-Esquadra Maximiano da Silva Fonseca, da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Délio Jardim de Mattos, da Saúde, Waldyr Arcoverde e o Ministro, interino, da Educação Senhor Sérgio Mário Pasquali. As conversações mantidas com as autoridades brasileiras decorreram em atmosfera de amizade e cordialidade fraterna.

A par dos entendimentos havidos no âmbito da Quarta Reunião da Comissão Mista, objeto de registro na Ata Final, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde passaram em revista as relações bilaterais e a situação internacional, com ênfase nas questões latino-americanas e africanas. As discussões evidenciaram ampla área de convergência entre as oposições de ambos os países quanto às questões internacionais e permitiram identificar novas perspectivas para o desenvolvimento das relações bilaterais.

Os dois Ministros avaliaram o desenvolvimento das relações brasileiro-caboverdianas desde seu estabelecimento, em 5 de julho de 1975, e expressaram sua satisfação com os resultados alcançados. Ressaltaram o alto significado das trocas de visitas oficiais para o fortalecimento das relações bilaterais, destacando, nesse sentido, a próxima visita a Cabo Verde do Presidente João Figueiredo, que deverá marcar um momento político ímpar na história do relacionamento entre os dois países.

Reconhecendo a importância da Comissão Mista Brasil—Cabo Verde como foro adequado e eficaz para a discussão e encaminhamento de temas de interesse mútuo, os Ministros Saraiva Guerreiro e Silvino da Luz manifestaram sua satisfação com os resultados alcançados nesta Quarta Reunião e com o clima de espontâneo entendimento que prevaleceu entre as duas Delegações.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde recebeu, no Palácio do Itamaraty, as insígnias e o diploma da Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul, com que foi agraciado pelo Governo brasileiro, em reconhecimento por sua contribuição ao fortalecimento das relações brasileiro-caboverdianas.

O Ministro Silvino da Luz expressou ao Ministro Saraiva Guerreiro seus agradecimentos pela cordial hospitalidade dispensada a si mesmo e a sua Delegação, durante sua estada no Brasil, que incluiu ainda, além de Brasília, visitas aos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, onde o Chanceler caboverdiano foi recebido pelos respectivos Governadores.

COMITIVA OFICIAL DE SUAS EXCELÊNCIAS O SENHOR MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E SENHOR SILVINO MANUEL DA LUZ

- Sua Excelência o Senhor José Luiz Fernandes Lopes, Embaixador da República de Cabo Verde em Washington;
- Senhor Manuel Delgado, Assessor do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- Senhora Maria do Rosário Spencer, Técnico Superior do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Senhor Daniel Soares de Oliveira, Chefe do Protocolo do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Senhor Mário Esperança Lopes, Funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

ACOMPANHARAM IGUALMENTE SUAS EXCELÊNCIAS O SENHOR MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E SENHORA SILVINO MANUEL DA LUZ

- Sua Excelência o Senhor João Quirino Spencer, Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura;
- Senhora Maria Teresa Ribeiro, Chefe do Departamento da Europa e América do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Senhor Manuel Spencer Lopes, Diretor-Geral de Urbanismo do Ministério da Habitação e Obras Públicas;
- Senhor Daniel Cardoso, Diretor do Centro de Formação Administrativa (CENFA);
- Senhor Francisco Monteiro, Presidente do Instituto de Formação e Aperfeiçoamento Profissional*.

* Na seção Notícias, página 124, uma nota do Itamaraty sobre a IV reunião da Comissão Mista Brasil—Cabo Verde.

saraiva guerreiro participa do seminário sobre comércio internacional, na suíça

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Lausanne, Suíça, em 4 de novembro de 1983, por ocasião do Seminário sobre Comércio Internacional.

The evolution of international trade and the participation of developing countries in that trade is marked, in the past twenty years, by two distinctive periods:

- a) in the Sixties and beginning of the Seventies international trade grew at a fast pace, in general at a rate greater than the rate of growth of GDP, due to significant rates of growth in the developed countries and trade liberalization in sectors of interest to the developed countries. LDC's participation was small, stagnant or declining, concentrated in primary commodities and a few markets, mainly those of developed countries;
- b) in the Seventies and beginning of the Eighties international trade experienced periods of instability, declining in both '75 and '82 and showing in general a much lower rate of growth, a trend that was accentuated at the end of the period. The developing countries increased their participation in international trade both as importers and exporters and diversified their presence in that trade both in terms of products and markets. South-South trade, although still marginal, grew significantly.

The causes of these changes are varied and

go back to transformations that were already at work both in developed and developing countries in the Sixties:

- a) in the developed countries: reduction in the rate of growth to levels far below their historical rates of growth, inflationary pressures, decrease in the rate of growth of productivity, exchange rate instability, new forms of protectionism;
- b) in the developing countries, meanwhile, important transformations were taking place internally, particularly in terms of a new and powerful impetus to their industrialization through protection of their internal markets and import substitution. In this process government participation was essential both directly, in terms of investment, and, indirectly, in terms of overall policies and incentives. This process laid the basis for the increased participation of LDCs in international trade in manufactured goods in the Seventies.

During this period, when forces for change were taking shape internally in both groups of countries, at the international level economic power remained concentrated in the hands of a few countries which, as main beneficiaries of the **statu quo**, remained opposed to any significant changes in North-South relations. The creation of the

Group of 77 and of UNCTAD made only small dents in what remained a denolitic monolithic wall. Adaptions were forced by circumstances, but took more the form of **ad-hoc** solutions than that of a general, conscientious review of international economic relations and of their basic institutions, the IMF and the GATT.

To understand the present crisis, which goes much further than a mere debt crisis, we must take a closer look at mechanisms that were at work in the Seventies but are no longer operative:

- a) the trade-finance link worked, albeit in an improvised way, through the recycling of the petrodollars by the banking system;
- b) the developing countries were able in large measure to overcome their balance of payments difficulties, although at the cost of increasing indebtedness, to maintain rates of growth compatible with their development needs and to increase both their imports from and their exports to the developed countries.

As a result the participation of developing countries in the total exports of the developed countries grew significantly, their markets remaining, in spite of import restrictions, still open. The gap between developed and developing countries was reduced, international trade benefitted and the developed countries were able to restore equilibrium to their current accounts.

The trade-finance link was shattered with the escalation in interest rates to unprecedented levels and the subsequent abrupt reductions in the financial flows to the developing countries. This had even more grievous consequences as it was accompanied by a disproportionate reduction in the export earnings of the developing countries due to the recession in the developed countries, a sharp fall in the prices of primary commodities, and a strong increase in protectionism. Forced by those circumstances to close their markets and to dramatically

reduce their imports, the developing countries saw their participation in international trade decline, in a reversal of the trend of the Seventies. This affected both the exports of manufactures by developed countries and the prospects for increase in South-South trade. The stabilizing role the developing countries had played in the Seventies was no longer there.

International cooperation was circumscribed to **ad hoc** solutions to the more urgent problems, without addressing itself to the causes of the crisis. Craftiness substituted for statesmanship. Proposals for more profound changes were put aside in favour of limited emergency "solutions". Again the weight of adjustment fell on the developing countries. We are being asked to reduce an already depressed demand and to accumulate ever-increasing surpluses in our trade balance. The first part of the program will generate increasing political and social pressures in the Third World. The second part is being attained more via import restrictions than through export growth, to the detriment of all, as export receipts are not showing signs of sufficient growth, either because of insufficient recovery in prices or because of an attempt by developed countries to restrict access to their markets in manufactured goods in sectors where the developing countries have acquired competitiveness. Meanwhile, interest rates remain extremely high and developing countries are faced with pressures to open their markets to new products of interest to the developed countries.

The trade-finance link was shattered at the beginning of the Eighties through the phenomenal increase in interest rates and the contraction in the financial flows to the developing countries. As these countries had significantly increased their participation in the exports of manufactured goods by the developed countries and had also become important trading partners among themselves, the consequences of their inability to go on financing their development plans and, as a consequence, their imports sho-

wed up clearly on the trade side. North-South trade declined, with a sharp fall in imports by developing countries, and South-South trade was also significantly reduced. The developing countries are thus prevented from exerting a stabilizing influence in international trade and, to the contrary, contributed significantly to the contraction in that trade observed in 1982. This trend will only increase as the developing countries are led to adjustment processes that focus on restraining demand and not on increasing production.

In these circumstances what we are witnessing now are efforts to recompose in a highly unsatisfactory manner the trade finance-link. Instead of addressing the causes of the problem, the fundamental change in conditions in the financial flows to the developing countries between the Seventies and the Eighties, these efforts are directed at reducing aggregate demand in the LDC's, bilateralizing trade flows and opening up the markets of developing countries in sectors of special interest to developed countries. Here I want to make a pause in my argument to introduce some remarks about GATT and the conduct of world trade. Along the years we have been spectators to the gradual erosion of GATT principles and rules to the point that today an ever-decreasing proportion of world trade is conducted on a MFN basis and that most restrictions are applied outside GATT rules. Instead of addressing these problems and the linked question of how to regain for international trade its lost role of engine of growth, mainly in relation to developing countries, the main trading partners are only interested in again centering GATT activities in new sectors of their special interest. For the developing countries the priority areas in the GATT agenda must remain the forgotten areas of trade in agriculture textiles, tropical products, structural adjustment, safeguards, special and differential treatment and other measures to increase their exports to the developed countries.

Let me now return to the trade-finance link. The recycling of petrodollars through the banking system in an improvised way, and not through multilateral institutions, in an orderly manner, contained in itself the potential for crisis. The cumulative expansive effects, that were present when the flows were increasing, started, when the conditions changed, to work in the opposite direction. The increase in interest rates led to increasing financial transfers to the creditor countries, which in turn fuelled indebtedness and led to a worsening of the terms of the financial flows and, finally, to the contraction in these flows. On the trade side, the worsening of the services's account of the developing countries led to increasing import restrictions and to the need to attain ever increasing balance of trade surpluses in order to meet their financial commitments. Up to now these trade surpluses have been obtained more through the contraction in imports than the expansion of exports, to the detriment of all countries.

At this point I would like to turn to the question that we are gathered here to try and help answer: what should be done to redress the world economy?

Of course the logic of my reasoning as expounded heretofore would point in the direction of the need for a reform of the international economic system. That is in my view the ultimate objective to be sought, but I will spare my colleagues — especially those from developed countries — a repetition of my country's well-known views on that subject. I would refer, rather, to what in my view are three areas on which immediate action is required:

- a) structural liberalization of international trade in favour of developing countries;
- b) greater coordination of fiscal and monetary policies among the major economies, so as to lower interest rates and reduce the volatility of exchange rates; and
- c) a comprehensive, integrated approach to

the question of the indebtedness of so many developing countries.

As far as trade liberalization in favour of developing countries is concerned, I do not refer simply to measures of a rather marginal nature, such as an improvement of GSP's. I have in mind measures capable of having quick impact on the geographical distribution of certain productive sectors — especially in agriculture and in what is often called "the sunset industries".

As for agricultural products, what is needed is a substantial change in several trade and production policies by some of the major developed countries, so as to avoid the closing of their markets and the artificial creation of exportable surpluses. The increase in the level of economic activity and in the capacity to import of developing countries that would derive from those changes would be beneficial to the whole international economy.

As for the problems that affect industries where a transfer of comparative advantages is underway in favour of developing countries, decisive action is required to remove the ever growing array of protectionist measures that in one way or the other curtails the export prospects of developing countries. The idea that trade liberalization should wait for an economic recovery — and, further, the expectation that protectionism will be undone almost automatically as a natural by — product of growth — is, no doubt, groundless. Let us not forget, after all, that in several sectors protectionism predated the economic downturn. And let us also have clearly in mind, at this point in time, that protectionism has gained a high level of resilience, and that in the absence of firm political decisions it is likely to stay with us for quite some time, regardless of the possibilities of economic recovery in the developed world (to that I would add that the prospects we now face, even in the most optimistic scenarios, are those of a new stage of slower growth in

the world economy at large, as compared to the rates of expansion attained in the first three decades after the war).

As regards monetary issues, I need not elaborate on the dramatic consequences of the current high-level of interest rates (both in nominal and in real terms) and of the increase in the value of the dollar. These cannot be dismissed as temporary phenomena, especially when the widespread expectation is that both will tend to stay high for some time to come. Or when the alternative, however unlikely, might be a sudden, drastic fall in the value of the dollar, with serious consequences that should not be underestimated.

The growing integration of the world economy makes it all the more necessary to introduce a measure of stability in exchange rates, and to lower the level of interest rates. Even attempts to reduce the risks of currency instability within a limited area, such as the European Monetary System, look at best as a semi-system within what has undoubtedly ceased to be a system. No sound recovery of world trade can be expected under those circumstances. I would like to mention at this point that those issues, due to their worldwide implications, should not be discussed only among the major developed countries, but should rather be the object of a wider audience.

As for the issue of indebtedness, it is of acute urgency to consider ways and means to allow debtor countries to service their debt while keeping import growth rates at a level compatible with the basic requirements of fast-growing populations and economies that lack the countervailing mechanisms available in highly-developed economies in times of recession.

Regardless of the errors that may be ascribed to developing countries, the process of indebtedness has its roots in three factors outside their control: the deterioration in their terms of trade, the obstacles to increases in their exports, and the rise in inte-

rest rates. Adjustment through rigid recessive measures, as implied by current IMF – sponsored programs, is thus clearly inadequate. Worse, it is highly counterproductive, as it subjects societies that are inherently frail to unbearable pressures – and, on the other hand, as it deprives the whole world economy of the dynamic impetus that could – and should – be given it by the developing countries.

It is therefore necessary to restore the capacity to import of the indebted countries. They cannot be expected to continue, for years in a row, to seek the adjustment of their balance of payments through the accumulation of trade surpluses obtained mostly through the compression of their imports. The weight of that adjustment should be shifted to the expansion of their exports. But even that is not enough. Specific measures should be discussed on ways to alleviate the enormous burden represented by the service of the debt, as the trade surpluses required for the repayment of principal and interest are in any clearly out of proportion with any realistic assumption of their capacity to expand exports.

The issue of redressing the world trading system under the present circumstances is therefore tantamount to that of solving the problems of developing countries, both in trade and finance. In short, interdependence means that we cannot talk about trade issues in general terms, without tackling with due priority the trade issues of immediate interest to developing countries. And we cannot discuss trade issues without establishing concrete links with the problem of indebtedness.

It is not through their own choosing that developing countries are being forced to curtail trade. They are just as committed to free trade as the major developed countries. But the situation they face will prevent them from opening their markets unless immediate action is taken by developed countries, in trade as well as in the monetary and financial areas, to enable LDC's to resume growth and to increase exports. We look forward to discuss in more specific terms the formulae that can help us in our common endeavour.

no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 23 de novembro de 1983, por ocasião do jantar oferecido ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Gabão, Martin Bongo.

Senhor Ministro,

Constitui para mim motivo de particular satisfação acolher Vossa Excelência e a importante delegação que o acompanha.

Vossa Excelência representa um povo amável e hospitaleiro, que tive a oportunidade de conhecer, quando da Reunião da Comissão Mista Brasil—Gabão, em Libreville, em março último. Minha estada no Gabão deixou-me a mais grata lembrança. A delegação que chefiava e eu fomos cercados de gestos de simpatia que muito nos sensibilizaram.

Tenho certeza de que Vossa Excelência sentirá, em terra brasileira, alegria igual à que senti em Libreville. Na identidade e no caráter brasileiros, as fontes africanas são fortes, modelam nosso comportamento. Senti-me recebido por irmãos na África; Vossa Excelência estará em casa no Brasil.

Conheço as realizações no campo econômi-

co, social, científico e das artes de que é capaz o povo gabonês. Em seu acelerado progresso, Libreville reflete o sentido de futuro que inspira a nação gabonesa.

A mesma vontade de progresso e o mesmo sentido de justiça nos inspiram, brasileiros e gaboneses, nas nossas relações bilaterais e em nossas ações no plano global. Fraternalmente unidos, Brasil e Gabão defendem uma ordem pacífica baseada nos princípios do Direito Internacional e no respeito às determinações das Nações Unidas.

São países voltados para a manutenção da paz e para o convívio harmônico entre os povos. Acreditam que a promoção do desenvolvimento é tarefa prioritária da comunidade internacional, e reivindicam o estabelecimento de uma ordem internacional nova, realmente justa, promotora da igualdade entre os povos.

Sabemos que, num tempo de crise, marcado por formas de exacerbação retórica, no

plano global, e pela persistência de impasses em crises regionais, nossas metas parecem distantes.

Porém, mais do que nunca, nossos pleitos e reivindicações ganham sentido pleno. Pedimos paz, conciliação, desenvolvimento em um mundo que vive sob o signo da tensão, das posições inflexíveis, dos esquemas recessivos. As vontades de poder predominam e devem ser superadas.

A acumulação de arsenais nucleares e a fragilidade dos progressos na área do desarmamento são aspectos que preocupam os países do Terceiro Mundo, sobretudo diante do valor absurdo dos gastos em armas que ameaçam a própria sobrevivência da humanidade. São recursos roubados à cooperação internacional e que alimentam mecanismos permanentes de tensão e medo.

Em outra dimensão do sistema internacional, a da vida econômica, o sentido de crise é, infelizmente, muito claro. O descompasso entre as estruturas institucionais e o conjunto de questões econômicas contemporâneas é patente. Apesar de esforços que já têm mais de duas décadas, os problemas específicos dos países em desenvolvimento nunca chegaram a ser considerados de forma abrangente e integrada. A história do diálogo Norte-Sul é, infelizmente, uma história de frustração. Sabemos hoje que a economia internacional se articula em formas de interdependência. Sucessos de recuperação serão fugazes se pensarmos em soluções isoladas, individualistas, que não contemplem a complexidade do sistema econômico internacional. Não podemos abandonar a idéia de renovação da ordem econômica, já que, nela vemos a longo prazo, a verdadeira e efetiva superação da crise que atravessamos.

Entre as situações regionais, preocupa ao Governo brasileiro a situação na África Meridional, em cuja raiz está um regime que fere a mais essencial das formas de convivência na sociedade brasileira, a igualdade

da pessoa humana. Opomo-nos às políticas que visam à discriminação racial, e, assim, repudiamos, sem qualificações, a política de **apartheid** praticada pela África do Sul, assim como condenamos energicamente a presença ilegal sul-africana na Namíbia.

Senhor Ministro,

Diante das dificuldades e situações de crise, a obrigação que temos para com nossos povos é a de criar, de propor caminhos novos. Os países em desenvolvimento têm hoje consciência de seu potencial de cooperação recíproca, de que dão provas Brasil e Gabão em seu crescente intercâmbio, que tem as mais variadas faces.

Durante a visita ao Brasil, em 1982, do Primeiro-Vice-Ministro, Georges Rawiri, se delinearam possibilidades de trabalho conjunto nas áreas industrial e agrícola e nos setores de turismo, dos esportes e do ensino profissional.

No início deste ano, Vossa Excelência e eu demos um passo significativo com a realização da Primeira Reunião da Comissão Mista Brasil-Gabão. Hoje vemos, com satisfação, que vai frutificando nossa decisão de estabelecermos canais diretos para o diálogo e de incetivarmos a conjugação de interesses recíprocos. Companhias brasileiras negociam a execução de projetos programados pelo Governo gabonês; estudantes do Gabão freqüentam cursos de graduação e pós-graduação no Brasil; Oficiais das Forças Armadas de seu país estagiam no Brasil e outros devem vir em breve para cursos na Marinha; e missões técnicas brasileiras visitam o Gabão a fim de estudar com as autoridades gabonesas os meios de ser prestada colaboração mais eficaz nos campos de atuação já mencionados.

A visita de Vossa Excelência, acompanhado por comitiva de alto nível, além de confirmar o propósito de consolidar o entendimento e a colaboração entre nossos dois países, atesta a prioridade que o Governo

do Gabão atribui às suas relações com o Brasil.

Senhor Ministro,

O Governo brasileiro dá alto valor ao seu relacionamento com os irmãos da África, continente cuja história está tão profundamente ligada à nossa. Não falo só do passado, mas penso sobretudo nos projetos comuns que vamos desenvolvendo. Brasil e África são o passado e o futuro.

Um dos marcos dessa ligação entre brasileiros e africanos foi exatamente a visita que o Presidente do Gabão fez ao Brasil em 1975.

declaração conjunta brasil-gabão

A convite de Sua Excelência o Senhor Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, visitou oficialmente o Brasil Sua Excelência o Senhor Martin Bongo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da República Gabonesa, no período de 21 a 25 de novembro de 1983.

Durante sua permanência em Brasília, o Ministro Martin Bongo foi recebido em audiência por Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil.

Foi também recebido pelos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marcílio, do Senado Federal, Senador Moacyr Dalla e do Supremo Tribunal Federal, Ministro João Baptista Cordeiro Guerra.

Entrevistou-se ainda com os Senhores Mi-

Foram sementes sólidas lançadas em terreno fértil. Já terá dado frutos importantes, mas ainda muito mais há de dar.

É, pois, com ânimo positivo, tocado pelo sentimento mais cordial de amizade, que convindo os presentes a um brinde pela felicidade pessoal do Excelentíssimo Senhor Presidente Alhaji Omar Bongo e de Vossa Excelência, pela prosperidade do Gabão e pelo constante estreitamento dos laços que unem nossos povos.

Muito obrigado.

Declaração Conjunta Brasil—Gabão assinada, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 24 de novembro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Gabão, Martin Bongo.

nistros da Agricultura, Senhor Angelo Amaury Stábile, e da Indústria e do Comércio, Senhor João Camilo Penna.

Além de Brasília, o Ministro gabonês dos Negócios Estrangeiros visitou os Estados do Rio de Janeiro, onde se entrevistou com o Governador Leonel Brizola, de São Paulo, do Paraná, em Foz do Iguaçu, onde visitou a hidrelétrica de Itaipu, e da Bahia.

O Ministro Saraiva Guerreiro e seu convidado fizeram um exame amplo dos grandes problemas políticos e econômicos atuais no plano mundial, com ênfase particular nas relações de cooperação bilateral entre os dois países.

Ao examinarem o panorama das relações internacionais, notaram, com preocupação, a persistência da confrontação Leste-Oeste, agravada pela corrida armamentista desenfreada, inclusive nuclear, bem como o surgi-

mento de novas áreas de tensão, o que constitui grave ameaça para a paz e a segurança mundiais.

Reafirmaram seu compromisso com os princípios fundamentais da Carta da Organização das Nações Unidas e sua convicção de que a ONU é um instrumento privilegiado para a manutenção e fortalecimento da cooperação internacional em clima de harmonia e entendimento.

Manifestaram sua oposição a toda forma de colonialismo, dependência e racismo e, em especial, ao sistema odioso do **apartheid** praticado pela África do Sul. Reafirmaram seu firme apoio à independência incondicional da Namíbia, de acordo com a resolução 435 (78) das Nações Unidas, e condenaram a presença ilegal da África do Sul naquele território, da mesma forma que as constantes e violentas agressões de Pretória contra os Estados soberanos da linha de frente, Angola, Lesoto, Moçambique em particular.

Recordaram a importância do Oceano Atlântico, não somente para o Brasil e o Gabão, mas para todas as nações ribeirinhas, assinalando serem numerosos os fatores de identidade entre os países em desenvolvimento da região. Ressaltaram a necessidade de se manter o oceano que banha as costas africanas e americanas a salvo das tensões internacionais.

Com relação à situação econômica mundial, os dois Ministros deploraram as tendências adversas do momento, entre as quais as taxas de juros reais e o protecionismo praticado pelos países industrializados, que atingem cada vez mais os países em desenvolvimento. Acordaram que somente mediante a instauração de uma nova ordem econômica e a intensificação da cooperação econômica internacional poderá diminuir-se o atual desequilíbrio de renda que apresenta sinais de agravamento, aumentando as distâncias sociais e econômicas que separam os países do Norte dos países do Sul.

Reiteraram sua confiança na eficácia da cooperação Sul-Sul, que visa a dinamizar as atividades econômicas, financeiras, culturais, técnicas e comerciais dos países em desenvolvimento.

No âmbito das relações bilaterais, verificaram, com satisfação, os progressos na execução das medidas acordadas pela Primeira Reunião da Comissão Mista, realizada em Libreville, em março último.

Destacaram, com satisfação, que firmas brasileiras vêm cooperando para a implementação de projetos de desenvolvimento do Gabão notadamente nas áreas do transporte, indústria, pequenas e médias empresas e recomendaram a intensificação da cooperação nesses campos.

Convieram na necessidade de explorar outros domínios de cooperação, particularmente, o de agricultura, marinha mercante, telecomunicações, turismo, energia e indústria madeireira, com vistas a aumentar o intercâmbio entre os dois países.

Nesse sentido, decidiram proceder ao intercâmbio de missões empresariais no mais breve prazo.

As duas Partes felicitaram-se pela similitude de pontos de vista sobre a totalidade dos problemas evocados, em particular a necessidade de resolver pelo diálogo os conflitos que afligem o mundo, particularmente na África e na América Latina.

Durante as conversações, o Ministro brasileiro das Relações Exteriores estava acompanhado de:

- Sua Excelência o Senhor Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário Geral das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador João Luiz Areias Netto, Embaixador do Brasil em Libreville;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador Asdrúbal Pinto de Ulysséa, Chefe do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores;

- Sua Excelência o Senhor Embaixador Paulo Pires do Rio, Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Secretário Especial de Assuntos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores;
- O Senhor Ministro José Ferreira Lopes, Chefe da Divisão da África I do Ministério das Relações Exteriores;

e seu homólogo gabonês, entre outros, de:

- Sua Excelência o Senhor Victor Magnagna, Embaixador do Gabão no Brasil;
- Sua Excelência o Senhor Hilaire Ondo, Delegado Ministerial junto ao Ministro da Formação Profissional;
- Sua Excelência o Senhor Embaixador Jean-Félix Adande, Conselheiro Diplomático do Ministro de Estado, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação;
- Sua Excelência o Senhor André Smeth, Conselheiro do Presidente da República para Assuntos de Educação;
- Sua Excelência o Senhor Louis Ingongui, Conselheiro do Presidente da República

para Assuntos de Pequenas e Médias Empresas;

- Sua Excelência o Senhor Embaixador Benito Mabenga, Secretário Geral Adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação;
- Sua Excelência o Senhor Jules Marius Ogoebandja, Diretor do Departamento da América do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

As conversações se desenrolaram numa atmosfera calorosa, cordial e de mútua compreensão que caracteriza os encontros entre os dois países.

As duas Partes convieram em realizar a Segunda Sessão da Comissão Mista no Brasil, durante o segundo semestre de 1984, em data que será acordada pela via diplomática.

Ao término de sua visita, o Ministro Martin Bongo expressou ao Ministro Ramiro Saraiwa Guerreiro sua profunda gratidão pela hospitalidade durante sua permanência no Brasil, bem como pelas atenções com que ele próprio e sua comitiva foram distinguidos pelo povo e pelo Governo brasileiro.

a XIV reunião de chanceleres dos países da bacia do prata

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Assunção,
em 1º de dezembro de 1983, por ocasião da sessão
plenária inaugural da XIV Reunião de Chanceleres
dos Países da Bacia do Prata.

Excelentíssimo Senhor General-de-Exército
Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai,

Senhores Chanceleres,

Senhores Delegados,

Senhoras e Senhores,

Cabendo-me pronunciar o primeiro discurso dos Chefes de Delegação visitantes na sessão plenária de abertura da XIV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, e certo de interpretar o sentimento de todos os meus colegas, é-me grato significar o quanto nos honra o comparecimento de Vossa Excelência aos trabalhos que hoje se iniciam.

Tanto nos anteriores encontros de Ministros das Relações Exteriores dos nossos países levados a efeito em Assunção, nos anos de 1971 e 1977, quanto agora, a insigne presença de Vossa Excelência prestigia expressivamente essas iniciativas de alcance regional e reflete, no mais alto nível, a rele-

vância conferida pelo Paraguai ao sistema de cooperação que nos congrega. Ao manifestar a Vossa Excelência nosso reconhecimento por essa atenção, confiamos firmemente em que os resultados das tarefas a que nos dedicaremos nestes dois dias corresponderão às expectativas nelas depositadas.

Desejo, também, apresentar minhas congratulações ao Chanceler Carlos Augusto Saldívar por sua eleição para presidir esta Reunião. Coincidentemente, sua escolha verifica-se na primeira vez em que, desde que passou a desempenhar o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, lhe cabe participar destes encontros. Estou certo de que a condução das tarefas a ele confiadas será coroada de êxito, não só pelos reconhecidos méritos profissionais e pessoais do Chanceler Saldívar, senão também por se tratar de um profundo conhecedor dos grandes temas da região, nos quais vem tendo, há muitos anos, destacada participação.

Desde que a Delegação brasileira e eu chegamos ao Paraguai, temos sido cercados de

atenções e manifestações que muito nos sensibilizam, acrescentando a satisfação particular com que viemos a Assunção. Para mim, rever esta capital, testemunhar seu acelerado progresso, admirar seus traços leves e coloridos, e conviver com a irradiante simpatia do povo paraguaio, constitui um renovado prazer.

Circunstâncias como estas são propícias a facilitar o encaminhamento dos trabalhos que ocuparão nossas delegações nestes dois dias.

Senhor Presidente,

O Brasil sempre atribuiu especial importância aos ideais consubstanciados no Tratado da Bacia do Prata, cuja solenidade de assinatura teve a honra de sediar, em Brasília. Considera-o um instrumento capaz de, pela sua flexibilidade e abrangência, fomentar o diálogo e os contatos entre diversos setores de atividade dos nossos países, favorecendo a convergência e o encontro de interesses, em benefício desta área geográfica.

Entre os lúcidos dispositivos do Tratado de 1969 inclui-se o reconhecimento da faculdade dos países membros de concluírem acordos "específicos ou parciais, bilaterais ou multilaterais destinados à consecução dos objetivos gerais de desenvolvimento da Bacia". Bem mais amplo do que pode à primeira vista aparentar é, pois, o alcance do sistema regido por esse instrumento jurídico, cujos espíritos e letra acolhem iniciativas de características muito diversificadas.

Nesse contexto é alentador verificar que, apesar das notórias dificuldades econômicas enfrentadas por nossos países, temos consagrado ingentes esforços para a materialização de projetos altamente relevantes para a região.

No que se refere especificamente ao Brasil, ressalto, em particular — por corresponder a um empreendimento de larga envergadura comum com o Paraguai — o prosseguimento da construção da hidrelétrica de Itaipu.

O bom termo a que chegaram nossos entendimentos reforçou as perspectivas alvissareiras abertas com a conclusão, em 1979, do Acordo de Cooperação Técnico-Operativa sobre Itaipu e Corpus, entre o Paraguai, a Argentina e o Brasil. As obras de Itaipu continuam evoluindo positivamente, constituindo um marco da capacidade empreendedora de uma região para cujo progresso representa uma notável contribuição.

Também com o Paraguai, sobressaem iniciativas como a da futura integração de sistema de transportes em diferentes meios e outras de destacado porte. Com o Uruguai, tem sido significativo o acervo de realizações concretas, como, em áreas de fronteira, a integração viária e a cooperação no campo da energia elétrica, inclusive na construção da represa de Palmar. Com a Argentina, o amplo potencial de medidas conjuntas continua sendo promissoramente aproveitado, encontrando-se em plena etapa de construção a ponte com o Brasil sobre o rio Iguazu, e prevê-se a futura implantação, no rio Uruguai, de hidrelétricas brasileiro-argentinas. Com a Bolívia, devem ser mencionadas as inúmeras perspectivas existentes de aperfeiçoamento nas vinculações de transporte entre os dois países e a cooperação em novos domínios com os da agricultura e da agro-indústria.

Senhor Ministro,

Sua Excelência o Senhor Presidente João Figueiredo, ao discursar na abertura da XIII Reunião de Chanceleres, em Brasília no ano passado, afirmou que "nossos países se inscrevem na grande família das nações latino-americanas. Unem-nos não só a contigüidade territorial, mas também outros fatores de relevo, como a experiência humana e as tradições de que nos honramos, traços culturais de acentuada semelhança, e um conjunto de interesses mútuos e aspirações comuns plenamente integrados à fraternidade latino-americana. Queremos todos, a partir do desenvolvimento dos recursos da área da Bacia do Prata, contribuir para o progresso e o fortalecimento da América Latina".

Disposição de dialogar, esforço de compreensão, busca de convergências, espírito de cooperação, respeito mútuo e benefícios recíprocos são alguns dos principais parâmetros que informam as políticas de nossos países na América Latina. Nesse contexto, concede o Brasil particular atenção ao relacionamento com as nações da área da Bacia do Prata, às quais nos unem os mais fraternos vínculos de tradições e aspirações comuns.

Desde a instituição dos mecanismos fixados no Tratado da Bacia do Prata, tem o Brasil procurado atuar com ânimo construtivo e sentido realista, evitando que a adoção de fórmulas abstratas e retóricas desgaste e desestimule o empenho de cooperação ao qual nos propusemos. Favorecemos a obtenção de resultados capazes de contribuir efetivamente para o progresso da região, na convicção de que essa nobre meta somente pode ser atingida mediante a conjugação das livres vontades de cada nação, sem quaisquer constrangimentos. Entendemos que esse é o caminho seguro e certo para que à energia, ao tempo e aos recursos de que dispomos — por vezes tão escassos — seja dado o melhor emprego possível.

Senhor Presidente,

Parte considerável das tarefas desenvolvidas no curso de 1983 no foro da Bacia do Prata esteve dedicada à implementação da Resolução número 183, aprovada na XIII Reunião de Chanceleres. Como se sabe, nela está previsto o estabelecimento de mecanismos, particularmente através da fixação de uma ordem de prioridades, visando ao fortalecimento e à dinamização do sistema regional.

Esse empenho cristalizou-se nas conclusões alcançadas nas duas reuniões conjuntas de Representantes Governamentais de Alto Nível com os Representantes Permanentes dos Países Membros no Comitê Intergover-

namental Coordenador, celebradas em Buenos Aires nos meses de agosto e outubro último. Ao presente encontro de Chanceleres caberá examinar tais resultados.

Cumpra-se, pois, uma tarefa fundamental no sentido do fortalecimento da cooperação multilateral na área e da consecução de nossos objetivos comuns.

Para que esse alvo seja logrado, sobressai a importância da atuação do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata. Entidade destinada a ter uma contribuição cada vez mais importante na evolução do processo, o Fundo Financeiro continua alargando sua faixa de ação em benefício de diversos projetos de interesse regional. No curso da recém-concluída VI Reunião da Assembléia de Governadores, transpareceu, mais uma vez, a preocupação de adequar melhor seus mecanismos às finalidades do nosso Tratado institucional.

Senhor Presidente,

Minha delegação terá principalmente em mira o aperfeiçoamento da implementação do Tratado da Bacia do Prata e das diversas decisões adotadas pelos Chanceleres. Acredito sinceramente que a experiência do sistema regional acumulada durante mais de três lustros constitui valioso aporte para outros modelos de integração multilateral.

Os alicerces institucionais sobre os quais se desenvolverão os trabalhos desta XIV Reunião de Chanceleres pressupõe que a região está permanentemente franqueada à imaginação empreendedora das nações a ela pertencentes. É esse o espírito aberto e construtivo com que o Brasil comparece ao presente encontro e que antecipa futuros êxitos na busca do bem-estar e da prosperidade para os nossos países e para a Bacia do Prata em seu conjunto.

Muito obrigado.

saraiva guerreiro inaugura reunião do grupo dos 77 sobre desenvolvimento

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no auditório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1983, por ocasião da abertura da reunião do Grupo dos 77 sobre projetos de desenvolvimento e concorrências públicas internacionais.

Em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, tenho a grata satisfação de inaugurar esta Reunião sobre Concorrências Internacionais e desejar, aos representantes de Governos e de Organismos internacionais, pleno êxito em suas conversas e negociações. A cidade do Rio de Janeiro é certamente cenário propício para reunião potencialmente tão útil para os países do Terceiro Mundo.

Aqui, o Grupo dos 77 dará outro passo na realização dos objetivos do Programa de Caracas, que consubstancia momento inovador na vida internacional contemporânea. Num tempo de crise, de retórica ameaçadora, de disputas políticas rígidas, os países em desenvolvimento se propuseram, em Caracas, iniciar atividades cuja essência é a cooperação, num esforço de imaginar mecanismos inéditos de aproximação entre os povos da América Latina, África e Ásia.

Não podemos, por outro lado, deixar de lastimar o impasse que domina, hoje, o diálogo Norte-Sul. Nos últimos dois anos, três

importantes reuniões internacionais — a Cúpula de Cancún, a Reunião Ministerial do GATT e a VI UNCTAD — ficaram muito aquém de nossas expectativas quanto à retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento.

A crise se agrava, os números da economia internacional não são motivos para otimismo. Temos consciência clara de que a mera retomada de taxas de crescimento em economias desenvolvidas — que ainda são modestas e não parecem sólidas — não garante, automaticamente, o relançamento de um sistema econômico saudável.

A cooperação, de forma aberta e com participação ampla dos países em desenvolvimento, pode ser instrumento útil para encontrarmos algum alívio para a crise que nos atinge. Nesse sentido, o Programa de Caracas, se o concretizarmos, terá valor exemplar, mesmo para os países industrializados. De fato, a cooperação econômica entre países em desenvolvimento ultrapassou claramente a fase das declarações gerais de

intenção, dos projetos, da esperança. A força política do Programa pode ser hoje facilmente medida pela quantidade e pela qualidade dos projetos que vêm estimulando, pela seqüência de reuniões e negociações, em que o sentido inovador e realista tem prevalecido.

O Governo brasileiro, por essas razões, considera da mais alta importância as atividades de cooperação Sul-Sul. Participamos praticamente de todas as reuniões realizadas sob a égide do Programa de Caracas. Com a presente reunião, estamos sendo honrados pela segunda vez com o papel de país anfitrião de uma conferência do Programa. Os resultados positivos do Encontro de Alto Nível sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia nos dão certeza de que também a reunião sobre concorrências internacionais abrirá campos efetivos de cooperação entre países do Terceiro Mundo.

As possibilidades abertas pela temática da concorrência são amplas. Esta Reunião, estou seguro, permitirá o exame objetivo de sugestões, institucionais e organizacionais, para abrir novos espaços a nossos países.

A importância dos serviços como uma das áreas férteis para a cooperação Sul-Sul não precisa ser lembrada. Pelo longo tempo envolvido na execução de projetos, pelo caráter permanente das obras construídas e pelo impacto positivo que exercem sobre o desenvolvimento econômico dos países, a participação conjunta na realização de projetos é verdadeiro vetor de estreitamento das relações entre os Estados. O impulso que pode dar a esforços de integração é evidente.

De outro lado, devemos considerar que o comércio internacional nos setores de consultoria e engenharia, tanto quanto os de bens de capital e equipamento, é dominado pelos países industrializados. As concorrências internacionais para adjudicação de estudos e obras promovidas por organismos financeiros internacionais são raras vezes vencidas por empresas do Terceiro Mundo.

Perdemos, assim, oportunidades preciosas para incrementar os mecanismos de interação econômica entre nossos países. E verificamos que, enquanto prevalecer o padrão atual, outras conseqüências negativas advêm, entre elas a inexistência de condições propícias para a transferência de tecnologia na linha Sul-Sul. Só reverteremos a tendência quando a participação de nossos operadores nos projetos executados em nossos países se tornar prática corrente.

A delegação brasileira irá apresentar, durante os debates, sugestões específicas, calcadas na experiência adquirida por operadores econômicos brasileiros que atuam em mercados externos. Indicaremos medidas que poderão fazer que a maior proporção possível de recursos destinados a financiar obras no Terceiro Mundo sejam dispendidos neste mesmo Terceiro Mundo. Preconizamos, como diretriz central, a busca de soluções conducentes a formas associativas de trabalho, em que a experiência obtida por um país em desenvolvimento possa ser, com agilidade e simplicidade, transferida a outro país em desenvolvimento. O intercâmbio das experiências que vamos adquirindo é instrumento valioso, e deve assumir feição ampla: não se trata pura e simplesmente de aprender como fazer, mas sim de como fazer melhor à luz das capacidades e realidades de um país em desenvolvimento e de como fazer bem feito apesar das deficiências intrínsecas às condições do subdesenvolvimento. Teremos de ser competitivos e de transferir, efetivamente, **know-how** e tecnologia.

Registro com satisfação que os operadores brasileiros, desafiando concorrentes de países industrializados, já conseguiram vencer algumas significativas concorrências públicas internacionais. Mais importante ainda, diria, é o bom relacionamento que souberam estabelecer com seus associados nos países onde atuam, não só em termos de seu desempenho, mas também pela disposição em cooperar na transferência de tecnologia e no treinamento de mão-de-obra especializada.

Essa maneira de agir não é exclusivamente nossa. Proceder de modo diferente representaria contradição com o que todos defendemos: a valorização da cooperação internacional e o reforço da nossa capacidade de realização econômica.

A situação estratégica das concorrências internacionais sugere-nos, portanto, a uma atenção cuidadosa no levantamento dos entraves a uma maior participação de nossos operadores nos projetos que se implementam no Terceiro Mundo. Paralelamente, é fundamental que examinemos as medidas para eliminá-los ou neutralizá-los. Um dos aspectos centrais dos trabalhos dessa Reunião será, sem dúvida, o de propor medidas junto às entidades financeiras para que nossas preocupações sejam acolhidas, e cresça a presença dos países em desenvolvimento na área das concorrências internacionais.

Julgo por isso importante o comparecimento a este encontro de vários órgãos, internacionais e nacionais, voltados para o financiamento de projetos.

Temos, Senhores, os países em desenvolvimento, metas comuns, que se resumem em um verdadeiro projeto de transformação do sistema econômico; confiamos em nossos valores, que acreditamos incorporar ideais de justiça e equidade; temos tradição de trabalho comum, e importantes experiências acumuladas, tanto na área econômica quanto na política; compreendemos que, sem cooperação, não haverá saída para a crise; compreendemos que, na linha Sul-Sul, existe um manancial riquíssimo de caminhos de cooperação; as questões na área das concorrências internacionais são um dos temas em que muito podemos fazer*.

* Na seção **Notícias**, página 126, uma notícia sobre a reunião do Grupo dos 77 no Rio de Janeiro.

a segunda reunião de chanceleres do tratado de cooperação amazônica

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, em Cali, na Colômbia,
em 7 de dezembro de 1983, por ocasião da segunda reunião
de Chanceleres dos países que assinaram o Tratado de
Cooperação Amazônica.

Senhor Presidente,

Senhores Ministros,

Senhoras e Senhores,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento e profundo reconhecimento pela fraterna hospitalidade que nos brindam o povo e o Governo colombianos, que com tanta gentileza ofereceram esta bela e histórica cidade de Santiago de Cali como sede desta Segunda Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica.

Apraz-me, ainda, felicitar o Chanceler Rodrigo Lloreda Caicedo, por sua escolha para a presidência dos trabalhos que ora se iniciam. Suas qualidades pessoais e profissionais, bem como o zelo com que se dedica a assuntos do máximo interesse para a América Latina, recomendam-no especialmente para esta tarefa, de tanta importância para o processo de cooperação e integração regional da Bacia Amazônica.

É um privilégio que o presente encontro se realize em Cali. Sua paisagem, que sintetiza a um tempo a rica História colombiana e o seu presente de pleno desenvolvimento e modernização, inspira o visitante, que aqui recebe em toda sua força o carinho e a sincera hospitalidade que caracterizam o povo colombiano. Com próceres que honram a gesta de liberdade que é a História da Colômbia, Cali se afigura local ideal para a tarefa de entendimento, de diálogo e de cooperação que retomamos hoje, no marco do Tratado de Cooperação Amazônica.

O Governo colombiano, anfitrião deste encontro de vontades políticas, tem por seu lado dado mostras da grande sensibilidade latino-americana que identifica este país e que o tem colocado em papel de realce na permanente busca de cooperação e prosperidade que anima a todos os povos latino-americanos. Ao receber aqui as Delegações dos demais países amazônicos, o Governo e o povo da Colômbia dão mais um contributo à causa do progresso e do desenvolvimento da América Latina.

Senhores Ministros,

Há já bastante tempo a Amazônia vem recebendo de nossos Governos atenção e cuidados. Permanece já oculta pelo tempo a epopéia dos seringueiros e primitivos colonizadores dessa região, que com tanta força épica autores como o colombiano José Eustasio Rivera souberam descrever e interpretar. A "vorágine" de Rivera vai longe, como longe vai o tempo em que a floresta e os rios eram os temores do homem amazônico, e em que a atividade econômica, restrita ao extrativismo vegetal, apenas de leve roçava a imensidade selvática.

Interpretando as aspirações e a determinação das populações amazônicas, nossos Governos buscam, com o Tratado de Cooperação Amazônica, dar uma moldura institucional ao processo de desenvolvimento que começou a ganhar força a partir da própria região. Reconhecemos na Amazônia mais uma de tantas áreas de coincidência de interesses entre nossos países e transformamos o desafio amazônico, comum a nossos povos, em fator de aproximação diplomática e política, com um sentido de cooperação que se vem somar ao já expressivo potencial das relações bilaterais entre os nossos países.

A semelhança dos desafios que enfrentamos na Amazônia, a necessidade de promover e consolidar sistemas produtivos e sociais que não dependam de ciclos econômicos ocasionais, a premência de atender aos anseios vitais de nossas populações amazônicas e de garantir-lhes a plena integração às suas nacionalidades fizeram da cooperação regional um instrumento de promoção das relações entre nossos países.

Espaço em vias de diferenciação, o maior constrangimento que a Amazônia opõe ao desenvolvimento econômico e social é precisamente o seu conhecimento. Nossos países enfrentam, assim, à necessidade de aprimorar métodos e técnicas plenamente identificados com as peculiaridades do tró-

pico úmido, num esforço de pesquisa e de planejamento que deve partir de nós mesmos.

Esse esforço antecedeu a institucionalização da cooperação regional; produziu experiências nacionais sobre a Amazônia cujo caráter perfeitamente complementar aponta, por si mesmo, na direção do intercâmbio, da cooperação e do desenvolvimento compartilhado.

É nesse quadro que ressalta a importância capital do Tratado de Cooperação Amazônica, de que hoje realizamos esta Segunda Reunião de Chanceleres, seu órgão máximo.

Três anos atrás, na Primeira Reunião de Chanceleres, que meu País teve a honra de sediar, ultimamos, com a "Declaração de Belém", o marco jurídico que procuraria institucionalizar, em nível governamental, o processo de desenvolvimento, de cooperação e de integração regional que já vinha moldando a vida amazônica.

Essa cooperação é endógena; decorre da própria intensificação da atividade humana e econômica na Amazônia. É um processo que tem vida própria, e cuja expressão mais palpável se encontra nos contatos das populações e no comércio regional.

Nossos Governos têm, entretanto, um dever fundamental a cumprir nesse processo. O Tratado de Cooperação Amazônica criou novas possibilidades de encaminhamento e intensificação dos contatos e da cooperação entre nossos países na Amazônia.

Com grande sentido prático, derivado das próprias necessidades da região, o Tratado soube criar métodos flexíveis, adaptáveis aos interesses concretos dos países-membros, e de grande realismo. Não temos constrangimentos processuais ou burocráticos, que devemos continuar evitando; o grande motor da aplicação do Tratado é o próprio potencial de aproximação política e diplomática que fornece a região, pela coincidência

cia do interesse em desenvolvê-la e integrá-la de forma harmoniosa.

Já temos resultados concretos. Por um lado, é inegável que o processo de cooperação amazônica contribuiu para a aproximação entre os diversos países que compartilham da região, tendo por essa forma efeitos extremamente benéficos para o relacionamento bilateral intra-regional. Por outro lado, apesar de dificuldades que todos reconhecemos, o processo institucional conseguiu já dar início à identificação de áreas de cooperação e pôs em marcha, seja em nível multilateral, seja em nível bilateral, iniciativas concretas de cooperação e intercâmbio. A realização da Primeira Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, em Lima, em junho deste ano, foi prova cabal do interesse que desperta a cooperação regional.

É contudo inegável que, como tantas outras áreas, o processo institucionalizado pelo Tratado de Cooperação Amazônica sofre hoje com os efeitos da grave crise que assola a comunidade das Nações, não apenas em seus aspectos econômico-financeiros, senão também no que se refere às relações entre os países. A escassez de recursos, o esmorecimento da vontade e do ânimo cooperativo, as dificuldades sociais e as seqüelas, internas e externas, dessas dificuldades, formam o quadro em que, apesar de tudo, devemos continuar a mover-nos, com o ânimo redobrado e a visão posta num futuro de realizações que não deve ser longínquo.

Senhores Ministros,

Acredita meu Governo que o presente encontro tem uma importância múltipla tanto para as políticas amazônicas de cada um de nossos países, como para a cooperação multilateral amazônica.

Temos aqui a oportunidade de proceder a um balanço do processo desde que foi institucionalizado, para que o possamos atualizar à luz da nova conjuntura. Temos também a possibilidade de realizar a avaliação dos resultados da I Reunião do Conselho de

Cooperação Amazônica, a fim de que possamos dedicar-nos ao estabelecimento de uma estratégia realista de implementação paulatina de sugestões e decisões anteriores.

Cumpre-nos igualmente aperfeiçoar a identificação de prioridades no esforço regional de cooperação. Temos dito que a Amazônia é principalmente um problema de conhecimento; daí a ênfase prioritária que a área da pesquisa técnica e científica está a exigir desta ação conjunta dos Governos dos países amazônicos. Também as áreas de elevado interesse social e econômico, como a saúde, a educação, as comunicações, os recursos florestais e a agropecuária, constituem espaços em que a atenção e a ação conjuntas de nossos países devem-se deter.

Temos consciência de que a crise presente não pode deixar de afetar a cooperação regional; mas estamos também seguros de que não podemos deixá-la ser motivo de paralisação ou de refluxo deste processo. Devemos aproveitar o momento de crise naquilo que tem de mais positivo, ou seja, na racionalização do uso de recursos humanos e financeiros; no aproveitamento e na coordenação de esforços nacionais; na ênfase precisa aos setores que permitam a cooperação realista, concreta, de grande aplicabilidade no curto e no médio prazos. Numa época de recursos escassos, importa a qualidade das soluções, não a sua quantidade.

Senhores Ministros,

Acredita o Governo brasileiro que o melhor caminho para alcançar essa meta de realizações concretas é valer-mos da flexibilidade e do senso prático do próprio Tratado.

Foi com esse espírito que o Brasil levou à reunião de Lima um plano de ação nas áreas de ciência e tecnologia, com indicação de áreas prioritárias. Seria de grande interesse que tal plano pudesse merecer a atenção e os comentários dos demais países-membros, de tal maneira que se pudesse convocar uma reunião setorial com o fim de passar à implementação das linhas de

ação ali propostas, com a participação dos países interessados.

É aliás nas atividades de ciência e tecnologia que se concentra grande parte das principais iniciativas que o Governo brasileiro acredita poderem ser implementadas em mais estreita ligação com os objetivos que o Tratado de Cooperação Amazônica contempla. O conhecimento básico das principais doenças existentes ou potencialmente transferíveis para a região amazônica; o inventário biológico, geológico e bioquímico da região; a busca de opções técnicas e economicamente viáveis para contornar os entraves ao setor agropecuário; o desenvolvimento de fontes alternativas de energia para a Amazônia; a pesquisa e o desenvolvimento de bases técnico-científicas que disciplinem o uso racional dos recursos florestais, minerais e aquáticos da região; o estabelecimento de um programa habitacional que privilegie o uso de materiais disponíveis na área; a formação e a capacitação de recursos humanos especializados em assuntos amazônicos; a pesquisa cuidadosa das peculiaridades climáticas do trópico úmido; e o desenvolvimento do sistema de transportes e comunicações, fator básico para a integração amazônica — são preocupações que o Governo brasileiro alimenta e que acredita serem campos especialmente promissores e recompensadores para a cooperação regional.

Senhores Ministros,

Esta reunião de Chanceleres é a expressão

da vontade política de nossos países de continuar estreitando cada vez mais seus vínculos, homologando no plano político e diplomático a vocação comum que é a Amazônia.

Não cabe dúvida de que a tarefa a que nos dedicamos se reveste de grande importância para toda a América Latina. É ela prova inquestionável da capacidade de nossos povos de coordenar esforços na procura de caminhos próprios para alcançar interesses comuns. É ela a comprovação de que a América Latina encontra seu destino na cooperação e no entendimento entre seus povos.

No ano em que se comemora o bicentenário do nascimento de Simón Bolívar, a realização desta Reunião de Chanceleres amazônicos ganha relevo especial. A atenção que nossos Governos dão ao processo de cooperação e integração regionais na Amazônia vem somar-se ao tributo que nós, latino-americanos, devemos à memória e ao projeto político do grande Libertador.

A idéia de uma América Latina unida e coesa, na procura de um futuro de paz e progresso, pressupõe esforços concretos e dinâmicos de cooperação sub-regional, de que o Tratado de Cooperação Amazônica é exemplo dignificante. Em seu âmbito, nossos países, sem perder de vista aspirações marcantes de sua realidade nacional, e especialmente unidos em torno de um interesse comum, envidam seus melhores esforços para o entendimento internacional.

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

João Augusto de Médicis, para Embaixador no **Quênia**, em 13 de outubro.

Maury Gurgel Valente, para Embaixador no **Reino dos Países Baixos**, e Raul Fernando Belford Roxo Leite Ribeiro, para Embaixador na **Argélia**, em 9 de dezembro.

Felix Baptista de Faria, para Embaixador na **Jordânia**;
João Augusto de Médicis, para Embaixador em **Uganda**
(cumulativamente com a função de Embaixador no **Quênia**);
e Paulo da Costa Franco, para Embaixador na **Birmânia**
(cumulativamente com a função de
Embaixador na **Tailândia**), em 12 de dezembro.

entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros

Yildirim Keskin, da **Turquia**, em 11 de outubro.

Pranom Kogsamut, da **Tailândia**, e Diego Asencio, dos **Estados Unidos da América**, em 20 de dezembro.

brasil e república dominicana põem em vigor a ata de consulta *

Acordo, por troca de Notas, entre Brasil e República Dominicana, pelo qual entra em vigor a Ata de Consulta de 25 de janeiro de 1983, assinado em Santo Domingo, em 12 de outubro de 1983, pelo Embaixador brasileiro na República Dominicana, Nestor Santos Lima, e pelo Secretário Interino das Relações Exteriores daquele País, Jesús María Hernández.

A Sua Excelência
Embaixador Jesús María Hernández,
Secretário Interino das Relações Exteriores da
República Dominicana.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº DEJ 36175 de 5 de outubro corrente, pela qual Vossa Excelência, em nome do ilustrado Governo da República Dominicana, propõe que seja posta em vigor a Ata de Consulta firmada em 25 de janeiro de 1983, entre o Governo da República Dominicana e o Governo da República Federativa do Brasil, cujo texto é o seguinte:

"Excelencia:

Tengo el grato honor de proponer a Vuestra Excelencia, en nombre del Gobierno de la República Dominicana, la puesta en vigencia del Acta de Consulta firmada el 25 de enero de 1983, entre el Gobierno de la República Dominicana y el Gobierno de Brasil, cuya letra dice:

ACTA DE CONSULTA

Se reunieron en la ciudad de Santo Domingo Delegaciones Aeronáuticas de la República Dominicana y de la República Federativa del Brasil, durante los días 24 y 25 de enero de 1983, con el objetivo de establecer servicios regulares de pasajeros, carga y correo entre los dos países.

*os acordos bilaterais do Brasil com outros países, localizados nas páginas 97 a 114, entraram em vigor imediatamente após a assinatura.

La relación de los miembros de las dos Delegaciones consta en el Anexo A.

Como resultado de las conversaciones realizadas fue acordado lo siguiente:

I. AUTORIZACIÓN PARA OPERACIÓN DE SERVICIOS REGULARES

Cada Parte expedirá autorización de operación para que la Empresa de Transporte Aéreo Regular de la otra Parte pueda realizar servicios regulares transportando pasajeros, carga y correo. La empresa designada de una Parte cumplirá, antes de iniciar los servicios autorizados, la legislación interna de la otra Parte, en lo que concierne a su funcionamiento jurídico.

Cada Empresa aérea regular indicada presentará sus horarios a la Autoridad Aeronáutica de la otra Parte, con antelación de, por lo menos, 30 días de la fecha prevista para su vigencia. Tales horarios entrarán en vigor en la fecha propuesta por las Empresas, siempre que estén de acuerdo con los términos de esta Acta. Las Autoridades Aeronáuticas podrán aceptar que los horarios sean presentados en un período menor de 30 días.

II. DESIGNACIONES.

El Brasil designa la VARIG para realizar los servicios autorizados.

La República Dominicana designa la DOMINICANA DE AVIACIÓN para realizar los servicios autorizados.

Las Autoridades Aeronáuticas de ambas Partes se reservan, sin embargo, el derecho de sustituir en cualquier momento la empresa aérea designada, según convenga a sus mejores intereses.

III. RUTAS

Las Empresas designadas podrán operar sobre las rutas establecidas:

a) Rutas del Brasil.

Puntos en el Brasil para Caracas, Santo Domingo, y Miami e viceversa.

Cualquier punto o puntos contenidos en la ruta mencionada podrán ser omitidos en una o en ambas direcciones, a criterio de la empresa aérea designada para operar la ruta. La empresa aérea designada para omitir una o varias escalas, cumplirá los requisitos de párrafo I.

b) Rutas de la República Dominicana.

Puntos en la República Dominicana para Caracas, Río de Janeiro y un punto más allá en América del Sur y viceversa. El punto más allá será indicado por las Autoridades Aeronáuticas Dominicanas.

Cualquier punto o puntos contenidos en la ruta mencionada podrán ser omitidos en una o en ambas direcciones, a criterio de la empresa aérea designada para operar la ruta.

La empresa designada para omitir una o varias escalas, cumplirá los requisitos del párrafo I.

IV. FRECUENCIAS.

La empresa designada de cada Parte podrá operar con la frecuencia de un (1) vuelo semanal.

V. EQUIPAMIENTO.

Las frecuencias autorizadas podrán ser operadas a criterio de las empresas, con aeronaves del tipo DC-10 actualmente certificadas para uso en la aviación comercial, o similar, o inferior.

VI. DERECHOS DE TRÁFICO.

Las dos Delegaciones concuerdan que las Empresas designadas por ambas Partes operen los servicios regulares mencionados en esta Acta, sin cualquier restricción en cuanto a los derechos de tráfico, salvo los mencionados en esta misma Acta.

La capacidad a ser ofrecida en el trecho de la ruta Santo Domingo/Miami/Santo Domingo por VARIG, y en el trecho Río de Janeiro/y el punto más allá/Río de Janeiro por la DOMINICANA DE AVIACION será de 50% de la capacidad útil del equipamiento a ser operado, tanto a lo que se refiere al transporte de pasajeros, como al transporte de carga.

En caso de equipo inferior utilizado, deberá llegarse a un acuerdo entre las Autoridades Aeronáuticas respectivas.

Mientras la empresa DOMINICANA DE AVIACION no opere los derechos entre Río de Janeiro/un punto más allá/Río de Janeiro, los derechos entre Santo Domingo/Miami/Santo Domingo estarán sujetos a un acuerdo entre las empresas aéreas designadas.

La escala de Caracas será operada como escala técnica en relación a Santo Domingo, en lo que concierne a la VARIG, y en relación a Río de Janeiro, en lo que se refiere a la DOMINICANA DE AVIACION.

VII. TARIFAS.

Las tarifas para pasajeros y carga, para los servicios regulares estarán relacionadas con el costo operacional de las empresas y serán aprobadas por ambas Partes antes de entrar en vigor. Las empresas presentarán las tarifas para aprobación o para registro cuarenta y cinco días antes de la fecha prevista para su entrada en vigor. Ese plazo podrá ser reducido a criterio de la Autoridad Aeronáutica.

En la presentación de las tarifas, las empresas aéreas designadas deberán tomar en consideración, siempre que sea posible, las recomendaciones de una Asociación empresarial Latinoamericana a que ambas empresas designadas pertenezcan.

En la ausencia de concordancia entre las Partes que permita que una tarifa propuesta entre en vigor en la fecha prevista en la conformidad del pedido de la empresa designada, o en la conformidad de la solicitud de una de las Partes, las tarifas en vigor a la época de la propuesta continuarán en vigor hasta que nuevas tarifas sean mutuamente acordadas.

VIII. CONDICIONES Y OPORTUNIDADES COMERCIALES.

Las dos Delegaciones concordaron que las Autoridades de cada país deberán desenvolver todo esfuerzo posible para asegurar que las empresas de cada país puedan operar con el máximo de eficiencia, y con oportunidades iguales y justas, para participar del tráfico en una base no discriminatoria. En particular, propiciarán:

- a) Tarifas aeroportuarias, de navegación, comunicación y costos de los combustibles en una base no discriminatoria;
- b) Oportunidades para publicidad y promoción de todos los servicios de las empresas designadas.

La transferencia del excedente entre las rentas y los gastos de los servicios autorizados, estará de acuerdo con las formalidades cambiarias en vigor en el territorio de cada Parte, en una base no discriminatoria.

IX. COOPERACIÓN ENTRE LAS EMPRESAS DESIGNADAS.

Las dos Delegaciones concordaron recomendar a sus respectivas empresas designadas que se esfuercen en el sentido de promover acuerdos de cooperación mutua en los campos técnicos, administrativo y comercial, con vistas al desenvolvimiento armónico del tráfico entre ambos países, a un costo de operación más bajo.

Todo acuerdo a que arriben las empresas aéreas designadas, será sometido a la aprobación de las Autoridades Aeronáuticas respectivas.

X. CUMPLIMIENTOS DE LAS LEYES Y REGLAMENTOS.

Las dos Delegaciones concordaron:

1. Las leyes y reglamentos de una Parte relativos a la entrada, permanencia en su territorio, o la salida del mismo, de una aeronave empleada en navegación aérea internacional, o a la exploración y a la navegación de tales aeronaves dentro de su territorio, serán aplicadas a las aeronaves de la empresa designada de la otra Parte.

2. Las leyes y reglamentos de una Parte, relativos a la entrada, permanencia en su territorio, o a la salida del mismo, de pasajeros, de tripulaciones o carga de aeronaves (como sean regulaciones concernientes a la entrada, despacho, inmigración, pasaporte, cuarentena y aduana) serán aplicados a los pasajeros y carga de la aeronave de la empresa aérea designada, dentro del territorio de la otra Parte.

3. Las empresas designadas darán garantía relativa a su responsabilidad por los daños causados a los pasajeros, a la carga y a equipaje, y a las personas o bienes de terceros en la superficie, según la ley y convenciones en vigor en el territorio de cada Parte.

4. Las empresas designadas presentarán, cuando inicien los servicios consignados en esta Acta, un Plan Promocional para el desenvolvimiento del turismo entre los territorios de las Partes, el cual deberá ser remitido a las Autoridades Turísticas de cada Parte, para conocimiento.

XI. VIGENCIA.

Esta Acta es válida por un período de dos años, a partir de la fecha del canje de Notas Diplomáticas, y será prorrogada por períodos iguales y sucesivos, al menos que una Parte en cualquier tiempo, comunique a la otra que desea revisarla, con antelación mínima de 30 días.

Las Autoridades Aeronáuticas de la República Dominicana y del Brasil someterán la presente Acta a sus respectivas Autoridades, y entrará en vigor mediante canje de Notas Diplomáticas.

Acta hecha en la ciudad de Santo Domingo, a los veinticinco (25) días del mes de enero del año mil novecientos ochenta y tres (1983), en los idiomas español y portugués, siendo ambos textos de igual valor.

En caso de que el Gobierno del Brasil, se declare conforme con esta propuesta, esta Nota y la Nota de respuesta de Vuestra Excelencia en la que conste la conformidad de su Gobierno, constituirán un Acuerdo entre nuestros dos Gobiernos que entrará en vigor en la fecha de su Nota de respuesta.

Aprovecho la ocasión para reiterar a Vuestra Excelencia el testimonio de mi más alta y distinguida consideración.

Santo Domingo, D.N.,
5 de octubre de 1983"

Apraz-me comunicar a Vossa Excelência que o Governo da República Federativa do Brasil se declara conforme com a proposta supra e concorda ademais que a Nota em causa e a presente constituam um Acordo entre os dois Governos a entrar em pleno vigor na data de hoje dia doze de outubro de mil novecentos e oitenta e três (1983).

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais elevada estima e consideração.

Santo Domingo, 12 de outubro de 1983.

Nestor Santos Lima
Embaixador do Brasil na República Dominicana

brasil e cee assinam acordo relativo ao artigo 10 do acordo-quadro de cooperação

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Comunidade Econômica Européia (CEE), relativo ao artigo 10 do Acordo-Quadro de Cooperação, assinado, em Bruxelas em 14 de outubro de 1983, pelo Embaixador Brasileiro, Luiz Augusto Pereira Souto Maior, pelo Embaixador Representante junto à CEE da Grécia, Nikos Dimadis, e pelo Diretor-Geral-Assistente da Diretoria Geral de Relações Exteriores da Comissão das Comunidades Européias, Josephus Loeff.

NOTA DA CEE

Senhor Embaixador,

Com referência ao Acordo-quadro de cooperação entre a Comunidade Econômica Européia e a República Federativa do Brasil, posto em vigor em 1º de outubro de 1982, tenho a honra de levar ao seu conhecimento, com o pedido de sua confirmação, que o Artigo 10 do referido Acordo seria substituído pelo texto seguinte:

"Artigo 10

Idiomas que fazem fé

O presente Acordo é feito em duplo exemplar nos idiomas português, alemão, dinamarquês, francês, grego, inglês, italiano e neerlandês, cada um desses textos fazendo igualmente fé."

O texto do Acordo, redigido em idioma grego, é anexado à presente Nota.

Muito agradeceria confirmar a concordância do Governo de Vossa Excelência com o novo texto do Artigo 10.

Creia, Senhor Embaixador, nos protestos da minha mais distinta consideração.

Pelo Conselho das Comunidades Européias,

Nikos Dimadis

Josephus Loeff

NOTA BRASILEIRA

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar recebimento da sua Nota desta data, relativa ao Artigo 10 do Acordo-quadro de cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Económica Européia.

Confirmo a concordância do meu Governo com o novo texto do Artigo 10.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos da minha mais alta consideração.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

Luiz Augusto Pereira Souto Maior

Brasil e Argentina assinam ajuste para cooperação no campo das atividades espaciais

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Argentina sobre cooperação no campo das atividades espaciais, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de outubro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Argentina, Hugo Caminos.

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina,

CONSIDERANDO o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em Buenos Aires, em 17 de maio de 1980;

RECONHECENDO os benefícios da cooperação científico-tecnológica, no campo da ciência espacial, da tecnologia e sistemas espaciais e das aplicações espaciais, principalmente a utilização das técnicas de teleobservação da Terra com fins pacíficos e de meteorologia, assim como o planejamento e a execução de investigações espaciais em geral;

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

O Governo brasileiro designa como entidade responsável pela execução do presente Ajuste o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, por intermédio do Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE, e o Governo argentino designa, com a mesma finalidade, a Comissão Nacional de Investigações Espaciais — CNIE.

ARTIGO II

Os dois Governos, por intermédio das entidades designadas no Artigo I, promoverão a cooperação no campo da pesquisa científica e tecnológica, através do intercâmbio de informações nas áreas de interesse mútuo.

ARTIGO III

1. Para os fins do presente Ajuste as entidades responsáveis por sua execução definirão, de comum acordo, a realização de projetos conjuntos e outras formas de cooperação científico-tecnológica, especificamente nas áreas de:
 - a) Recepção, processamento e controle de qualidade de dados de sensores remotos conduzidos por satélite;
 - b) Programas de aplicação de dados de sensores remotos na avaliação de recursos naturais;
 - c) Campanhas conjuntas com balões estratosféricos de grande capacidade, utilizando bases de lançamento no Brasil e na Argentina;
 - d) Desenvolvimento e utilização das plataformas de coleta de dados ambientais; e
 - e) Coordenação e estudos de projetos de plataformas espaciais e estações terrenas.

2. A definição das medidas de cooperação acordadas entre as entidades executoras será objeto de Plano de Trabalho, para execução durante os doze meses subsequentes à aprovação do mesmo.

ARTIGO IV

1. As entidades executoras constituirão um Grupo de Trabalho, com igual número de representantes de cada Parte que, no primeiro bimestre de cada ano, definirá e proporá o conteúdo das atividades do Plano de Trabalho anual a ser desenvolvido e que terá, ainda, a incumbência de coordenar e supervisionar a execução de tais atividades.

2. A proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho será submetida, para aprovação, às entidades executoras, respeitado o estabelecido no Artigo VI.

ARTIGO V

Conforme a evolução dos planos de Trabalho anuais, e se os interesses comuns assim o exigirem, as entidades executoras poderão firmar Termos de Ajuste aos Planos de Trabalho aprovados, específicos a cada assunto envolvido.

ARTIGO VI

As atividades objeto deste Ajuste, constantes do Plano de Trabalho anual, deverão ser aprovadas, do lado brasileiro, pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais — COBAE e, do lado argentino, por autoridades superiores designadas pelo Governo argentino.

ARTIGO VII

A terminologia técnica empregada em relatórios será sempre aquela utilizada em âmbito internacional, devendo ser evitadas especificações e nomes que suscitem controvérsias, quer do português para o espanhol, quer do espanhol para o português.

ARTIGO VIII

Dentro do presente Ajuste, as entidades executoras facilitarão o intercâmbio de cientistas e pesquisadores, desde que devidamente credenciados e previamente aprovados em comum acordo pelas Partes.

ARTIGO IX

As obrigações financeiras das entidades executoras serão definidas no Plano de Trabalho anual.

ARTIGO X

1. As Partes acordam que, na medida em que resultarem da execução do presente Ajuste conhecimentos não disponíveis anteriormente, informações e dados técnicos que possam ser objeto de proteção jurídica no âmbito da propriedade intelectual, deverão proceder a todas as cautelas cabíveis e necessárias, de modo a assegurarem-se de que direitos econômicos e de propriedade intelectual sejam convalidados e protegidos, segundo a legislação de ambos os países.

2. As Partes comprometem-se a cumprir as disposições contidas nos tratados e convenções internacionais sobre a matéria, de que sejam signatários.

3. As informações científicas produzidas como decorrência da execução do presente Ajuste, após a observância das cautelas estabelecidas neste Artigo, poderão ser colocadas à disposição da comunidade científica internacional, pelos meios usuais de divulgação e após a aprovação das Partes.

ARTIGO XI

O presente Ajuste entrará em vigor da data de sua assinatura e terá duração de 5 (cinco) anos, podendo ser denunciado a qualquer momento por qualquer uma das Partes, desde que notificado à outra por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias.

Feito em Brasília, aos 20 dias do mês de outubro de 1983, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

comissão mista brasil-argentina vai caracterizar talvez do rio uruguai, na área do projeto garabi

Acordo, por troca de Notas, entre o Brasil e a Argentina, pelo qual é atribuído à Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina a faculdade de proceder à caracterização do talvegue do rio Uruguai, na área do projeto Garabi, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de outubro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Argentina, Hugo Caminos.

NOTA BRASILEIRA

A Sua Excelência o Senhor Hugo Caminos, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República Argentina.

Senhor Embaixador,

Considerando a necessidade de caracterizar o limite em nossa fronteira comum, definido pelo talvegue do rio Uruguai de acordo com o Tratado de 6 de outubro de 1898 e com a Convenção Complementar de Limites de 27 de dezembro de 1927, na área do "Projeto Básico de Aproveitamento Garabi", tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo da República Federativa do Brasil concorda com o Governo da República Argentina em atribuir à Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina, constituída de acordo com as Notas de 11 de maio e 17 de junho de 1970, a faculdade de proceder à referida caracterização.

Para tal fim se concorda que sejam executados por intermédio do Comitê Executivo ELETROBRÁS/AYE os trabalhos de batimetria necessários para que a Comissão Mista de Inspeção dos Marcos da Fronteira Brasil-Argentina determine o talvegue nos trechos do rio na área acima mencionada em que o dito talvegue ainda não tenha sido determinado.

3. A presente Nota e a de Vossa Excelência, de igual teor e mesma data, constituem um Acordo entre nossos Governos sobre o assunto, o qual entrará em vigor no dia de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil

NOTA ARGENTINA

A Su Excelencia el Señor Ministro
de Relaciones Exteriores de la
República Federativa del Brasil
Embajador D. Ramiro E. Saraiva Guerreiro
Brasília - DF

Señor Ministro:

Considerando la necesidad de caracterizar el límite en nuestra frontera común, definido por el talweg del río Uruguay de acuerdo con el Tratado del 6 de octubre de 1898 y con la "Convención Complementaria de Límites" del 27 de diciembre de 1927, en el área del "Proyecto Básico del Aprovechamiento Garabí", tengo el honor de llevar a conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno de la República Argentina concuerda con el Gobierno de la República Federativa del Brasil en atribuir a la Comisión Mixta de Inspección de los Hitos de la Frontera Argentina-Brasil, constituida de acuerdo con las Notas del 11 de mayo y 17 de junio de 1970, la facultad de proceder a la referida caracterización.

Para tal fin se acuerda que sean ejecutados por intermedio del Comité Ejecutivo AYE/Eletróbrás los trabajos batimétricos necesarios para que la Comisión Mixta de Inspección de los Hitos de la Frontera Argentina-Brasil determine el talweg en los tramos del río en el área arriba mencionada en que dicho talweg aún no haya sido determinado.

La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de igual tenor y misma fecha, constituyen un Acuerdo entre nuestros gobiernos sobre el asunto, el cual entrará en vigor en el día de hoy.

Aprovecho la oportunidad para renovar a Vuestra Excelencia las expresiones de mi más alta consideración.

Hugo Caminos
Embajador de la República Argentina

acordo brasil-belgica para reconhecimento recíproco de carteiras de motorista

Acordo entre o Brasil e o Reino da Bélgica relativo ao reconhecimento recíproco dos documentos de habilitação nacionais para dirigir veículos automotores, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 29 de novembro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Embaixador belga em Brasília, Henry Wenmaekers.

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo do Reino da Bélgica,

DESEJOSOS de facilitar a circulação rodoviária no território dos dois países,

ACORDAM o seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes reconhecem, reciprocamente, os documentos nacionais válidos de habilitação para dirigir veículos automotores, expedidos pelas autoridades dos dois países.

ARTIGO II

1. O titular de um documento de habilitação para dirigir veículos automotores expedido por uma das Partes Contratantes receberá uma carteira nacional de habilitação correspondente da outra Parte Contratante, sem que seja necessário submeter-se a exame de habilitação teórico e prático.
2. A troca dos documentos de habilitação deverá ser realizada conforme os regulamentos de cada uma das Partes Contratantes.

ARTIGO III

1. O direito de fazer uso da carteira nacional de habilitação pode ser negado nos seguintes casos:
 - a) quando for evidente que as condições necessárias para a expedição das referidas carteiras não foram observadas;
 - b) quando o condutor tenha cometido alguma infração a regulamento nacional em matéria de circulação suscetível de acarretar a retirada da carteira de habilitação sob a legislação da referida Parte Contratante.

ARTIGO IV

O presente Acordo autoriza somente a condução de veículos automotores nas categorias para as quais o documento para dirigir é válido, segundo a legislação nacional da autoridade que o expediu.

ARTIGO V

- O presente Acordo possui os seguintes anexos:
- a) Modelos de documentos de habilitação para dirigir veículos automotores dos dois países;
 - b) Quadro de equivalência das categorias de habilitação brasileira e belga.

ARTIGO VI

O presente Acordo, que entrará em vigor na data de sua assinatura, será válido por período ilimitado, e poderá ser denunciado, a qualquer momento, por uma das Partes,

por via diplomática, cessando seus efeitos três meses após o recebimento da notificação de denúncia.

Em testemunho do que, os abaixo assinados, para isso devidamente autorizados, assinaram o presente Acordo.

Feito em Brasília, aos 29 dias do mês de novembro de 1983, em dois exemplares originais, nos idiomas português, francês e neerlandês, sendo os três textos igualmente autênticos.

ANEXO B

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA ENTRE AS CATEGORIAS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES NO BRASIL E NA BÉLGICA

Categorias brasileiras descrição

A — Veículos motorizados de 2 (duas) ou 3 (três) rodas.

A.1 — Ciclomotores

A.2 — Motonetas e motocicletas até 125 cc (cento e vinte e cinco centímetros cúbicos) de cilindrada

A.3 — Motocicletas acima de 125 cc (cento e vinte e cinco centímetros cúbicos) de cilindrada.

B — Veículos autorizados não compreendidos na Categoria A, cujo peso máximo autorizado de carga não exceda a 3.500 kg (três mil e quinhentos quilos) ou cujo número de lugares para passageiros não exceda de 8 (oito) sem contar o do condutor

C — Veículos automotores destinados ao transporte de carga e cujo peso máximo autorizado exceda a 3.500 kg (três mil e quinhentos quilos).

D — Veículos automotores destinados ao transporte de pessoas e que tenha mais de 8 (oito) lugares, sem contar o do condutor.

Categorias belgas descrição

A — A carteira de habilitação válida para a categoria A é exigida para a condução de motocicletas (veículo a motor com 2 (duas) rodas com ou sem "sidecar" ou todo veículo a motor com 3 (três) rodas, cuja tara não exceda a 400 kg e que não corresponda à definição de ciclomotor).

B — A carteira de habilitação válida para a categoria B é necessária para conduzir:

- veículos automotores construídos para o transporte de pessoas e comportando, no máximo, oito lugares, exceto o assento do motorista
- veículos automotores construídos para o transporte de mercadorias, com um peso máximo autorizado que não exceda a 3.500 kg

C — A carteira de habilitação válida para a categoria C é necessária para conduzir veículos construídos para o transporte de mercadorias, cujo peso máximo autorizado exceda a 3.500 kg

D — A carteira de habilitação válida para a categoria D é necessária para conduzir veículos construídos para o transporte de pessoas e que comportem no mínimo 9 lugares, exceto o lugar do motorista.

Observações brasileiras:

1. Atendendo à categoria dos veículos automotores que os condutores poderão dirigir, serão estes classificados nas categorias e classes para os quais forem aprovados nos exames respectivos: A.1. — A.2. — A.3. — B, C e D.
2. Os veículos automotores destinados ao transporte coletivo de passageiros, de escolares ou de cargas perigosas, só poderão ser dirigidos por condutores com a idade mínima de 21 (vinte e um) anos completos e habilitados em uma das categorias B (desde que aptos sem restrições), C ou D em concordância com a categoria do veículo a ser conduzido.
3. A habilitação para conduzir veículo de uma categoria autoriza o condutor a dirigir veículos das categorias anteriores, segundo a ordenação constante das categorias veiculares, exceto os veículos da Categoria A e, igualmente, o condutor desses veículos, habilitado em uma classe, poderá conduzir os veículos das classes anteriores.

Observações belgas:

1. Para os ciclomotores classe B, não é exigida carteira de habilitação na Bélgica; ela é substituída por um documento concedido após um exame teórico. O portador de uma autorização brasileira estará isento do exame teórico. Entende-se por ciclomotor classe B qualquer veículo de duas ou três rodas equipado com um motor que não exceda 50 cc ou com motor elétrico, e que não possa pela sua construção ou pela própria potência do motor ultrapassar numa estrada plana (sem declives) a velocidade de 40 km/h, com exceção dos ciclomotores classe A. Por ciclomotor classe A, entende-se todo veículo de duas ou três rodas equipado com um motor que não exceda 50 cc ou com motor elétrico, e que não possa, pela sua construção ou pela própria potência do motor, ultrapassar numa estrada plana a velocidade de 25 km/h, e possa ser movido por pedais. Para essa categoria de veículos, não é exigida qualquer carteira de habilitação ou atestado.
2. Para os veículos da categoria E (ou seja os veículos das categorias B, C, D, com reboque, cujo peso máximo autorizado ultrapasse 750 kg), a carteira de habilitação válida para conduzir veículo-trator é suficiente.*

* O anexo A deste Acordo, contendo os modelos das Carteiras de Habilitação para dirigir veículos automotores no Brasil e na Bélgica, foi publicado no Diário Oficial de 13 de dezembro de 1983, Seção I, páginas 20.829 a 20.830.

prorrogada a vigência do acordo para um programa de cooperação científica e tecnológica entre Brasil e EUA

O Brasil e os Estados Unidos da América assinaram Acordo, por troca de Notas Verbais, em 1º de dezembro de 1983, prorrogando, por um ano, o prazo de vigência do Acordo para um Programa de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois países, que foi firmado em 1º de dezembro de 1971.

NOTA NORTE-AMERICANA

The Embassy of the United States of America presents its compliments to the Ministry of External Relations of the Federative Republic of Brazil and has the honor to propose the extension for an additional period of one year from 1 December 1983 of the Agreement on a Program of Scientific and Technological Cooperation, signed by the Governments of the Federal Republics of Brazil and the United States of America on December 1, 1971 and extended several times from that date.

In the event that the Government of the Federative Republic of Brazil agrees with the terms of the present note, it and the reply of the Ministry will constitute an agreement between the two governments, to enter into force on the date of the response.

The Embassy of the United States of America takes this opportunity to renew to the Ministry of External Relations the assurances of its highest consideration.
Embassy of the United States of America
Brasília December 1, 1983

NOTA BRASILEIRA

O Ministério das Relações Exteriores cumprimenta a Embaixada dos Estados Unidos da América e tem a honra de acusar recebimento da Nota nº 444, de 1º de dezembro do corrente ano, pela qual o Governo dos Estados Unidos da América propõe a prorrogação, por um período adicional de 1 ano, a partir de 1º de dezembro de 1983, do Acordo para um Programa de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília em 01/12/71, com vigência inicial de 5 anos, e prorrogado por períodos sucessivos de 5 anos, em 28.12.76, e de 6 meses, em 30.11.81, 01.06.82, 30.11.82 e 31.05.83.

2. O Ministério das Relações Exteriores informa a Embaixada dos Estados Unidos da América de que o Governo brasileiro concorda com os termos da referida Nota, a qual, juntamente com a presente Nota, passa a constituir

um Acordo entre os dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Brasília, em 01 de dezembro de 1983

Brasil e Colômbia assinam convênio sobre co-produção cinematográfica

Convênio Complementar ao Acordo de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e a Colômbia sobre co-produção cinematográfica, assinado em Cali, em 7 de dezembro de 1983, pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, e da Colômbia, Rodrigo Lloreda Caicedo.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, com base no Artigo XII do "Acordo de Intercâmbio Cultural" concluído pelos dois Governos em 20 de abril de 1963, animados pelo propósito de facilitar a produção em comum de filmes que por sua qualidade artística e técnica contribuam ao conhecimento mútuo de seus povos e ao fomento das relações culturais entre os dois Estados, acordam no seguinte:

ARTIGO 1º

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia promoverão por intermédio da Empresa Brasileira de Filmes — Embrafilme — e a Companhia de Fomento Cinematográfico — FOCINE — a realização de co-produções cinematográficas brasileiro-colômbianas.

ARTIGO 2º

Os dois Governos facilitarão a circulação e permanência do pessoal artístico e técnico, que participe das películas realizadas em co-produção de conformidade com o espírito do presente Convênio.

ARTIGO 3º

Os dois Governos por intermédio das autoridades competentes, autorizam, de conformidade com as normas legais em vigor, a importação temporária do material e equipamento necessários para a realização de filmes em co-produção. Igualmente, facilitarão a transferência de divisas relativas ao pagamento dos materiais e serviços prestados, de conformidade com as normas em vigor sobre a matéria em ambos países.

ARTIGO 4º

Os dois Governos outorgarão aos filmes produzidos em um ou outro país, considerados de caráter educativo ou

de propaganda, a juízo do Ministério da Educação e Cultura no Brasil ou do Ministério das Comunicações na Colômbia, o tratamento previsto na "Convenção sobre facilidades aos filmes educativos ou de propaganda", assinada em Buenos Aires em 23 de dezembro de 1936, da qual são partes.

ARTIGO 5º

Para a realização de co-produções promovida pelos Governos, a Embrafilme e a Focine deverão assinar em cada caso e de acordo com seus próprios estatutos e normas em vigor um contrato no qual se estabelecerão as condições da filmagem correspondente.

ARTIGO 6º

Para efeitos de concessão de tratamento especial aos filmes, levar-se-á em conta o princípio da reciprocidade.

ARTIGO 7º

Os filmes realizados em co-produção entre o Brasil e a Colômbia serão considerados como filmes nacionais pelas autoridades competentes dos dois países, sempre que sejam realizados de conformidade com as disposições legais em vigor em cada país. Os referidos filmes se beneficiarão das vantagens previstas para os filmes nacionais pelas disposições legais em vigor ou das que possam ser promulgadas em cada país co-produtor. Para serem admitidos aos benefícios de presente Convênio, os co-produtores deverão cumprir todos os requisitos exigidos por suas próprias leis nacionais para fazer jus às providências previstas em favor da produção cinematográfica nacional. Os filmes de co-produção deverão também ser realizados por empresas que tenham adequada organização técnica e financeira e experiência profissional reconhecida pelas autoridades nacionais competentes.

ARTIGO 8º

Os filmes realizados em co-produção patrocinada pela Embrafilme e pela Focine deverão ser realizados por atores, técnicos e intérpretes de nacionalidade brasileira ou colombiana. Tendo em conta as exigências do filme, pode-se admitir, excepcionalmente, mediante prévio acordo entre as autoridades competentes dos dois países, a participação de nacionais de terceiros países desde que a proporção destes participantes, não desvirtue o objetivo do presente Convênio.

ARTIGO 9º

Os letreiros dos filmes em co-produção deverão indicar num quadro em separado, tanto as empresas produtoras como enunciar "co-produção brasileiro-colombiana" ou "co-produção colombo-brasileira" de acordo com os respectivos aportes. Os filmes serão apresentados aos festivais internacionais pelo país com participação financeira majoritária, salvo acordo em contrário entre as empresas coprodutoras aprovado pelas autoridades competentes dos dois países.

ARTIGO 10

No quadro da legislação em vigor, a importação, exportação e distribuição das películas declaradas nacionais não serão submetidas a nenhuma restrição por ambas as partes. Cada Parte Contratante facilitará no seu próprio território a difusão do filme reconhecido como nacional pelo outro país. A transferência das arrecadações decorrentes da venda e comercialização da película se efetuará cumprindo as normas estabelecidas no contrato de co-produção e de conformidade com a legislação em vigor em cada país. Todos os filmes importados de um ou outro país segundo o presente Convênio deverão ir acompanhadas de um certificado de nacionalidade expedido pelas autoridades competentes, no qual se fará constar que a película é de nacionalidade brasileira ou colombiana, segundo o caso.

ARTIGO 11

As autoridades competentes dos dois países trocarão as informações de caráter técnico e financeiro referentes à co-produção, ao intercâmbio dos filmes e, em geral, os que se refiram às relações cinematográficas entre os dois países.

ARTIGO 12

Para as co-produções cinematográficas brasileiro-colombianas realizadas por empresas de caráter privado, deverão ser observadas as normas legais em vigor e receberão o tratamento previsto no presente Convênio mediante prévia concordância das entidades competentes de cada parte.

ARTIGO 13

O presente Convênio firmado de acordo com instrumentos em vigor entre os dois países, entrará em vigor na data de sua assinatura. Terá duração de dois anos prorrogáveis automaticamente por períodos iguais, a não ser que uma das Partes comunique à Outra, por escrito, seu desejo de considerá-lo terminado, com antecedência de (2) dois meses da data da expiração do período correspondente. O presente Convênio poderá ser denunciado por qualquer das Partes, caso no qual a denúncia produzirá efeitos noventa (90) dias depois da data de recebimento da correspondente notificação.

Firmado em Cali, aos sete (7) dias do mês de dezembro de mil novecentos oitenta e três (1983), em dois exemplares nos idiomas espanhol e português, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

brasil assina acordo com a omm para automação do centro regional de telecomunicações de Brasília

Carta do Representante Permanente do Brasil em Genebra, Paulo Nogueira Batista, ao Secretário-Geral da Organização Meteorológica Mundial, A.C. Wiin-Nielsen, em 8 de dezembro de 1983, confirmando a aceitação, pelo Governo brasileiro, dos Procedimentos para a Implementação do Programa Voluntário de Cooperação do Projeto Brasil TE/5/1 — Automação do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília; e a Carta do Secretário-Geral da Organização Meteorológica Mundial, A.C. Wiin-Nielsen, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, datada de 13 de dezembro de 1983.

CARTA DO REPRESENTANTE PERMANENTE DO BRASIL EM GENEBRA

A Sua Excelência
o Senhor Wiin-Nielsen,
Secretário-Geral da
Organização Meteorológica Mundial.
Genebra

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de referir-me a sua carta número 23.166/T/V/BRA/TE 5, de 29 de julho de 1983, que encaminha Projeto Revisado dos Procedimentos para a Implementação do Programa Voluntário de Cooperação do Projeto Brasil TE/5/1 — Automação do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília.

Neste contexto, fui instruído a confirmar a aceitação desses Procedimentos pelo Governo brasileiro. Os custos que caberão ao Brasil, como país receptor, serão cobertos pelo Instituto Nacional de Meteorologia.

Tenho o prazer de propor que esta carta e a resposta de Vossa Excelência constituam Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Meteorológica Mundial, aprovando os procedimentos para a implementação do Programa Voluntário de Cooperação do Projeto Brasil TE/5/1 — Automação do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília.

Aceite, Senhor Secretário-Geral, os protestos da minha mais alta consideração.

Paulo Nogueira Batista
Embaixador
Representante Permanente do Brasil

CARTA DO SECRETÁRIO-GERAL DA ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

Ao Ministro das Relações Exteriores
Ministério das Relações Exteriores
Brasília
Brasil

Senhor,

Tenho a honra de referir-me à carta número 262 do Embaixador Permanente do Brasil em Genebra, que notifica a aceitação pelo seu Governo dos procedimentos para a implementação do Programa Voluntário de Cooperação do Projeto Brasil TE/5/1.

Concordo plenamente que a carta supra mencionada constitua acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Meteorológica Mundial, aprovando os procedimentos para a implementação do Projeto TE/5/1 — Automação do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília. Portanto, os procedimentos de implementação deverão efetivar-se a partir de 09 de dezembro de 1983. Segue, em anexo, cópia certificada dos procedimentos.

Aproveito a oportunidade para desejar ao Governo brasileiro sucesso na implementação do referido projeto.

Cópias desta carta estão sendo encaminhadas ao Representante Permanente de seu país junto à Organização Meteorológica Mundial e ao Representante Residente no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Aceite, Senhor, os protestos de minha mais alta consideração

A.C. Wiin-Nielsen
Secretário-Geral da
Organização Meteorológica Mundial

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL

PROCEDIMENTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO VOLUNTÁRIA — PROJETO BRASIL TE/5/1 — AUTOMAÇÃO DO CENTRO REGIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA

1. Objetivo do Projeto

O objetivo do Programa de Cooperação Voluntária da Organização Meteorológica Mundial — Projeto Brasil TE/5/1 — é contribuir para o cumprimento dos objetivos do Pro-

grama de Vigilância Meteorológica Mundial, oferecendo apoio para o estabelecimento de sistema computadorizado de distribuição de mensagens para a automação do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília.

2. Participantes do Projeto

Os participantes do Projeto são:

- a) Brasil, como Membro receptor da Organização Meteorológica Mundial;
- b) A Organização Meteorológica Mundial, doravante denominada OMM, com a assistência de Membros doadores da Organização;
- c) Os Estados Unidos da América, como Membro doador, autorizado pela OMM a participar, em seu nome, na implementação do Projeto; e
- d) A República Federal da Alemanha, como Membro doador, autorizada pela OMM a participar, em seu nome, na implementação do Projeto.

3. Atribuições Específicas da OMM

A OMM deve:

- a) Responsabilizar-se totalmente pela implementação do
- b) Contribuir para a implementação do Projeto até um montante que não exceda o limite de US\$ 100.000 do Fundo de Cooperação Voluntária;
- c) Conforme a disponibilidade de fundos dos Membros doadores e receptor, providenciar aquisição, transporte, seguro e instalação de "hardware" de acordo com a relação do Anexo A, incluindo o disposto no Anexo B sobre o fornecimento de "software", bem como a implementação de sistema computadorizado de distribuição de mensagens para a automação do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília;
- d) Fornecer todos os itens necessários ao cumprimento do disposto no item (c) do Parágrafo 3 acima ao:
Representante Residente no Brasil do
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Caixa Postal 07-0285
70.000 Brasília-DF
Brasil.
(Atenção do Diretor-Geral, Instituto Nacional de Meteorologia
Programa de Cooperação Voluntária – Projeto Brasil
TE/5/1).

4. Atribuições Específicas dos Membros doadores

- a) **Estados Unidos da América**
O Membro doador deverá contribuir para a implementação do Projeto financiando parte da aquisição do "hardware" necessário ao Centro Regional de Telecomunicações de Brasília;
- b) **República Federal da Alemanha**
O Membro doador deverá contribuir para a implementação do Projeto fornecendo elementos para o sistema de "software", participando da elaboração do sistema e do treinamento dos operadores; e
- c) Detalhes de tais contribuições serão complementados entre os Membros doadores e a OMM.

5. Atribuições Específicas do Membro receptor

O Membro receptor deve:

- a) Contribuir para a aquisição de "hardware" e "software" com o montante de US\$ 50.000 a ser transferido para a conta bancária da OMM, de número 183334-01-10, do Lloyds Bank International Limited – Genebra;
- b) Tomar todas as medidas necessárias para facilitar as operações da OMM e de seus funcionários, empregados e agentes ligados ao Projeto; fornecimento destes serviços e facilidades em seu território quando necessários para a realização das referidas operações, e a importação, em seu território, de todos os materiais, equipamentos, suprimentos e bens fornecidos pela OMM para utilização no Projeto;
- c) Admitir em seu território, isentos de taxas alfandegárias, de importação e de outros encargos semelhantes bem como livre de qualquer outra exigência de licença de importação, documentação ou autorização semelhantes, todos os materiais, equipamentos, suprimentos e bens fornecidos pela OMM para utilização no Projeto;
- d) Não permitir que sejam cobrados licenças, taxas e outros encargos que, em seu território, incidiriam sobre a utilização de quaisquer dos bens importados em conformidade com o disposto no Parágrafo 5, item (c) acima;
- e) Não exigir que qualquer pessoa residente no território de outro Membro pague, no território do Membro receptor, qualquer taxa ou licença relativa a qualquer serviço ou trabalho da OMM em conexão com o Projeto, ou que esteja sob qualquer contrato feito com a OMM em conexão com o Projeto;
- f) Isentar qualquer funcionário da OMM, nacional de outro Membro que esteja, temporariamente, no território do Membro receptor em conexão com o Projeto, do pagamento de taxas ou de outros encargos que possam, de outra forma, ser cobrados unicamente em virtude de sua presença temporária no território do Membro receptor;
- g) Providenciar do Instituto Nacional de Meteorologia para atuar como funcionário do Projeto responsável pela coordenação e implementação do Projeto;
- h) Providenciar instalações, facilidades e equipamentos suplementares adequados, requeridos para a instalação e operação do sistema computadorizado de acordo com o item (c) do Parágrafo 5 acima;
- i) Providenciar linhas de telecomunicações, arrendamento de circuitos e a preparação das facilidades requeridas para a operação do sistema computadorizado, em particular, sistema de ar condicionado, corrente estabilizada, modems para linha e reguladores de voltagem;
- j) Providenciar, com o representante do fabricante do computador no Brasil, inspeção no local para verificar se o sistema de ar condicionado, fornecimento de energia, incluindo estabilidade de voltagem e a alocação física, atendem as especificações do fabricante bem como encaminhar à OMM cópia do relatório da inspeção local;
- k) Auxiliar no desembaraço alfandegário e no transporte interno do sistema computadorizado e encarregar-se

das despesas de manutenção local de dois técnicos que instalarão, num período de duas semanas, o sistema computadorizado;

- l) Estipular que os operadores sigam programa de treinamento de acordo com o disposto no Parágrafo 3, item (e) acima bem como o pessoal encarregado da instalação e operação do sistema computadorizado;
- m) Operar o equipamento, como parte do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília, de acordo com os Regulamentos Técnicos da OMM/Manual sobre o Sistema Global de Telecomunicações e o Plano de Vigilância Meteorológica Mundial, por período não inferior a cinco anos, com início na data em que o sistema computadorizado de distribuição de mensagens começar a operar;
- n) Assumir a responsabilidade e providenciar o fornecimento de peças sobressalentes e a manutenção do sistema computadorizado, preferencialmente sob contrato de manutenção com o representante do fabricante do computador no Brasil;
- o) Notificar a OMM, todo dia 15 de janeiro, durante período de cinco anos, sobre o estado do sistema computadorizado de distribuição de mensagens.

6. Taxa de Gerenciamento

A OMM aceitará os juros acumulados sobre as contribuições nacionais dos Membros receptores, depositadas junto à OMM, no lugar da taxa normal de gerenciamento cobrada dos fundos fiduciários.

7. Título

A partir do momento da entrega de qualquer item do equipamento para o Representante Permanente no Brasil, o direito sobre aquele item deverá ser transferido da OMM para o Membro receptor para o uso exclusivo do Instituto Nacional de Meteorologia destinado à implementação do Centro Regional de Telecomunicações de Brasília. O Membro receptor não terá o direito de revender ou dispor de outra forma do equipamento ou de qualquer parte dele, exceto como o especificado no presente acordo.

8. Responsabilidade

A OMM e o Membro receptor deverão responsabilizar-se pelas reivindicações e danos contra a propriedade ou injúrias contra pessoas somente em relação às atividades do projeto ou diretamente envolvidas nele, ou executadas por aquele participante ou seus empregados e agentes. Nenhuma responsabilidade deverá ser atribuída a qualquer dos participantes com base somente no direito de utilizar o equipamento, facilidades ou outra propriedade usada no projeto.

9. Providências Adicionais

Quaisquer providências adicionais que se fizerem necessárias para a condução do projeto deverão ser acordadas entre o Membro receptor e a OMM.

* (ou tipo similar de equipamento a ser acordado entre todas as partes concernentes).

10. Prazo

Estes procedimentos deverão entrar em vigor na data em que o Secretário-Geral notificar que os Membros, Doadores e receptor, aceitaram os referidos procedimentos.

Entrada em vigor: 9 de dezembro de 1983.

A.C. Wiin-Nielsen
Secretário-Geral
Organização Meteorológica Mundial

ANEXO A

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO
1	1	Sistema de computador VAX 750*
2	1	Multiplex assíncrono (para conexão de terminais locais)
3	2	Terminal de vídeo, 24 linhas x 80 colunas.
4	1	Multiplex assíncrono velocidade de transferência DMA (Acesso Direto à Memória) selecionadas por "software": 50; 75; 110; 134,5; 150; 200; 300; 600; 1200; 1800; 2400; 4800; 9600; 19200 bps (bits por segundo) e relógio externo. Tamanho dos caracteres 5-8 bits Interface RS-252-C.
5	1	Gabinete para painel de distribuição de linhas.
6	2	Interface RS-232-C para linha simples síncrona. (para circuitos que usem os procedimentos OMM, com velocidade até 9600 bps (bits por segundo)).
7	1	Multiplex HDLC, incluindo "firmware" para LAPB de acordo com a X.25 nível 2. Interface RS-232-C, ou RS-423-A, ou MIL-188-114 selecionadas por chaves para cada linha, para velocidades de 19200 bps (bits por segundo)

ANEXO B

DESCRIÇÃO DO SOFTWARE

1.
 - 1.1 Enlaces de Telecomunicações a serem servidos
Devem ser proporcionados pelo menos 32 enlaces com operação "full duplex" e taxas de sinalização (velocidade de transmissão) de 50 – 2400 bps (bits por segundo).
O aperfeiçoamento de um ou dois enlaces para 4800 bps deverá ser possível sem que haja retardos consideráveis para outras aplicações do sistema.

Deverá ser possível operar enlaces em modo síncrono e assíncrono usando o ITA (Alfabeto Internacional de Telecomunicações) nº 2 ou nº 5.

1.2 Procedimentos de Transmissão de Dados

O sistema deverá ser capaz de operar com o "software" da OMM, procedimento EDC, e pelo menos um dos procedimentos básicos comuns compatíveis aos da IBM. Procedimento HLDC, de acordo com a recomendação do CCITT X.25-LAPB deverão ser aceitos pelo sistema. Com respeito a escolha dos parâmetros da variável HDLC deverá ser possível acomodar pelo menos aqueles parâmetros que entrarão em vigor no MTC (circuito Tronco Principal) brevemente.

Além dos procedimentos acima descritos os procedimentos convencionais de teletipo com ou sem interface V. 24 da Recomendação do CCITT tem que ser aceitos.

2. Tratamento das Mensagens

2.1 Identificação das mensagens

Através do sistema as mensagens tem que ser identificadas pelos encabeçamentos abreviados. A identificação tem que levar em conta todo o grupo TTA_{ij}CCCC YYGG_{gg} BBB.

O número de catálogo CLLLL pode ser usado internamente para fins de identificação. A fim de suprimir mensagens duplicadas uma amostra do texto do conteúdo de uma mensagem deve ser usado em complemento à identificação pelo encabeçamento abreviado.

2.2 Armazenagem das Mensagens

Todas as mensagens chegadas e as mensagens originadas no sistema (isto é, mensagens compiladas ou endereçadas) deverão ser armazenadas de acordo com os regulamentos estabelecidos pelo "Manual do Sistema Global de Telecomunicações". A capacidade de armazenagem deve ser de pelo menos 20 MB (Megabytes).

2.3 Designação dos canais de saída

Uma lista deverá ser utilizada para todas as mensagens esperadas, indicando os canais de saída, as prioridades de transmissão e a duração da armazenagem de cada uma delas. Mensagens não esperadas são enviadas a uma posição de rejeição, para inspeção manual. O comprimento da lista deverá ter a capacidade de pelo menos 4.000 entradas.

2.4 Tratamento COR e AMD

Mensagens com Correções e Adições, identificadas pelo grupo BBB devem ser encaminhadas pela mesma rota da mensagem original. O tempo de armazenagem deverá ser também o mesmo da mensagem original.

2.5 Controle de saída

A saída deverá formar filas para cada enlace de acordo com a prioridade de transmissão consignada. Um bit de confirmação deverá ser gerado para

a listagem, depois que o último carácter ou uma mensagem tenha sido transmitido. O formato de saída das mensagens deve ser correto para todas as mensagens.

3. Compilação de mensagens

Deverá ser possível compilar uma mensagem dentro de um conjunto de boletins pré-determinado, identificados pelo número de índice I_{ij} da estação.

4. Tratamento de mensagens endereçadas

Levando em consideração o formato para mensagens endereçadas, conforme o Manual do Sistema Mundial de Telecomunicações, deverá ser possível consignar canais de saída para cada mensagem endereçada, recebida ou originada no sistema.

5. Serviço de Banco de Dados

Como uma opção, um serviço de banco de dados deverá ser incorporado ao sistema, com os seguintes requisitos mínimos:

- solicitar mensagens, através do encabeçamento abreviado e grupo data/hora.

6. Qualidade e Controle do Sistema

6.1 Correção de erros

Todos os desvios de um determinado formato detectados na entrada serão considerados como um erro. A mensagem correspondente deve ser encaminhada à posição de rejeição junto com uma indicação do tipo de erro e/ou a posição do erro.

6.2 Reencaminhamento

No caso de falhas de enlace reportados ao operador, de acordo com os procedimentos de reencaminhamento do manual do GTS, deverá ser possível substituir uma saída por outra. Pode ser aconselhável combinar com a substituição, uma manipulação do programa de transmissão a fim de reduzir a carga do tráfego. O começo e o fim do procedimento de reencaminhamento serão comandados pelo operador.

6.3 Medidas de Emergências

A posição do operador deverá consistir de uma Unidade Terminal de Vídeo com facilidades de cópia e um teclado. Uma linguagem simples deve ser usada para o diálogo. O operador deve ter pelo menos a possibilidade:

- de corrigir falhas por meio do Terminal de vídeo com suporte do sistema.
- de produzir e inserir mensagens.
- de manipular filas.
- de parar e iniciar transmissão de dados nos circuitos de saída.
- de tomar providências corretivas nas sobrecargas de armazenagem.

6.4 Funções de listagem e manutenção

O sistema deve produzir listas para todas as entradas e saídas, incluindo a posição do operador. Em adição, a carga do sistema deverá ser observada e relatada, alcançando uma determinada porcentagem (i.e.80%).

7. Monitoragem

Deverá ser possível preparar relatórios de monitoragem em tempo não real de acordo com os regulamentos do manual do GTS, em níveis de boletins e mensagens.

8. Relógio

Um relógio deverá ser incorporado ao sistema a fim de proporcionar indicação real do tempo para todas as listagens e mensagens endereçadas inseridas. Em adição, o relógio pode ser usado para ativar rotinas, tais como saídas para mensagens pré-determinadas e compilação de mensagens.

brasil e rfa assinam dois protocolos de cooperação financeira e um ajuste sobre projeto de controle de qualidade

Protocolos entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, para cooperação financeira ao Projeto Provárzeas no Espírito Santo e aos projetos "Abastecimento de Energia na Área Rural do Estado de Alagoas" e "Estudo de Viabilidade para o Desenvolvimento Agrícola no Vale do Rio Mearim", assinados, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 9 de dezembro de 1983, pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, João Clemente Baena Soares, e pelo Encarregado de Negócios a.i. da República Federal da Alemanha, Götz Alexander Martius; e Ajuste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, sobre o projeto "Assessoramento e Treinamento em Controle de Qualidade", assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 15 de dezembro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Encarregado de Negócios a.i. da República Federal da Alemanha, Götz Alexander Martius.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO SOBRE O PROJETO PROVÁRZEAS/ESPÍRITO SANTO

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Federal da Alemanha,

NO ESPÍRITO das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha,

NO DESEJO de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma cooperação financeira igualitária,

CONSCIENTES de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Protocolo,

NO INTUITO de contribuir ao desenvolvimento econômico e social da República Federativa do Brasil,

CONVIERAM no seguinte:

ARTIGO I

O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil, ou a outros mutuários a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, contratar um empréstimo até o montante total de DM 20.000.000,00 (vinte milhões de marcos alemães) junto ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau" (Instituto de Crédito para a Reconstrução), Frankfurt/Main, para o projeto PROVÁRZEAS/Espírito Santo.

ARTIGO II

A utilização do empréstimo, mencionado no Artigo I, bem como as condições sob as quais será concedido, serão determinadas pelo contrato a ser concluído entre o mutuário e o "Kreditanstalt für Wiederaufbau", o qual estará sujeito às normas legais vigentes na República Federal da Alemanha.

2. O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá ao "Kreditanstalt für Wiederaufbau" todos os pagamentos em Deutsche Mark em cumprimento dos compromissos dos mutuários, decorrentes do contrato a ser concluído de acordo com o parágrafo 1 deste Artigo.

ARTIGO III

Com relação à conclusão e execução do contrato referido no Artigo II, o "Kreditanstalt für Wiederaufbau" estará isento de todos os impostos e demais gravames fiscais a que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil.

ARTIGO IV

Com relação o transporte de passageiros e, na medida em que for necessário, após entendimentos prévios com os órgãos brasileiros e alemães competentes, de bens:

a) no caso de transporte aéreo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com serviços de linha regular da outra Parte Contratante, e concederá as autorizações necessárias para a realização do referido transporte;

- b) no caso de transporte marítimo, serão aplicados os dispositivos do Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em 4 de abril de 1979, bem como do respectivo Protocolo Adicional, da mesma data.

ARTIGO V

Para os fornecimentos de bens e serviços, relativos a projetos financiados pelo empréstimo, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais, salvo, quando em caso especial, se convier diversamente.

ARTIGO VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos resultantes da concessão do empréstimo, seja dada preferência aos produtos da indústria do "Land" de Berlim.

ARTIGO VII

Com exceção das disposições do Artigo IV, relativas ao transporte aéreo, o presente Acordo aplicar-se-á também ao "Land" de Berlim desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil declaração em contrário, até três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

ARTIGO VIII

O presente Protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 9 dias do mês de dezembro de 1983, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO SOBRE PROJETOS DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA NA ÁREA RURAL DE ALAGOAS E DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA NO VALE DO RIO MEARIM

O Governo da República Federativa do Brasil
e
O Governo da República Federal da Alemanha,

NO ESPÍRITO das relações amistosas existentes entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha,

NO DESEJO de consolidar e intensificar tais relações amistosas, através de uma cooperação financeira igualitária,

CONSCIENTES de que a manutenção dessas relações constitui a base do presente Protocolo,

NO INTUITO de contribuir ao desenvolvimento econômico e social da República Federativa do Brasil,

CONVIERAM no seguinte:

ARTIGO I

1. O Governo da República Federal da Alemanha possibilitará ao Governo da República Federativa do Brasil, ou a outros mutuários, a serem escolhidos conjuntamente por ambos os Governos, contratar empréstimos até o montante total de DM 25 milhões (vinte e cinco milhões Deutsche Mark) junto ao Kreditanstalt fur Wiederaufbau, Frankfurt am Main, de conformidade com o parágrafo 2 deste Artigo.

2. Do montante total do empréstimo de DM 25 milhões (vinte e cinco milhões de Deutsche Mark), referidos no parágrafo anterior, serão destinados:

- a) até DM 20 milhões (vinte milhões de Deutsche Mark) para o projeto "Abastecimento de Energia na Área Rural do Estado de Alagoas"; e
- b) até DM 5 milhões (cinco milhões de Deutsche Mark) para o projeto "Estudo de Viabilidade para o Desenvolvimento Agrícola no Vale do Rio Mearim".

3. Aplicar-se-á, ainda, o presente Protocolo, caso o Governo da República Federal da Alemanha venha a possibilitar, posteriormente, por intermédio do Kreditanstalt fur Wiederaufbau, Frankfurt am Main, ao Governo da República Federativa do Brasil, novos empréstimos para a preparação dos projetos referidos no parágrafo 2 deste Artigo, ou contribuição financeira para a adoção de medidas colaterais necessárias à execução e ao acompanhamento dos mencionados projetos.

ARTIGO II

1. A utilização dos montantes mencionados no Artigo I, parágrafo 2 e 3, bem como as condições sob as quais serão concedidos, serão determinadas pelos contratos a serem concluídos entre os mutuários e o Kreditanstalt fur Wiederaufbau, Frankfurt am Main, os quais estarão sujeitos às normas legais vigentes na República Federal da Alemanha.

2. O Governo da República Federativa do Brasil, desde que não seja ele próprio o mutuário, garantirá ao Kreditanstalt fur Wiederaufbau, Frankfurt am Main, todos os pagamentos em Deutsche Mark em cumprimento dos compromissos dos mutuários, decorrentes dos contratos a serem concluídos de acordo com o parágrafo 1 deste Artigo.

ARTIGO III

Com relação à conclusão e execução dos contratos referidos no Artigo II, o Kreditanstalt fur Wiederaufbau, Frankfurt am Main, estará isento de todos os impostos e demais

gravames fiscais a que possa estar sujeito na República Federativa do Brasil.

ARTIGO IV

1. Com relação ao transporte de passageiros e, na medida em que for necessário, após entendimentos com os órgãos brasileiros e alemães competentes, de bens:

- a) no caso de transporte aéreo, uma Parte Contratante não excluirá nem dificultará a participação, com igualdade de direitos, das empresas de transporte com serviços de linha regular da outra Parte Contratante, e concederá as autorizações necessárias para a realização do referido transporte;
- b) no caso de transporte marítimo, serão aplicados os dispositivos do Acordo sobre Transporte Marítimo entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha, assinado em 4 de abril de 1979, bem como do respectivo Protocolo Adicional, da mesma data.

ARTIGO V

1. Para os fornecimentos de bens e serviços, relativos a Projetos financiados pelos empréstimos, deverão ser abertas concorrências públicas internacionais salvo, quando em caso especial, se convier diversamente.

2. O procedimento a observar, quando da adjudicação dos contratos para a execução dos projetos referidos no Artigo 1, parágrafo 2, letra b, será estabelecido no contrato de empréstimo a concluir entre o "Kreditanstalt für Wiederaufbau", Frankfurt am Main e os Mutuários.

ARTIGO VI

O Governo da República Federal da Alemanha atribui especial importância a que, nos fornecimentos de bens e serviços resultantes da concessão dos empréstimos, seja dada preferência às possibilidades econômicas do "Land" Berlim.

ARTIGO VII

Com exceção das disposições do Artigo IV, relativas ao transporte aéreo, o presente Acordo aplicar-se-á também ao "Land" Berlim, desde que o Governo da República Federal da Alemanha não apresente ao Governo da República Federativa do Brasil declaração em contrário, até três meses após a entrada em vigor do presente Protocolo.

ARTIGO VIII

O presente Protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura.

Feito em Brasília, aos 9 dias do mês de dezembro de 1983, em dois originais, cada um nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

AJUSTE SOBRE PROJETO "ASSESSORAMENTO E TREINAMENTO EM CONTROLE DE QUALIDADE"

nota brasileira

A Sua Excelência o Senhor
Ministro Götz Alexander Martius,
Encarregado de Negócios a.i. da
República Federal da Alemanha.

Senhor Encarregado de Negócios,

Tenho a honra de acusar recebimento da Nota nº EZ 445/125/845/83, datada de hoje, cujo teor em português é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Com referência à Nota verbal DCOPT/DPC/DE-1/173, de 29 de julho de 1980, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, existente entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto "Assessoramento e Treinamento em Controle de Qualidade" (PN. 76.2187.3):

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil promoverão conjuntamente o desenvolvimento e a aplicação de medidas e métodos destinados ao aumento e à certificação da qualidade de produtos industriais, visando a contribuir, através da introdução e classificação de medidas de certificação de qualidade industrial, para elevar e manter a qualidade de produtos industriais brasileiros ao nível exigido por razões de política de defesa do consumo e de política comercial.

II. Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

1. Enviar um técnico em certificação de qualidade, pelo prazo de 24 homens/mês, bem como cinco técnicos a curto prazo em certificação e normalização de qualidade industrial, pelo prazo máximo de 15 homens/mês.
2. Proporcionar, fora do projeto, estágios de aperfeiçoamento na área da certificação de qualidade industrial, para até dois técnicos brasileiros que, após o seu regresso, atuarão no projeto, dando autonomamente continuação às atividades dos técnicos enviados.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

1. Colocar à disposição;
 - a) o necessário pessoal técnico e auxiliar qualificado;
 - b) até dois técnicos para o aperfeiçoamento referido no item II, parágrafo 2;
 - c) salas e material de escritório.
2. Prestar aos técnicos enviados todo o apoio necessário à

execução das tarefas que lhes forem confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação pertinente disponível.

- IV. Os técnicos enviados terão as seguintes atribuições:
- assessorar o órgão brasileiro responsável pelo projeto, bem como colaborar apoiando os respectivos programas de formação e aperfeiçoamento, com ênfase na certificação de qualidade industrial na área do "mechanical engineering", inclusive ensaios de material, do tipo destrutivo e não destrutivo;
 - assessorar na solução de problemas relativos aos diversos ramos e métodos da certificação de qualidade industrial e de problemas específicos da normalização relacionada com a certificação de qualidade.

V. 1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft fuer Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica Ltda.), em 6236 Eschborn.

- O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da execução do projeto o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).
- Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão estabelecer conjuntamente os pormenores da implementação do projeto num plano operacional ou de outra maneira adequada e, caso necessário, adaptá-los ao andamento do projeto.

VI. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens I a VI, esta nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expressa a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da nota de resposta de Vossa Excelência.

Permite-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos da minha mais alta consideração.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado da República Federativa do Brasil

nota alemã (tradução)

A Sua Excelência o Senhor
Embaixador Ramiro Elycio Saraiva Guerreiro
DD. Ministro de Estado das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil
Brasília — DF

Senhor Ministro,

Com referência à Nota-verbal DCOPT/DPC/DE-1/173, de 29 de julho de 1980, bem como ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, existente entre os nossos dois Governos, tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Federal da Alemanha, o seguinte Ajuste sobre o projeto "Assessoramento e Treinamento em Controle de Qualidade" (PN 76.2187.3):

I. O Governo da República Federal da Alemanha e o Governo da República Federativa do Brasil promoverão conjuntamente o desenvolvimento e a aplicação de medidas e métodos destinados ao aumento e à certificação da qualidade de produtos industriais, visando a contribuir, através da introdução e classificação de medidas de certificação de qualidade industrial, para elevar e manter a qualidade de produtos industriais brasileiros ao nível exigido por razões de política de defesa do consumo e de política comercial.

II. Ao Governo da República Federal da Alemanha caberá:

- Enviar um técnico em certificação de qualidade, pelo prazo de 24 homens/mês, bem como cinco técnicos a curto prazo em certificação e normalização de qualidade industrial, pelo prazo máximo de 15 homens/mês.
- Proporcionar, fora do projeto, estágios de aperfeiçoamento na área da certificação de qualidade industrial, para até dois técnicos brasileiros que, após o seu regresso, atuarão no projeto, dando autonomamente continuação às atividades dos técnicos enviados.

III. Ao Governo da República Federativa do Brasil caberá:

- Colocar à disposição:
 - o necessário pessoal técnico e auxiliar qualificado;
 - até dois técnicos para o aperfeiçoamento referido no item II, parágrafo 2;
 - salas e material de escritório.
- Prestar aos técnicos enviados todo o apoio necessário à execução das tarefas que lhes forem confiadas, colocando-lhes à disposição toda a documentação pertinente disponível.

IV. Os técnicos enviados terão as seguintes atribuições:

- assessorar o órgão brasileiro responsável pelo projeto, bem como colaborar apoiando os respectivos programas de formação e aperfeiçoamento, com ênfase na certificação de qualidade industrial na área do "mechanical engineering", inclusive ensaios de material, do tipo destrutivo e não destrutivo;

b) assessorar na solução de problemas relativos aos diversos ramos e métodos da certificação de qualidade industrial e de problemas específicos da normalização relacionada com a certificação de qualidade.

- V. 1. O Governo da República Federal da Alemanha encarregará da execução de suas contribuições a "Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) GmbH" (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica Ltda.), em 6236 Eschborn.
2. O Governo da República Federativa do Brasil encarregará da execução do projeto o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO).
3. Os órgãos encarregados nos termos dos parágrafos 1 e 2 deste item poderão estabelecer conjuntamente os pormenores da implementação do projeto num plano operacional ou de outra maneira adequada e, caso necessário, adaptá-los ao andamento do projeto.

VI. De resto, aplicar-se-ão também ao presente Ajuste as disposições do acima referido Acordo Básico, de 30 de novembro de 1963, inclusive a cláusula de Berlim (Artigo 10).

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 a 6, esta Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre os nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência.

Permita-me, Senhor Ministro, apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Götz Alexander Martius

Encarregado de Negócios a.i. da República Federal da Alemanha

acordos do brasil com outros países, promulgados no quarto trimestre de 1983

Acordo sobre Transporte Marítimo com a República Federal da Alemanha, assinado em Brasília, em 4 de abril de 1979, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 54, de 16 de agosto de 1983, publicado no Diário Oficial nº 159, de 18 de agosto de 1983, entrou em vigor no dia 22 de outubro de 1983 e foi promulgado pelo Decreto nº 88.947, de 7 de novembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 215, de 9 de novembro de 1983. O texto do Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Brasil e a RFA foi publicado por esta **Resenha**, em seu número 21, página 107.

Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica com a Argélia, assinado em Brasília, em 3 de junho de 1981, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 90, de 4 de novembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 213, de 7 de novembro de 1983, entrou em vigor a 20 de novembro de 1983 e foi promulgado pelo Decreto 89.093, de 2 de dezembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 232, de 5 de dezembro de 1983. O texto deste Acordo foi publicado por esta **Resenha**, em seu número 29, página 143.

Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural com a Argélia, assinado em Brasília, em 3 de junho de 1981, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 71, de 3 de outubro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 191, de 4 de outubro de 1983, entrou em vigor a 20 de novembro de 1983 e foi promulgado pelo Decreto 89.092, de 2 de dezembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 232, de 5 de dezembro de 1983. O texto deste Acordo foi publicado por esta **Resenha**, em seu número 29, página 145.

Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear com a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 17 de maio de 1980, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 55, de 16 de agosto de 1983, publicado no Diário Oficial nº 159, de 18 de agosto de 1983, entrou em vigor no dia 20 de outubro de 1983 e foi promulgado pelo Decreto 88.946, de 7 de novembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 215, de 9 de novembro de 1983. O texto deste Acordo foi publicado por esta **Resenha**, em seu número 25, página 201.

Acordo de Cooperação Econômica e Industrial com a Finlândia, assinado em Brasília, em 5 de novembro de 1981, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 60, de 29 de agosto de 1983, publicado no Diário Oficial nº 168, de 31 de agosto de 1983, entrou em vigor no dia 27 de outubro de 1983 e foi promulgado pelo Decreto nº 88.948, de 7 de novembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 215, de 9 de novembro de 1983. O texto deste Acordo foi publicado por esta **Resenha**, em seu número 31, página 62.

Tratado de Delimitação Marítima com a França, assinado em Paris, em 30 de janeiro de 1981, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 56, de 16 de agosto de 1983, publicado no Diário Oficial nº 159, de 18 de agosto de 1983, entrou em vigor no dia 19 de outubro de 1983 e foi promulgado pelo Decreto nº 88.945, de 7 de novembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 215, de 9 de novembro de 1983. O texto deste Acordo foi publicado por esta **Resenha**, em seu número 28, página 139.

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional com o Iraque, assinado em Brasília, em 25 de março de 1982, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 74, de 6 de outubro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 195, de 10 de outubro de 1983, entrou em vigor no dia 26 de outubro

de 1983 e foi promulgado pelo Decreto nº 88.997, de 14 de novembro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 219, de 16 de novembro de 1983. O texto deste Acordo foi publicado por esta *Resenha*, em seu número 32, página 164.

Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica com a Nigéria, assinado em Brasília, em 10 de janeiro de 1979, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 52, de 30 de junho de 1983, publicado no Diário Oficial nº 126, de 4 de julho de 1983, entrou em vigor no dia 2 de agosto de 1983 e foi promulgado pelo Decreto nº 88.928, de 27 de outubro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 210, de 01 de novembro de 1983. O texto deste acordo foi publicado por esta *Resenha*, em seu número 20, página 84.

Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica com a Romênia, assinado em Brasília, em 12 de maio de 1981, foi aprovado pelo Decreto Legislativo nº 53, de 15 de agosto de 1983, publicado no Diário Oficial nº 158, de 17 de agosto de 1983, entrou em vigor no dia 30 de agosto de 1983, e foi promulgado pelo Decreto nº 88.824, de 10 de outubro de 1983, publicado no Diário Oficial nº 196, de 11 de outubro de 1983. O texto deste Acordo foi publicado por esta *Resenha*, em seu número 29, página 141.

acordos do brasil com outros países, assinados no quarto trimestre de 1983, e que ainda não estão em vigor

Protocolo de Intenções com a Malásia, assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 18 de outubro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Vice-Primeiro-Ministro da Malásia, Dato'Musa Hitam.

Protocolo sobre Agricultura com a Nigéria, assinado, em Lagos, em 17 de novembro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo Ministro dos Assuntos Estrangeiros da Nigéria, Alhaji H. Mohammed.

Acordo de Cooperação na área da energia nuclear para fins pacíficos com a Venezuela, assinado, em Caracas, em 30 de novembro de 1983, pelo Embaixador brasileiro naquele País, Afonso Arinos de Mello Franco Filho, e pelo Encarregado do Ministério de Relações Exteriores da Venezuela, J. Oswaldo Paes Pumar.

ato multilateral do brasil com outros países, assinado no quarto trimestre de 1983, e que ainda não está em vigor

Ato constitutivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), assinado, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 26 de outubro de 1983, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, pelos Embaixadores da Argentina, Hugo Caminos, do México, Antonio de Icaza, da Venezuela, Ildemar Pérez-Segnini, e pelo Ministro-Conselheiro da Embaixada da Nicarágua, Neville Francis Cross Cooper.*

registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no ano de 1982

ACORDOS

Acordo constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – 1976
Belize, Costa do Marfim e Tonga ADERIRAM.

Acordo de implementação do artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Valoração Aduaneira) – 1979
Iugoslávia RATIFICOU.

Acordo entre a Argentina, Brasil e Uruguai para a Coordenação de Consignações e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz) – 1980
Brasil RATIFICOU.

Acordo entre a Argentina, Brasil e Uruguai pelo qual se coordena a distribuição de canais para o serviço móvel marítimo na faixa de 2065 a 2107 kHz - 1980.
Brasil RATIFICOU.

Acordo Internacional do Açúcar de 1977
Cingapura DENUNCIU; Uruguai ADERIU.

Acordo Internacional sobre Borracha Natural – 1979
Brasil, Austrália, Bélgica, Finlândia, Itália (com declarações), e Luxemburgo RATIFICARAM; Suíça e Tailândia ADERIRAM; União Soviética (com declarações) e Países Baixos ACEITARAM; Comunidade Econômica Européia (com declarações) APROVOU; e Turquia DENUNCIU.

* Na seção *Notícias*, página 123, uma informação sobre a reunião de consulta e constituição da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA).

Acordo estabelece o Banco Africano de Desenvolvimento, emendado pela Resolução 05-79 — 1979
Dinamarca (com declarações), França e Iugoslávia RATIFICARAM; Canadá (com reservas), República da Coreia, Cote d'Ivoire, Finlândia, Itália (com reservas), Nigéria, Noruega (com declarações e reservas), Suécia (com declarações e reservas) e Suíça (com reservas) ACEITARAM.

Acordo relativo a encomendas, Protocolo Final e Regulamento de Execução (Texto revisto de acordo com as modificações adotadas pelo XI Congresso da UPAE, em Lima)
Brasil RATIFICOU.

CONSTITUIÇÃO DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Constituição da Organização Mundial de Saúde — 1946
Butão ACEITOU.

Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) — 1945
Antígua e Barbuda, Belize e Butão ACEITARAM.

Constituição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) — 1979
Alto Volta, Austrália, Burundi, Cote d'Ivoire, Dominica, Equador, França, Gabão, Gana, Haiti, Iêmen (República Democrática), Jamaica, Jordânia, Malta, Peru, República Centro Africana, Santa Lúcia, Seycheles, Síria, Turquia e Zaire RATIFICARAM.

Constituição da União Postal das Américas e Espanha — 1976
(Texto revisto de acordo com as modificações adotadas pelo XI Congresso da UPAE, em Lima)
Brasil RATIFICOU.

CONVENÇÕES

Convenção da Organização Meteorológica Mundial — 1947
Suazilândia ADERIU.

Revisão de Estocolmo que modifica a Convenção da União de Paris para a proteção da propriedade industrial de 1883 — 1967
Mali ADERIU.

Convenção da União Postal das Américas e Espanha, Protocolo Final e Regulamento de Execução — 1976
(XI Congresso da UPAE, em Lima)
Brasil RATIFICOU.

Revisão de Paris à Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas — 1971
Venezuela ADERIU (com declarações).

Convenção Complementar à Convenção de Varsóvia para unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo

internacional realizado por quem não seja transportador contratual — 1961
Zimbábue ACEITOU.

Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas — 1961
Indonésia ADERIU e Tuvalu ACEITOU.

Convenção constitutiva da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO) — 1948
Nicarágua ADERIU.

Emendas à Convenção Constitutiva da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (IMCO) de 1948 — 1975
Malásia e Nicarágua ACEITARAM.

Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis à mulher — 1948.
Suriname RATIFICOU.

Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos políticos à mulher — 1948
Suriname RATIFICOU.

Convenção Internacional para a regulamentação da pesca da baleia — 1946
República Federal da Alemanha e Mônaco ADERIRAM.

Convenção Internacional para a repressão de moeda falsa e protocolo — 1929
Austrália e Indonésia ADERIRAM.

Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar — 1974
Barbados, Equador, Gabão, Guatemala e Vanuatu ADERIRAM.

Convenção Internacional para o emprego da radiodifusão no interesse da paz — 1936
União Soviética (com declarações e reservas) RATIFICOU; Países Baixos DENUNCIOU.

Convenção Internacional que modificou a Convenção do Metro, firmada em Paris, a 20 de maio de 1875, e seu regulamento anexo — 1921
República Popular e Democrática da Coreia ADERIU.

Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial — 1966
Namíbia, Papua Nova Guiné (com reservas), Portugal e Sri Lanka ADERIRAM; Ilhas Salomão ACEITOU.

Convenção Internacional sobre linhas de carga — 1966
Gabão, Jamaica e Vanuatu ADERIRAM; Barbados ACEITOU.

Convenção Internacional sobre medida de arqueamento de navios — 1969
África do Sul, Austrália, Barbados, Chile (com reservas), Cuba (com declarações) e Peru ADERIRAM; Bermuda, Dinamarca (com declarações) e Estados Unidos da América ACEITARAM.

Convenção Internacional sobre responsabilidade civil em

danos causados por poluição por óleo — 1969
Gabão ADERIU; Guatemala (com declarações) ACEITOU.

Convenção para a facilitação do tráfego marítimo internacional — 1965
Barbados e Peru ADERIRAM.

Convenção para a melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha — 1949
Vanuatu ADERIU.

Convenção para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar — 1949
Vanuatu ADERIU.

Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio — 1948
Chipre e Papua Nova Guiné ADERIRAM.

Convenção para a repressão ao apoderamento ilícito de aeronaves — 1970
Índia RATIFICOU; Libéria ADERIU.

Convenção para a repressão de atos ilícitos contra a segurança da aviação civil — 1971
Índia e Luxemburgo RATIFICARAM; Libéria e Uganda ADERIRAM; Ilhas Salomão ACEITOU.

Convenção para a repressão do tráfico de pessoas e do lenocínio e Protocolo Final — 1950
Camarões ADERIU.

Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional e Protocolo Adicional — 1929
República Árabe do Iêmen e República Socialista do Vietnã ADERIRAM.

Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) — 1961
Arábia Saudita ADERIU.

Convenção relativa à proteção dos civis em tempo de guerra — 1949
Vanuatu ADERIU.

Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados — 1951
República Popular da China (com reservas) e Bolívia ADERIRAM.

Convenção relativa ao tratamento de prisioneiros de guerra — 1949
Vanuatu ADERIU.

Convenção sobre a preservação da poluição marinha por alijamento de resíduos e outras matérias — 1972
Irlanda RATIFICOU; Brasil, Gabão e Nauru ADERIRAM; Kiribati ACEITOU.

Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produ-

ção e estocagem de armas bacteriológicas e à base de toxinas e sua destruição — 1972
Japão RATIFICOU.

Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural — 1972
Benin, Camarões, Malawi, Peru, Santa Sé (com declarações) e Zimbábue RATIFICARAM.

Convenção sobre asilo territorial — 1954
México (com reservas) RATIFICOU.

Convenção sobre comércio internacional das espécies da flora e fauna selvagens em perigo de extinção — 1973
Bélgica e Luxemburgo RATIFICARAM; Gâmbia ADERIU.

Convenção sobre o Fundo Monetário Internacional — 1945
Antígua e Barbuda e Belize ACEITARAM.

Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) — 1979
República Dominicana RATIFICOU.

Convenção sobre proteção de produtores de fonogramas contra a reprodução não-autorizada de seus fonogramas — 1971
Costa Rica ADERIU.

Convenção sobre o Regulamento Internacional para evitar abalroamentos no mar — 1972
Gabão e Vanuatu ADERIRAM.

Convenção sobre os direitos políticos da mulher — 1953
Papua Nova Guiné ADERIU.

Convenção sobre relações consulares — 1963
Indonésia ADERIU; Kiribati e Tuvalu ACEITARAM.

Convenção sobre responsabilidade internacional por danos causados por objetos espaciais — 1972
Cuba e Gabão ADERIRAM.

Convenção sobre substâncias psicotrópicas — 1971
Austrália (com declarações) RATIFICOU

Convenção sobre trânsito viário — 1968
marrocos (com reservas) ADERIU.

Convenção única sobre entorpecentes — 1961
Ilhas Salomão ACEITOU.

Convênio Internacional do café, de 1976, prorrogado pela Resolução número 318 do Conselho Internacional do Café até 30/09/1983
Brasil, Angola, Áustria, Bolívia, Burundi, Canadá, Comunidade Econômica Européia, Chipre, Colômbia, Costa do Marfim, Benin, El Salvador, Equador, Espanha, Estados Unidos da América, Filipinas, França, Gabão, Guatemala, Guiné, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Itália, Iugoslá-

via, Japão, Libéria, Madagascar, Malawi, México, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Panamá, Papua Nova Guiné, Paraguai, Peru, Portugal, Quênia, República Dominicana, Ruanda, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Tanzânia, Trinidad e Tobago, Uganda, Zaire e Zimbábue ACEITARAM.

Novo convênio sobre transporte internacional terrestre e anexos I, II e III – 1977
Brasil (com reservas) RATIFICOU.

PROTOS

Protocolo adicional à constituição da União Postal das Américas e Espanha – 1976
(Texto revisto de acordo com as modificações adotadas pelo XI Congresso da UPAE, em Lima)
Brasil RATIFICOU.

Protocolo de emenda à Convenção de Genebra sobre escavatura, de 25 de setembro de 1926 – 1953
Papua Nova Guiné ADERIU.

Protocolo de emenda à Convenção Internacional para a regulamentação da pesca da baleia de 1946 – 1956
República Federal da Alemanha e Mônaco ADERIRAM.

Protocolo de emenda à convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e salvamento marítimos de 1910 – 1967
Brasil RATIFICOU.

Protocolo de emenda à convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional – 1955
República Árabe do Iêmen e República Socialista do Vietnã ADERIRAM.

Protocolo facultativo à Convenção Internacional para a

repressão de moeda falsa – 1929
Austrália e Indonésia ADERIRAM.

Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados – 1967
República Popular da China (com reservas) e Bolívia ADERIRAM.

REGULAMENTOS

Regulamento da Secretaria Internacional da União Postal das Américas e Espanha – 1976
(Texto revisto de acordo com as modificações adotadas pelo XI Congresso da UPAE, em Lima)
Brasil RATIFICOU.

Regulamento do Departamento de Transbordos da União Postal das Américas e Espanha – 1976
(Texto revisto de acordo com as modificações adotadas pelo XI Congresso da UPAE, em Lima)
Brasil RATIFICOU.

Regulamento Geral da União Postal das Américas e Espanha e Regimento Interno Permanente dos Congressos – 1976
(Texto revisto de acordo com as modificações adotadas pelo XI Congresso da UPAE, em Lima)
Brasil RATIFICOU.

TRATADOS

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) – 1947
Bahamas RATIFICOU.

Tratado sobre princípios reguladores das atividades dos Estados na exploração e uso do espaço cósmico, inclusive a lua e demais corpos celestes – 1967
Índia RATIFICOU.

governo brasileiro deplora uso de força armada em granada

**Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado
em Brasília, em 26 de outubro de 1983:**

O Brasil acompanha com grave preocupação os acontecimentos em Granada. Recentes eventos internos naquele país desencadearam um processo de violência que mereceu a condenação de diversos segmentos da comunidade internacional e levou à exacerbação do sentimento de insegurança entre países amigos membros da OECO (Organização dos Estados das Caraíbas Orientais). Na sequência de uma série de medidas de caráter político e econômico, alguns desses Estados (Antígua e Barbuda, Barbados, São Vicente e Granadinas, Dominica, Santa Lúcia), optaram por uma ação militar, com o apoio dos Estados Unidos da América e da Jamaica.

Ainda que compreendendo que a deterioração da situação interna em Granada se encaminhava para limites extremos, capazes de provocar legítima inquietação entre os países vizinhos, o Governo brasileiro não pode deixar de deplorar o recurso à força armada, em violação do princípio de não-intervenção, consagrado na Carta das Nações Unidas e na Carta da OEA, especificamente em seu artigo 18.

O Governo brasileiro reitera sua fidelidade ao princípio do não-uso da força nas relações internacionais e reafirma sua convicção na plena validade do princípio de não-intervenção, princípios que todos os signatários da Carta da OEA e da Carta da ONU estão obrigados a respeitar.

Neste momento extremamente sério para a vida das nações latino-americanas, o Brasil alerta para os riscos de agravamento da situação no hemisfério e apela veementemente por um esforço político honesto e efetivo em

favor do desanuviamento de tensões e da solução pacífica dos problemas existentes.

itamaraty anuncia visita do presidente do uruguai, gregório alvarez

**Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado
em Brasília, em 5 de dezembro de 1983:**

A convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Gregório Alvarez, Presidente da República Oriental do Uruguai, visitará oficialmente o Brasil nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1984.

rei da suécia virá ao brasil

**Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado
em Brasília, em 21 de dezembro de 1983:**

A convite de Sua Excelência o Senhor João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente da República Federativa do Brasil, Suas Majestades o Rei Carlos XVI Gustavo e a Rainha Sílvia, da Suécia, visitarão oficialmente o Brasil de 2 a 4 de abril de 1984.

chanceler saraiva guerreiro visitará o suriname em 1984

**Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado
em Brasília, em 23 de dezembro de 1983:**

A convite do Governo da República do Suriname o Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro de Estado das Relações Exteriores, visitará oficialmente Paramaribo, nos dias 26 e 27 de janeiro próximo.

presidente figueiredo envia mensagem ao presidente da coréia

**Mensagem do Presidente João Figueiredo ao
Presidente da República da Coréia, Chun Doo Hwan,
enviada em 10 de outubro de 1983:**

A Sua Excelência o Senhor
Chun Doo Hwan,
Presidente da República da
Coréia — Seul

Profundamente chocado pelos trágicos acontecimentos de Rangum, transmito a Vossa Excelência em nome do Povo brasileiro e em meu próprio nome a expressão do meu pesar, e peço a Vossa Excelência que faça chegar às famílias enlutadas minhas sinceras condolências.

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

governo brasileiro manda mensagem de pesar pelo atentado às forças de paz no líbano

**Textos dos telegramas do Presidente João Figueiredo
aos Presidentes dos Estados Unidos da América
e da França; e do Chanceler Saraiva Guerreiro
ao Secretário de Estado norte-americano e
ao Ministro das Relações Exteriores da França,
enviados em 27 de outubro de 1983, a propósito
do atentado às Forças de Paz no Líbano:**

TELEGRAMA DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO

É com profundo pesar que expresso a Vossa Excelência a consternação da nação brasileira ante o bárbaro atentado perpetrado contra as forças de paz de seu país em território libanês. O Governo e o povo de meu país repudiam este ato que viola os mais elementares princípios da convivência humana e internacional.

Receba, Senhor Presidente, minhas mais sinceras condolências.

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

TELEGRAMA DO CHANCELER SARAIVA GUERREIRO

Profundamente chocado com a notícia do atentado que vitimou integrantes da força de paz de seu país em território libanês, manifesto a Vossa Excelência as minhas mais sinceras condolências.

Ramiro Saraiva Guerreiro
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

a mensagem do presidente figueiredo ao presidente eleito da argentina, raul alfonsín

**O Presidente João Figueiredo enviou, em 19 de
novembro de 1983, a seguinte mensagem ao
Presidente eleito da Argentina, Raul Alfonsín:**

Ao tomar conhecimento da expressiva vitória já assegurada por Vossa Excelência nas eleições gerais de ontem, peço aceitar as mais cordiais e sinceras felicitações que lhe formulo, em nome do Governo e do povo brasileiro e no meu próprio.

Estou seguro de que, no período a ser proximamente inaugurado na vida institucional da República Argentina, serão ainda mais fortalecidos os laços de amizade fraterna entre os povos argentino e brasileiro e intensificada a cooperação entre nossos países em benefício de ambos e da América Latina.

Com os melhores votos por sua ventura pessoal, cumprimento-o, cordialmente,

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

argentina desenvolve tecnologia de enriquecimento de urânio por difusão gasosa

**Carta do Presidente da Argentina,
Reynaldo Bignone, ao Presidente João Figueiredo,
em 18 de novembro de 1983, comunicando que
seu país adquiriu capacidade Tecnológica para
enriquecimento de urânio pelo método de**

**difusão gasosa; e a resposta do
Presidente brasileiro:**

CARTA DO PRESIDENTE ARGENTINO

A Su Excelência
El Señor Presidente de la República Federativa del Brasil,
General D. João Baptista de Oliveira Figueiredo,

Señor Presidente:

Tengo el honor de dirigirme a Vuestra Excelencia en relación con la culminación de un desarrollo tecnológico de relevante importancia, logrado por mi país sin ninguna ayuda externa, cuyo anuncio a la opinión pública nacional e internacional se efectuara en Buenos Aires en el curso de una conferencia de prensa convocada en el día de la fecha por el Señor Presidente de la Comisión Nacional de Energía Atómica, Vicealmirante (R.E.) D. Carlos Castro Madero, a tenor del texto del comunicado cuya copia se agrega.

Los términos explícitos de dicho comunicado tornarían redundante abundar en la presente acerca de las razones que llevaron a mi país a encarar tal proyecto, así como de las características y propósitos del mismo. Cabe simplemente reiterar, una vez más, la plena y firme adhesión de la República Argentina a la política de no-proliferación de las armas nucleares, tanto en su vertiente horizontal cuanto en la vertical, así como su completa identificación con el espíritu y la letra del "Tratado para la Proscripción de las Armas Nucleares en la América Latina", las que garantizan la exclusiva utilización con fines pacíficos de la tecnología desarrollada.

Creo, sinceramente, que el logro que hemos alcanzado tiene importantes proyecciones de orden regional pues constituye un significativo paso hacia la autosuficiencia de la América Latina en un área de tal transcendencia en el campo de los usos pacíficos de la energía nuclear cual es la del enriquecimiento del uranio, con la consiguiente implicancia favorable en el largo y difícil pero tan deseado proceso de integración regional. Hago propicia la oportunidad para saludar a Vuestra Excelencia con las seguridades de mi consideración más distinguida.

Reynaldo Benito Bignone
Presidente de la República Argentina

RESPOSTA DO PRESIDENTE BRASILEIRO

A Sua Excelência o Senhor
General-de-Divisão Reynaldo Benito Bignone

Presidente da República Argentina

Senhor Presidente,

Recebi hoje em Dacar a mensagem desta mesma data a mim enviada por Vossa Excelência. Muito agradeço pela gentileza da informação e apresso-me a responder-lhe para manifestar minha viva satisfação pelo êxito logrado por essa República irmã no domínio de importante etapa do ciclo do combustível nuclear.

Sei da intenção exclusivamente pacífica desse esforço argentino, que é a mesma que inspira o Brasil. Nossos países já têm desenvolvido excelente cooperação em matéria nuclear, e estou certo de que assim continuarão a trabalhar em mútuo benefício e em proveito do desenvolvimento econômico e social de toda a comunidade latino-americana.

Ao apresentar a Vossa Excelência meus sinceros votos por sua felicidade pessoal, aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta consideração com que me subscrevo,

de Vossa Excelência

João Figueiredo
Presidente da República Federativa do Brasil

a mensagem do presidente figueiredo ao papa João paulo II, pelo XVII dia mundial da paz

**Mensagem do Presidente João Figueiredo
ao Papa João Paulo II, enviada em 28 de dezembro
de 1983, por ocasião da celebração do
Dia Mundial da Paz:**

O Governo e povo brasileiros associam-se com especial satisfação à celebração do XVII Dia Mundial da Paz, que terá como objeto de reflexão o tema 'De um coração novo nasce a paz'. Através de suas mensagens e peregrinações, Vossa Santidade tem sabido mostrar a importância da renovação do espírito do homem para que, apesar das vicissitudes, se atinjam os valores da Justiça, da Verdade e da Paz.

visita do vice-primeiro-ministro da malásia intensificará o comércio com o brasil

O Senhor Dato Musa Hitam, Vice-Primeiro-Ministro da Malásia, visitou oficialmente o Brasil no período de 17 a 21 de outubro de 1983, acompanhado de autoridades governamentais e empresários malásios, com o objetivo de intensificar as relações comerciais entre os dois países. Com esse propósito, vem-se desenvolvendo contatos entre empresas brasileiras e suas congêneres malásias com ênfase nas seguintes áreas: minério de ferro, açúcar, produtos siderúrgicos, papel, carne, equipamentos agrícolas, petróleo e borracha natural.

Durante sua estada no Brasil o Vice-Primeiro-Ministro da Malásia manteve contatos oficiais em Brasília e reuniões de trabalho em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Malásia registrou sensível aumento no período de 1978 a 1982. As exportações brasileiras elevaram-se continuamente nesse período (passaram de US\$ 7,2 milhões em 1978 a US\$ 19,1 milhões em 1982; no período de janeiro a maio de 1983 atingiram US\$ 5,87 milhões), enquanto que as importações de produtos malásios se elevaram de 1978 (passando de US\$ 3,6 milhões a US\$ 6,6 milhões) mas declinaram de 1980 em diante (passaram a US\$ 4,5 milhões em 1982 a US\$ 1,68 milhões no período de janeiro a maio do corrente ano).

arábia saudita doa US\$ 100 mil às vítimas das inundações no sul do país

O Senhor Ministro de Estado remeteu, a 24 de outubro, ao Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, para encaminhamento à Legião Brasileira de Assistência, cheque no valor de US\$ 100.000,00 (cem mil dólares norte-americanos) correspondente à doação feita pelo Reino da Arábia Saudita às vítimas das recentes inundações no sul do Brasil.

a reunião de consulta e constituição da rede de informação tecnológica latino-americana

Em agosto de 1979, por proposta interministerial (Itamaraty, Indústria e Comércio e SEPLAN) aprovada pelo Se-

nhor Presidente da República, o Brasil decidiu participar do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-americana — RITLA, órgão do Sistema Econômico Latino-americano — SELA, e ofereceu a cidade do Rio de Janeiro para sediá-lo. São membros do Comitê: Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, México, Nicarágua, Peru e Venezuela.

O Comitê de Ação teve como primeiro Secretário Executivo o Doutor Antonio L. Figueira Barbosa, do INPI, substituído, em maio de 1982, pelo Embaixador Oscar S. Lorenzo Fernandez. Celebrou 5 Reuniões Ordinárias e 2 Extraordinárias. Em sua 5ª e última reunião, decidiu declarar terminados os trabalhos operativos do Comitê, mantendo unicamente os relacionados com a formalização do estabelecimento da RITLA como órgão latino-americano destinado a ser o ponto de convergência e de difusão de informação tecnológica regional que contribua para o aumento da capacidade tecnológica dos Estados-Membros.

Para esse fim, a RITLA deverá constituir-se no vínculo entre a oferta e a procura de tecnologia, permitindo uma crescente participação das capacidades dos Estados-Membros no mercado regional de tecnologia através da geração e difusão de informação sobre necessidades tecnológicas dos setores governamental e privado.

Em 11 e 12 de agosto de 1983, em reunião celebrada no Rio de Janeiro, um grupo internacional de peritos preparou um anteprojeto de Ato Constitutivo da RITLA, a ser discutido e aprovado na Reunião de Consulta e Constituição. No encerramento da reunião, no dia 25 de outubro de 1983, foi realizada a solenidade de assinatura do Ato Constitutivo por parte dos representantes plenipotenciários dos Governos que assim o desejarem. O Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores assinou pelo Brasil.

A RITLA funcionará de forma descentralizada e será constituída por um Conselho Diretor, um Núcleo Central, com sede no Rio de Janeiro, Centros Nacionais de Coordenação e Órgãos Executores (instituições de cada Estado-Membro que participem das atividades da RITLA como usuários ou fontes de informação e cooperação técnica no campo da informação).

O Ato Constitutivo estará aberto à assinatura de qualquer Estado-Membro do SELA, no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e terá duração indefinida.

Realizada em Brasília a VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia

Foi encerrada, no dia 26 de outubro de 1983, a VII Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, com a assinatura da Ata final pelos Chefes das duas Delegações: pelo lado

brasileiro, o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador João Clemente Baena Soares; e pelo lado romeno, o Ministro da Indústria da Construção de Máquinas, Ioan Avram.

Durante os trabalhos da referida Comissão, a Parte romena propôs como meta para o comércio bilateral em 1985 o quantitativo de US\$ 300 milhões e reiterou seu interesse em importar do Brasil, além de minério de ferro, ferro-liga, manganês, corantes, couros, soja, café e produtos manufaturados.

Sobre o déficit da Romênia no comércio bilateral, a Delegação brasileira ressaltou que o mesmo decorre da rigidez da estrutura da pauta comercial e sugeriu que o desequilíbrio seja enfrentado mediante a diversificação das importações romenas ao Brasil, inclusive junto aos setores secundário e terciário nacionais, o que geraria uma maior contrapartida brasileira no mercado daquele país.

Mereceu a atenção das Delegações a cooperação no setor de projetos, tendo sido aprofundados os contatos com vistas à participação da CVRD nas obras do projeto de Constanza-Sud, que ampliará as instalações portuárias do cais de Constanza e ligará as águas do Mar Negro ao Danúbio. Na ocasião, foi também entregue à Delegação brasileira uma relação de projetos na Romênia que poderão contar com a participação de empresas brasileiras.

Foram igualmente adiantados os entendimentos com vistas à participação romena nas obras do projeto Guarba, referente à mineração carbonífera no Sul do Brasil, juntamente com a CVRD e a COPELMI.

A próxima Reunião da Comissão Mista Brasil—Romênia deverá se realizar em Bucareste, em 1984, e deverá marcar também o primeiro encontro da Subcomissão de Cooperação Científica e Tecnológica, instituída pelo Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois países, em vigor desde agosto último.

a quarta reunião da comissão mista brasil-cabo verde

Durante a visita oficial do Chanceler Silvino da Luz a Brasília, nos dias 26 e 27 de outubro de 1983, realizou-se também a IV Reunião da Comissão Mista Brasil—Cabo Verde, criada pelo Tratado de Amizade e Cooperação vigente. No âmbito da Cooperação Mista analisaram-se, sobretudo, questões comerciais e de cooperação técnica.

Na parte comercial, avaliaram-se os resultados obtidos na área do refino de petróleo, envolvendo a PETROBRÁS e a empresa caboverdiana ENACOL. A PETROBRÁS tem refinado no Brasil o petróleo angolano adquirido por Cabo Verde e, conseqüentemente, fornecido os derivados. As operações desse tipo no presente ano montarão cerca de

8 milhões de dólares, que Cabo Verde paga ao Brasil à vista, sem necessidade de financiamento.

Em São Paulo, o Ministro Silvino da Luz visitou a EMBRAER e demonstrou grande interesse pelo avião Bandeirante. O fato foi anotado na Comissão Mista. Há ainda a possibilidade de uma empresa brasileira construir um hotel na cidade de Mindelo, de acordo com o plano caboverdiano de incentivo ao turismo em seu território.

Na área da cooperação técnica, os principais projetos examinados dizem respeito à montagem pelo Brasil, em Praia, capital de Cabo Verde, de um curso sobre administração pública e à formulação de um modelo organizacional para o Poder Executivo. Ambos os projetos decorrem de solicitações caboverdianas.

Ficou acertado também que as duas partes procurarão buscar apoio financeiro e técnico em entidades internacionais, especialmente do sistema da ONU, para execução de projetos de cooperação bilateral.

Registrou-se, ainda, o apreço caboverdiano pela contribuição do SENAI, SENAC, IBAM e FUNDAPE, entre outras entidades brasileiras, para a formação de seus quadros.

a XII reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação científica e tecnológica

Realizou-se no Palácio Itamaraty, em Brasília, nos dias 8 e 9 de novembro de 1983, a XII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, no âmbito do acordo assinado em 1969 entre o Brasil e a República da Alemanha.

2. A Delegação brasileira, sob a chefia do Embaixador João Clemente Baena Soares, Secretário-Geral das Relações Exteriores, foi integrada também pelo Diretor de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, Vice-Almirante Valbert Lisieux Medeiros de Figueiredo, pelo Vice-Diretor do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), Major Brigadeiro-do-Ar, Hugo de Oliveira Paiva, pelo Presidente do CNPq, Prof. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, e pelo Presidente da CNEN, Dr. Rex Nazareth Alves, além de representantes dos diversos órgãos, entidades e empresas envolvidas em trabalhos de cooperação científica e tecnológica com a RFA, tais como a STI/MIC, Nuclebrás, Secretaria Especial de Informática, CAPES, CNEN e EMBRAPA.

A Delegação da RFA foi chefiada pelo Senhor Hans Hilger Haunschield, Secretário de Estado do Ministério da Pesquisa e Tecnologia e integrada por dez representantes de instituições de pesquisa daquele país.

As negociações giraram em torno dos seguintes tópicos:

a) Pesquisa em ciência e tecnologia

— Dentro desse tópico, foram definidos projetos de interesse do CNPq, da STI/MIC e CAEEB nas seguintes áreas: física, química, biociências, biofísica, geologia, fontes alternativas de energia, engenharia, tecnologia, agricultura, tecnologia do nióbio, biotecnologia, química fina e produtos farmacêuticos, beneficiamento e utilização do carvão. Foi acordada a realização de 11 a 17 de março de 1984, de um seminário técnico-científico destinado a definir futuros projetos de pesquisa, especialmente nas áreas dos metais refratários e cerâmicas.

b) Pesquisa aeronáutica e espacial

— Os debates sobre este tópico, para o qual foram definidos novos projetos de cooperação, concentraram-se em: estruturas e materiais espaciais, aerodinâmica, tecnologia de foguetes, estudo sobre trajetória de satélites, sensoriamento remoto, controle e aerodinâmica de satélites, telemetria, astrofísica de balões, controle térmico de satélites. Ficou acertado ainda que a administração do projeto de energização da ilha Fernando de Noronha (Energia Eólica) seria transferido do CTA para a Companhia Hidroelétrica do São Francisco.

c) Pesquisa Nuclear

— A Comissão Mista tomou nota dos projetos conjuntos realizados entre os pesquisadores dos dois países nas seguintes áreas: utilização do Tório, Tecnologia de Materiais e tratamento dos resíduos radioativos. A Comissão tomou nota, ainda, dos resultados do PRONUCLEAR relativo aos programas de treinamento de pessoal, tendo sido assinalado que, durante o ano de 1982, 31 peritos alemães visitaram o Brasil e 56 peritos brasileiros concluíram suas missões na Alemanha. Em 1983, 16 peritos alemães vieram ao Brasil, ao passo que 31 peritos brasileiros concluíram suas missões naquele país. A ênfase do PRONUCLEAR foi colocada no estudo dos seguintes aspectos: tecnologia de usinas nucleares, monitoramento ambiental, proteção e segurança radiológicas.

d) Cooperação nos campos da Informática e da Matemática

— A Comissão registrou o andamento dos projetos de pesquisa bilateral nos setores da Matemática pura e aplicada, já tradicionais entre os dois países, e examinou propostas de uma colaboração teuto-brasileira em matéria de computação, especialmente nos campos da automação (CAD, CAM e Robótica). Nesse particular foram definidos projetos de cooperação entre o recém-criado Centro Tecnológico de Informática da SEI e os Institutos Fraunhofer da Alemanha, nas áreas da microeletrônica e da instrumentação.

e) Cooperação nos campos das ciências marinhas e da Oceanografia

— Nesse setor foram propostos os seguintes novos projetos: estudos sobre a Bafa da Guanabara, estudos sobre

estuários na costa sul do Brasil, cultivo de peixe e de plancton, poluição das águas.

f) Cooperação na área da agricultura

— A Comissão registrou o interesse da EMBRAPA e da Universidade Técnica de Munique em firmar um Convênio, com os objetivos de otimização do uso da energia e preservação dos alimentos.

A Comissão tomou igualmente nota da celebração de um Protocolo entre o Ministério das Minas e Energia e o Ministério da Pesquisa e da Tecnologia da RFA, dia 8 de novembro, destinado a promover o intercâmbio entre os dois países nos campos das tecnologias do carvão e das fontes renováveis de energia.

A Comissão decidiu por fim que realizaria sua próxima reunião na República Federal da Alemanha, em outubro de 1984.

Brasil reeleito para o conselho da organização das nações unidas para a alimentação e agricultura

No dia 21 de novembro de 1983, em Roma, a Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) reelegeram o Brasil para o Conselho da Organização.

Com 113 votos o Brasil foi o país latino-americano mais votado. Seguiram-se ao Brasil, em número de votos, o México e a Colômbia, igualmente eleitos.

A reeleição do Brasil permitirá que seja dada continuidade à nossa já estreita cooperação com uma das mais importantes agências especializadas das Nações Unidas, que se ocupa de campos a que o Governo brasileiro atribui a mais alta prioridade.

diretor geral da agência internacional de energia atômica visita o Brasil

A convite do Governo brasileiro, visitou o Brasil, no período de 25 de novembro a 1º de dezembro de 1983 o Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Dr. Hans Blix. Durante sua estada no país, o Dr. Blix, que visitou pela primeira vez o Brasil, teve a oportunidade de conhecer o Programa Nuclear Brasileiro, em seus aspectos técnicos e industriais.

A programação do Diretor Geral da AIEA compreendeu visitas às principais instalações nucleares brasileiras (Com-

plexo Mínero-Industrial de Poços de Caldas; Fábrica de Elementos Combustíveis, em Resende; Central Nuclear de Angra dos Reis), bem como entrevistas com as principais autoridades do setor energético-nuclear brasileiro. No dia 29 de novembro o Dr. Blix visitou Brasília, ocasião em que foi recebido pelo Presidente da República, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Ministro de Estado, interino, das Minas e Energia.

O Diretor Geral da AIEA é cidadão sueco, advogado, e antes de ocupar seu atual cargo naquela Agência exerceu proeminentes funções em seu país. Foi Ministro das Relações Exteriores no período 1978—79 e participou por vários anos da delegação sueca à Assembléia Geral das Nações Unidas. Assumiu o cargo de Diretor Geral da AIEA, em 1981, com um mandato de quatro anos.

vice-ministro do comércio-exterior da rda mantém conversações com autoridades econômicas brasileiras

Durante sua visita ao Rio e a Brasília, de 4 a 7 de dezembro de 1983, o Vice-Ministro do Comércio Exterior da RDA, Wilhelm Bastian, realizou negociações com vistas a estabelecer bases para o comércio entre a República Democrática Alemã e a República Federativa do Brasil em 1984, no interesse de promover o desenvolvimento do intercâmbio bilateral.

O Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Democrática Alemã manteve conversações com o Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, Carlos Viacava, e foi recebido pelo Secretário Geral da Fazenda, Mailson Nóbrega, pelo Secretário Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, José Flávio Pécora, pelo Secretário Geral do Ministério da Agricultura, Ubirajara Timm, pelo Secretário Geral do Ministério dos Transportes, José Carlos Dias de Freitas, pelo Secretário-Geral do Ministério da Educação, Sérgio Mário Pasquali e pelo Presidente da Comissão de Comércio com a Europa Oriental (COLESTE), Embaixador Ivan Velloso da Silveira Batalha.

Como resultado dos entendimentos mantidos, as Partes concordaram em que, apesar das dificuldades econômicas e comerciais internacionais, há interesse dos dois países em manter, em 1984, o nível já alcançado no relacionamento bilateral e, se possível, tentar elevá-lo. Analisando as possibilidades existentes e tendo em vista as condições específicas dos dois países, as Partes julgam possível o desenvolvimento da troca de mercadorias num montante de US\$ 450 milhões.

As conversações versaram sobre os seguintes temas: forne-

cimentos de produtos da RDA (equipamentos para instituições públicas brasileiras, guindastes, fertilizantes, filmes, malte, insumos químicos e farmacêuticos) e do Brasil (produtos primários e têxteis), projetos de cooperação industrial, realização de operações triangulares e concessão recíproca de linha de crédito.

a reunião do grupo dos 77 sobre projetos de desenvolvimento e concorrências públicas internacionais

O Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, presidiu, no dia 5 de dezembro de 1983, a cerimônia de abertura da reunião do Grupo dos 77, cujo tema foi sobre projetos de desenvolvimento e concorrências públicas internacionais. Participaram da reunião representantes de 31 países da Ásia, África, Europa, Oriente Médio e Américas do Sul e Central, além de dirigentes do Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Kwait Fund for Arab Economic Development.

A solenidade de abertura foi realizada no auditório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — (BNDES). A reunião prosseguiu até o dia 9 de dezembro no centro de convenções do Hotel Glória. Durante o encontro foram debatidos, entre outros assuntos, o comércio internacional de bens e serviços para projetos de desenvolvimento e participação de empresas de países em desenvolvimento em projetos no Terceiro Mundo. A idéia é esclarecer aos países em desenvolvimento da necessidade de adequarem editais de concorrências para que todos possam participar.

O Grupo dos 77 tem-se preocupado com a intensificação de estudos para o aperfeiçoamento da cooperação econômica entre os países em desenvolvimento.

Em 1981, em reunião realizada em Caracas, foram estabelecidas as bases dessa cooperação, nas atividades de comércio, tecnologia, alimentação e agricultura, energia, matérias-primas, finanças, industrialização e assuntos técnicos. A reunião, que começou em 5 de dezembro foi o início da implementação dessa cooperação, na área da prestação de serviços.

a sexta reunião da comissão mista brasil-bulgária

Realizou-se em Brasília, de 5 a 7 de dezembro corrente a VI Reunião da Comissão Mista Brasil—Bulgária. A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Ivan Velloso da Silveira Batalha, Chefe do Departamento da Europa e Presidente da Comissão de Comércio com a Europa Orien-

tal (COLESTE) e a búlgara pelo Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior, Atanas Guinev.

Durante a reunião foi analisada a situação do intercâmbio comercial bilateral e suas perspectivas, assim como foram estudadas medidas visando à ampliação e diversificação das relações econômicas e comerciais.

Os principais assuntos discutidos durante o encontro foram os seguintes: possibilidade de realização de operações vinculadas de importação e exportação; cooperação no setor farmacêutico, especialmente no que se refere à transferência de tecnologia búlgara para a fabricação de antibióticos no Brasil; cooperação entre empresas de ambos os países na área para elevação e transporte de cargas industriais, assim como no setor de informática; cooperação de empresas brasileiras e búlgaras em terceiros mercados, assim como no âmbito do transporte intermodal, a partir de portos brasileiros até o Oriente Médio, através de portos búlgaros. Com o objetivo de facilitar o intercâmbio comercial, foi examinada a possibilidade de aumento do crédito técnico entre os dois países.

Durante a reunião, foi assinado acordo de colaboração entre a Federação das Câmaras de Comércio do Rio de Janeiro e a Câmara búlgara de Comércio e Indústria.

a segunda reunião da comissão mista brasil-angola

Realizada em Luanda, de 14 a 16 de dezembro a II Reunião da Comissão Mista Brasil—Angola. A delegação brasileira foi chefiada pelo Ministro das Minas e Energia, César Cals, tendo sido examinado na ocasião, dos seguintes pontos:

- a) implementação de projeto de reabilitação, modernização e expansão de indústria de alimentação em Angola;
- b) implementação de um convênio de formação de quadros entre o SENAI e entidade congênere angolana (DNRH);
- c) implementação da cooperação no setor de petróleo (exploração, beneficiamento e formação de quadros);
- d) cooperação no setor de eletricidade e de recursos minerais;
- e) cooperação no campo das telecomunicações (ressaltando-se a reabilitação e a expansão da Rede telefônica de Luanda).

despedidas de embaixadores estrangeiros

O Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, Franz Joachim Schoeller, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um

almoço no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 31 de outubro de 1983. Durante a solenidade, o Chanceler Saraiva Guerreiro entregou ao Embaixador alemão as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Embaixador da Indonésia no Brasil, T. Umar Ali, deixou suas funções em Brasília e foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 10 de novembro de 1983. Durante a solenidade, o Chanceler Saraiva Guerreiro entregou ao Embaixador indonésio as insígnias da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.

O Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, George William Harding, deixou suas funções no Brasil e foi homenageado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, com um almoço no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 20 de dezembro de 1983.

visitas ao brasil

OUTUBRO

Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Carlos Augusto Saldívar; Ministro da Juventude e dos Esportes do Gabão, Jean Baptiste Mgom Obiang; Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, José Ortiz Mercado; Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Silvino Manual da Luz; Vice-Primeiro-Ministro da Malásia, Dato Musa Hitam; Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Mostafa Tolba; Secretário Geral da Secretaria de Estado de Comércio do Ministério da Economia, Fazenda e Comércio da Espanha, Guillermo de la Dehesa Romero.

NOVEMBRO

Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação do Gabão, Martin Bongo; Ministro de Estado das Relações Exteriores do Canadá, Jean-Luc Pépin; Representante pessoal do Presidente do Equador, Eduardo Santos; Secretário Executivo da CEPAL, Enrique V. Igleaias; Secretário Permanente do SELA, Sebastian Allegret; Diretor do Escritório de Assuntos Oceânicos e Polares do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, Richard Tucker Scully; Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos, James Charles Ingram; Diretor Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Hans Blix; Secretário de Estado do Ministério Federal de Pesquisa e Tecnologia da República Federal da Alemanha, Hans-Hilger Haunschild; Chefe da delegação colombiana à II Reunião da Comissão Mista de Inspeção dos Marcos Brasil—Colômbia, Embaixador Alberto Martinez Barbosa; Presidente da "State Organization for Roads and Bridges" do Iraque e chefe da delegação iraquiana à II Reunião do Comitê Conjunto Ad-Hoc, Abdul Al-Mufti; Ministro da Indústria de Construção de Máquinas da Romênia e Chefe

da delegação romena à VII Reunião da Comissão Mista Brasil—Romênia, Ioan Avrom.

DEZEMBRO

Presidente da **Guatemala**, Oscar Humberto Mejía Victores;
Presidente do **Peru**, Fernando Belaúnde Terry (Foz do

Iguaçu); Vice-Presidente do Conselho de Estado da **Polônia**, Tadeusz Witold Mlynczak; Vice-Ministro das **Relações Exteriores da Grécia**, Corolos Papoulias; Primeiro Vice-Ministro do Comércio Exterior da **Bulgária** e chefe da delegação búlgara à VI Reunião da Comissão Mista Brasil—Bulgária, Atanas Guinev.

presidente joão figueiredo visita cinco países africanos discurso do presidente joão figueiredo, em lagos, por ocasião de reunião com o presidente da nigéria, alhaji shehu shagari	3
figueiredo em lagos: novo marco no processo de aproximação entre o brasil e a nigéria discurso do presidente figueiredo, em lagos, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo presidente da nigéria, alhaji shesu shagari	4
presidente figueiredo assinala que é amplo o potencial de intercâmbio entre brasil e nigéria discurso do presidente joão figueiredo, em lagos, por ocasião do encerramento da reunião entre brasileiros e nigerianos, que contou com a presença do presidente alhaji shehu shagari	7
comunicado conjunto brasil-nigéria comunicado conjunto brasil—nigéria, assinado, em lagos, pelos presidentes joão figueiredo e alhaji shehu shagari	8
visita do presidente figueiredo consolida a amizade entre brasil e guiné-bissau declaração do presidente joão figueiredo, em bissau, logo após seu desembarque naquela capital	15
presidente figueiredo: relacionamento profícuo e exemplar entre brasil e guiné-bissau discurso do presidente joão figueiredo, em bissau, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo presidente da guiné-bissau, joão bernardo vieira	16
ao deixar a guiné-bissau, figueiredo ressalta as afinidades entre brasileiros e guineenses discurso, de improviso, do presidente joão figueiredo, em bissau, momentos antes de deixar a guiné-bissau	18
comunicado conjunto brasil—guiné-bissau comunicado conjunto brasil-guiné-bissau, assinado, em bissau, pelos presidentes joão figueiredo e joão bernardo vieira	19
figueiredo no senegal: mais um capítulo na história da aproximação entre nossos continentes discurso do presidente joão figueiredo, em dacar, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo presidente do senegal, abdou diouf	23
ao deixar o senegal, figueiredo destaca o início de nova etapa no relacionamento brasileiro-senegalês declaração do presidente joão figueiredo à imprensa, em dacar, pouco antes de deixar o senegal	24
comunicado de imprensa brasil—senegal comunicado de imprensa brasil—senegal, divulgado em dacar, ao final da visita do presidente joão figueiredo	25
	129

a chegada do presidente joão figueiredo à argélia	
saudação do presidente joão figueiredo ao povo argelino, logo após desembarcar em argel	27
presidente figueiredo em argel: espírito de cooperação anima as relações entre brasil e argélia	
saudação do presidente joão figueiredo ao povo argelino, por ocasião de sua partida da argélia	28
comunicado de imprensa brasil—argélia	
comunicado de imprensa brasil—argélia, divulgado em argel, ao final da visita do presidente joão figueiredo à argélia	29
a mensagem do presidente joão figueiredo ao povo de cabo verde	
mensagem do presidente joão figueiredo ao povo cabo-verdiano, publicada no jornal voz di povo	31
comunicado conjunto brasil—cabo verde	
comunicado conjunto brasil—cabo verde, assinado, na ilha do sal, pelos presidentes do brasil, joão figueiredo, e de cabo verde, aristides maria pereira	32
na entrevista à revista exame, chanceler saraiva guerreiro analisa as relações brasil-eua	
entrevista do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, à revista exame , concedida em brasília	37
a visita do ministro de relações exteriores e culto da bolívia	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de jantar oferecido ao ministro de relações exteriores e culto da bolívia, josé ortiz mercado	47
saraiva guerreiro ao chanceler boliviano: processo de desenvolvimento requer confiança e determinação	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no clube naval de brasília, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo ministro de relações exteriores e culto da bolívia, josé ortiz mercado	50
comunicado conjunto brasil—bolívia	
comunicado conjunto brasil—bolívia, assinado, no palácio do itamaraty, em brasília, pelos chanceleres brasileiro, ramiro saraiva guerreiro, e boliviano, josé ortiz mercado	51
chanceler fala sobre os efeitos da crise mundial na política externa	
palestra do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em são paulo, por ocasião do segundo seminário internacional — política e estratégia	55
brasília recebe o diretor executivo do programa das nações unidas para o meio ambiente	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao diretor executivo do programa das nações unidas para o meio-ambiente, mostafa k. tolba	63
ministro dos negócios estrangeiros de cabo verde visita o brasil	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de jantar oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros de cabo verde, silvino manuel da luz	65
chanceler saraiva guerreiro abre a quarta reunião da comissão mista brasil—cabo verde	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da abertura da quarta reunião da comissão mista brasil—cabo verde	67
comunicado conjunto brasil—cabo verde	
comunicado conjunto brasil—cabo verde, assinado, no palácio do itamaraty, em brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo ministro dos negócios estrangeiros de cabo verde, silvino manuel da luz	69

saraiva guerreiro participa do seminário sobre comércio internacional, na suíça	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em lausanne, suíça, por ocasião do seminário sobre comércio internacional	71
no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião do jantar oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão, martin bongo	77
declaração conjunta brasil—gabão	
declaração conjunta brasil—gabão, assinada, no palácio do itamaraty, em brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão, martin bongo	79
a XIV reunião de chanceleres dos países da bacia do prata	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em assunção, por ocasião da sessão plenária inaugural da XIV reunião de chanceleres dos países da bacia do prata	83
saraiva guerreiro inaugura reunião do grupo dos 77 sobre desenvolvimento	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, no auditório do banco nacional de desenvolvimento econômico e social (bndes), no rio de janeiro, por ocasião da abertura da reunião do grupo dos 77 sobre projetos de desenvolvimento e concorrências públicas internacionais	87
a segunda reunião de chanceleres do tratado de cooperação amazônica	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em cali, na colômbia, por ocasião da segunda reunião de chanceleres dos países que assinaram o tratado de cooperação amazônica	91
relações diplomáticas	
designação de embaixadores brasileiros	95
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	95
tratados, acordos, convênios	
brasil e república dominicana põem em vigor a ata de consulta	97
brasil e cee assinam acordo relativo ao artigo 10 do acordo-quadro de cooperação	99
brasil e argentina assinam ajuste para cooperação no campo das atividades espaciais	100
comissão mista brasil-argentina vai caracterizar talvegue do rio uruguai, na área do projeto garabi	101
acordo brasil—bélgica para reconhecimento recíproco de carteiras de motorista	102
prorrogada a vigência do acordo para um programa de cooperação científica e tecnológica entre brasil e eua	104
brasil e colômbia assinam convênio sobre co-produção cinematográfica	104
brasil assina acordo com a omm para automação do centro regional de telecomunicações de brasília	106
	131

brasil e rfa assinam dois protocolos de cooperação financeira e um ajuste sobre projeto de controle de qualidade	110
acordos do brasil com outros países, promulgados no quarto trimestre de 1983	114
acordos do brasil com outros países, assinados no quarto trimestre de 1983, e que ainda não estão em vigor	115
ato multilateral do brasil com outros países, assinado no quarto trimestre de 1983, e que ainda não está em vigor	115
registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no ano de 1982	115

comunicados e notas

governo brasileiro deplora uso de força armada em granada	119
itamaraty anuncia visita do presidente do uruguai, gregorio alvarez	119
rei da suécia virá ao brasil	119
chanceler saraiva guerreiro visitará o suriname em 1984	119

mensagens

presidente figueiredo envia mensagem ao presidente da coréia	121
governo brasileiro manda mensagem de pesar pelo atentado às forças de paz no líbano	121
a mensagem do presidente figueiredo ao presidente eleito da argentina, raul alfonsin	121
argentina desenvolve tecnologia de enriquecimento de urânio por difusão gasosa	121
a mensagem do presidente figueiredo ao papa joão paulo II, pelo XVII dia mundial da paz	122

notícias

visita do vice-primeiro-ministro da malásia intensificará o comércio com o brasil	123
arábia saudita doa US\$ 100 mil às vítimas das inundações no sul do país	123
a reunião de consulta e constituição da rede de informação tecnológica latino-americana	123
realizada em brasília a VII reunião da comissão mista brasil—romênia	123
a quarta reunião da comissão mista brasil—cabo verde	124
a XII reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação científica e tecnológica	124

brasil reeleito para o conselho da organização das nações unidas para a alimentação e agricultura	125
diretor geral da agência internacional de energia atômica visita o brasil	125
vice-ministro do comércio exterior da rda mantém conversações com autoridades econômicas brasileiras	126
a reunião do grupo dos 77 sobre projetos de desenvolvimento e concorrências públicas internacionais	126
a sexta reunião da comissão mista brasil—bulgária	126
a segunda reunião da comissão mista brasil—angola	127
despedidas de embaixadores estrangeiros	127
visitas ao brasil	127

presidente joão figueiredo visita cinco países africanos discurso do presidente joão figueiredo, em lagos, por ocasião de reunião com o presidente da nigéria, alhaji shehu shagari	3
figueiredo em lagos: novo marco no processo de aproximação entre o brasil e a nigéria discurso do presidente figueiredo, em lagos, por ocasião de jantar que lhe foi oferecido pelo presidente da nigéria, alhaji shesu shagari	4
presidente figueiredo assinala que é amplo o potencial de intercâmbio entre brasil e nigéria discurso do presidente joão figueiredo, em lagos, por ocasião do encerramento da reunião entre brasileiros e nigerianos, que contou com a presença do presidente alhaji shehu shagari	7
comunicado conjunto brasil-nigéria comunicado conjunto brasil—nigéria, assinado, em lagos, pelos presidentes joão figueiredo e alhaji shehu shagari	8
visita do presidente figueiredo consolida a amizade entre brasil e guiné-bissau declaração do presidente joão figueiredo, em bissau, logo após seu desembarque naquela capital	15
presidente figueiredo: relacionamento profícuo e exemplar entre brasil e guiné-bissau discurso do presidente joão figueiredo, em bissau, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo presidente da guiné-bissau, joão bernardo vieira	16
ao deixar a guiné-bissau, figueiredo ressalta as afinidades entre brasileiros e guineenses discurso, de improviso, do presidente joão figueiredo, em bissau, momentos antes de deixar a guiné-bissau	18
comunicado conjunto brasil—guiné-bissau comunicado conjunto brasil-guiné-bissau, assinado, em bissau, pelos presidentes joão figueiredo e joão bernardo vieira	19
figueiredo no senegal: mais um capítulo na história da aproximação entre nossos continentes discurso do presidente joão figueiredo, em dacar, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo presidente do senegal, abdou diouf	23
ao deixar o senegal, figueiredo destaca o início de nova etapa no relacionamento brasileiro-senegalês declaração do presidente joão figueiredo à imprensa, em dacar, pouco antes de deixar o senegal	24
comunicado de imprensa brasil—senegal comunicado de imprensa brasil—senegal, divulgado em dacar, ao final da visita do presidente joão figueiredo	25
	129

a chegada do presidente joão figueiredo à argélia	
saudação do presidente joão figueiredo ao povo argelino, logo após desembarcar em argel	27
presidente figueiredo em argel: espírito de cooperação anima as relações entre brasil e argélia	
saudação do presidente joão figueiredo ao povo argelino, por ocasião de sua partida da argélia	28
comunicado de imprensa brasil—argélia	
comunicado de imprensa brasil—argélia, divulgado em argel, ao final da visita do presidente joão figueiredo à argélia	29
a mensagem do presidente joão figueiredo ao povo de cabo verde	
mensagem do presidente joão figueiredo ao povo cabo-verdiano, publicada no jornal voz di povo	31
comunicado conjunto brasil—cabo verde	
comunicado conjunto brasil—cabo verde, assinado, na ilha do sal, pelos presidentes do brasil, joão figueiredo, e de cabo verde, aristides maria pereira	32
na entrevista à revista exame, chanceler saraiva guerreiro analisa as relações brasil-eua	
entrevista do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, à revista exame , concedida em brasília	37
a visita do ministro de relações exteriores e culto da bolívia	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de jantar oferecido ao ministro de relações exteriores e culto da bolívia, josé ortiz mercado	47
saraiva guerreiro ao chanceler boliviano: processo de desenvolvimento requer confiança e determinação	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no clube naval de brasília, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo ministro de relações exteriores e culto da bolívia, josé ortiz mercado	50
comunicado conjunto brasil—bolívia	
comunicado conjunto brasil—bolívia, assinado, no palácio do itamaraty, em brasília, pelos chanceleres brasileiro, ramiro saraiva guerreiro, e boliviano, josé ortiz mercado	51
chanceler fala sobre os efeitos da crise mundial na política externa	
palestra do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em são paulo, por ocasião do segundo seminário internacional — política e estratégia	55
brasília recebe o diretor executivo do programa das nações unidas para o meio ambiente	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de almoço oferecido ao diretor executivo do programa das nações unidas para o meio-ambiente, mostafa k. tolba	63
ministro dos negócios estrangeiros de cabo verde visita o brasil	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião de jantar oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros de cabo verde, silvino manuel da luz	65
chanceler saraiva guerreiro abre a quarta reunião da comissão mista brasil—cabo verde	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião da abertura da quarta reunião da comissão mista brasil—cabo verde	67
comunicado conjunto brasil—cabo verde	
comunicado conjunto brasil—cabo verde, assinado, no palácio do itamaraty, em brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo ministro dos negócios estrangeiros de cabo verde, silvino manuel da luz	69

saraiva guerreiro participa do seminário sobre comércio internacional, na suíça	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em lausanne, suíça, por ocasião do seminário sobre comércio internacional	71
no brasil, o ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, no palácio do itamaraty, em brasília, por ocasião do jantar oferecido ao ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão, martin bongo	77
declaração conjunta brasil—gabão	
declaração conjunta brasil—gabão, assinada, no palácio do itamaraty, em brasília, pelo ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, e pelo ministro dos negócios estrangeiros e da cooperação do gabão, martin bongo	79
a XIV reunião de chanceleres dos países da bacia do prata	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em assunção, por ocasião da sessão plenária inaugural da XIV reunião de chanceleres dos países da bacia do prata	83
saraiva guerreiro inaugura reunião do grupo dos 77 sobre desenvolvimento	
discurso do chanceler saraiva guerreiro, no auditório do banco nacional de desenvolvimento econômico e social (bndes), no rio de janeiro, por ocasião da abertura da reunião do grupo dos 77 sobre projetos de desenvolvimento e concorrências públicas internacionais	87
a segunda reunião de chanceleres do tratado de cooperação amazônica	
discurso do ministro de estado das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, em cali, na colômbia, por ocasião da segunda reunião de chanceleres dos países que assinaram o tratado de cooperação amazônica	91
relações diplomáticas	
designação de embaixadores brasileiros	95
entrega de credenciais de embaixadores estrangeiros	95
tratados, acordos, convênios	
brasil e república dominicana põem em vigor a ata de consulta	97
brasil e cee assinam acordo relativo ao artigo 10 do acordo-quadro de cooperação	99
brasil e argentina assinam ajuste para cooperação no campo das atividades espaciais	100
comissão mista brasil-argentina vai caracterizar talvegue do rio uruguai, na área do projeto garabi	101
acordo brasil—bélgica para reconhecimento recíproco de carteiras de motorista	102
prorrogada a vigência do acordo para um programa de cooperação científica e tecnológica entre brasil e eua	104
brasil-e colômbia assinam convênio sobre co-produção cinematográfica	104
brasil assina acordo com a omm para automação do centro regional de telecomunicações de brasília	106
	131

brasil e rfa assinam dois protocolos de cooperação financeira e um ajuste sobre projeto de controle de qualidade	110
acordos do brasil com outros países, promulgados no quarto trimestre de 1983	114
acordos do brasil com outros países, assinados no quarto trimestre de 1983, e que ainda não estão em vigor	115
ato multilateral do brasil com outros países, assinado no quarto trimestre de 1983, e que ainda não está em vigor	115
registro de assentamentos de atos multilaterais, dos quais o brasil é parte, ocorridos no ano de 1982	115

comunicados e notas

governo brasileiro deplora uso de força armada em granada	119
itamaraty anuncia visita do presidente do uruguai, gregório alvarez	119
rei da suécia virá ao brasil	119
chanceler saraiva guerreiro visitará o suriname em 1984	119

mensagens

presidente figueiredo envia mensagem ao presidente da coréia	121
governo brasileiro manda mensagem de pesar pelo atentado às forças de paz no líbano	121
a mensagem do presidente figueiredo ao presidente eleito da argentina, raul alfonsín	121
argentina desenvolve tecnologia de enriquecimento de urânio por difusão gasosa	121
a mensagem do presidente figueiredo ao papa joão paulo II, pelo XVII dia mundial da paz	122

notícias

visita do vice-primeiro-ministro da malásia intensificará o comércio com o brasil	123
arábia saudita doa US\$ 100 mil às vítimas das inundações no sul do país	123
a reunião de consulta e constituição da rede de informação tecnológica latino-americana	123
realizada em brasília a VII reunião da comissão mista brasil—romênia	123
a quarta reunião da comissão mista brasil—cabo verde	124
a XII reunião da comissão mista teuto-brasileira de cooperação científica e tecnológica	124

brasil reeleito para o conselho da organização das nações unidas para a alimentação e agricultura	125
diretor geral da agência internacional de energia atômica visita o brasil	125
vice-ministro do comércio exterior da rda mantém conversações com autoridades econômicas brasileiras	126
a reunião do grupo dos 77 sobre projetos de desenvolvimento e concorrências públicas internacionais	126
a sexta reunião da comissão mista brasil—bulgária	126
a segunda reunião da comissão mista brasil—angola	127
despedidas de embaixadores estrangeiros	127
visitas ao brasil	127

